

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GABRIELLA AGNEIDE MARROQUE

Gênero nas Geografias anglófona e no Brasil a partir de 1970

São Paulo
2019

GABRIELLA AGNEIDE MARROQUE

Gênero nas Geografias anglófona e no Brasil a partir de 1970

Gender in anglophone and brazilian Geographies after 1970

Versão Corrigida

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

M358g Marroque, Gabriella Agneide
Gênero nas Geografias anglófona e no Brasil a partir de 1970. / Gabriella Agneide Marroque ; orientador Júlio Cesar Suzuki. - São Paulo, 2019.
118 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Feminista. 2. Epistemologia. 3. Gênero. 4. Feminismo. I. Suzuki, Júlio Cesar, orient. II. Título.

MARROQUE, Gabriella Agneide. **Gênero nas Geografias anglófona e no Brasil a partir de 1970.** 2019. 118p. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em: ____/____/_____

Banca examinadora

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este singelo estudo a todas as mulheres que foram relegadas ao autodidatismo pela ausência de responsabilidade de epistemologias que afirmam ser emancipatórias, mas revelam-se covardemente conservadoras. Sigamos juntas, embora fisicamente separadas.

À Suze de Oliveira Piza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a mim. À Gabriella do passado, que enfrentou a solidão e às lágrimas trazidas por ela, e que não desistiu, mesmo quando era a saída mais fácil e cômoda. Por ter resistido às pressões de todos os lados, agradeço sim a mim mesma pela força que tive para continuar nessa dolorosa e recompensadora jornada.

Este caminho foi doloroso, mas muitas pessoas o tornaram um pouco menos doloroso. Agradeço ao meu querido orientador Professor Doutor Júlio César Suzuki, por ter acreditado neste trabalho e oferecido seus tão importantes conselhos e ajuda, tanto na esfera pessoal como acadêmica. Júlio, você é muito querido e espero ter seus conselhos por muitas décadas a vir. Obrigada por tudo.

Agradeço imensamente aos meus pais, Marcos e Roseli, por terem tido paciência, amor e muito carinho nesses longos oito anos. Vocês são a razão do meu viver. Sem o amor e compreensão de vocês, nada seria possível na minha vida. Amo vocês do fundo da minha alma. Agradeço também a minha cachorra, o grande amor da minha vida, a Amora. Ela não sabe ler, não tem ideia do que é um curso universitário, muito menos diploma e defesa de monografia etc., mas ela merece ter o nome aqui. Sem o amor incondicional, os abraços e beijos dela, talvez não teria sido possível eu estar aqui hoje, finalizando a graduação. Coisa mais linda do mundo!

Aos meus professores e colegas de curso(s) e amigos pessoais: muito obrigada pela companhia, discussões e aprendizados nesses anos. Fica difícil nomear todos e não esquecer alguém, mas tentarei: Gustavo Sozza (Amorzinho), Juberlândia Custódio Cabral, Gabriela Martins, Irene Araújo, Carolinne Barbosa, Bruna Furlan, Fernanda Furlan, Bianca Berti, Larissa Araújo, Andressa Luana, Natalí de Gregório, Jaqueline Helena Sales, Caio De Giovani, Leandro Alves, Patricia Elena, Míriam Lopes Vaz, Isabela do Lago Silva, Maria Del Mar, Gabriel Pereira Azevedo, Rodrigo Giovanolli, Rodrigo Almeida, Natália Granda, Waldirene Ribeiro, Ivan Mota, Isac Costa, Guilherme Brandão, Danillo Oliveira, Michele Bonote, Carolina Aparecida, Professora Simone Scifoni, Professor Eduardo Girotto, Professor Emerson Galvani, Professora Bianca Carvalho, Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, Professor Luis Antonio Bittar, Professora Mónica Arroyo, Professora Rita de Cássia Ariza da Cruz, Professora Sueli Ângelo Furlan e Professor Yuri Tavares Rocha. Agradeço especialmente ao Bruno Cândido pela ajuda incomensurável durante o processo de escrita do projeto, pelas dicas e pelo apoio. Bruno, você é uma inspiração para a acadêmica que eu desejo ser!

Agradeço também duas pessoas que me fazem ser melhor todos os dias: Alda Dallanese, que acreditou em mim desde o primeiro momento que nos conhecemos e me forneceu ferramentas e forças para que essa jornada pudesse ser finalizada. Alda, muito obrigada por acreditar em mim! Agradeço também a minha irmã de coração e melhor amiga, que sempre acreditou em mim e que fez o grande favor de revisar este trabalho e me apoiar emocionalmente nesta longa e penosa jornada: Lícia Ferreira Guimarães. Irmã, eu te amo, obrigada pelo apoio constante e pela amizade. Sem seu apoio esse trabalho não teria sido possível. Você é a camarada que quero ter ao lado pro resto da minha vida. Uni-vos!

Falar da mulher (...) [é] assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades, no decorrer dos tempos.

É acreditar que essa condição, perpetuada em dimensão universal, deva ser transformada radicalmente.

É solidarizar-se com todas as mulheres que desafiaram os poderes solidamente organizados, assumindo as duras consequências que esta atitude acarretou em cada época.

É compreender que a submissão, por mais sutil que seja, é o pior resultado de um processo de tal forma brutal, que acaba por impedir a própria vontade de viver dignamente.

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador.

Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve História do Feminismo no Brasil*

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.

Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*

RESUMO

MARROQUE, Gabriella Agneide. Gênero nas Geografias anglófona e no Brasil a partir de 1970. 2019. 118p. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A Geografia é uma ciência que apresenta um histórico de dominação intelectual e prática por parte dos homens. Isso é resultado da busca do patamar científico institucionalizado a partir da racionalidade masculina após a Revolução Científica e o Iluminismo, quando a Geografia forjou um padrão arbitrário de validade científica que teve seu foco exclusivamente nas experiências dos homens. O uso estratégico do substantivo ‘Homem’ revelou-se como uma forma de ratificar os produtores do conhecimento científico: seres humanos do sexo masculino. Embora pudesse parecer que havia pretensões de falar sobre a humanidade como um conjunto, a verdade era que somente os homens estavam centralizados em análises e diagnósticos da realidade concreta, ou seja, a Geografia, silenciosamente, continua a reivindicar um foco universal quando, em seu conteúdo, método e propósito está primeiramente preocupada com a experiência masculina. Como compreender uma ciência que, mesmo quando se diz crítica, atua e formula teorias que são sexistas, masculinistas, misóginas e machistas? A partir das considerações e críticas realizadas por Rose (1993), busquei livros e artigos que continham os seguintes termos e temas: geografia feminista, geografia e gênero, epistemologia feminista e feminismo. As investigações, também epistemológicas, partiram dos pressupostos de Beauvoir (1970), Cosgrove (1985), Scott (1988), entre outros; os resultados foram curados para que os mais críticos frente à postura da Geografia como ciência fossem selecionados. Como resultado, foram encontrados dados e argumentos que deixam claro que a Geografia Feminista, embora existente desde os anos 70 do século XX e com grande influência nas produções geográficas de muitos países não é levada a sério no Brasil. Esta realidade é fruto da dominação epistemológica que rege grandes centros de conhecimento de excelência, como a região Centro-Sul. Em contrapartida, há a exploração de novos temas, teorias e epistemologias nas universidades que estão à margem, concluindo-se que os novos polos não sofrem a pressão da história de suas instituições, portanto possuem maior autonomia para explorar novas temáticas em seus estudos geográficos.

Palavras-chave: Geografia Feminista. Epistemologia. Gênero.

ABSTRACT

MARROQUE, Gabriella Agneide. **Gender in anglophone and brazilian Geographies after 1970.** 2019. 118p. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Geography is a science that comes with a history of intellectual and practical domination by men. This is the result of the search for the scientific, institutionalised and masculine rationality after the Scientific Revolution and the Enlightenment, when Geography forged an arbitrary standard of scientific validity that focused exclusively on the experiences of men. The strategic use of the noun 'Man' has proved to be a way of validate male thought, as it was primarily men had the capital to seek out and produce more scientific knowledge. Although it might seem that there were pretensions to use 'Man' to speak about humanity as a whole, the truth is that only men were centred in analyses and diagnoses of concrete reality, i.e., Geography silently continues to claim a universal focus when, in its content, method, and purpose are primarily concerned with the male experience. How is it possible to understand a science that, even when it is called critical, acts upon and continues to formulate theories that are sexist, masculinist, and misogynist? Based on the considerations and criticisms made by Rose (1993), I searched for books and articles that contained the following terms and themes: feminist geography, geography and gender, feminist epistemology, and feminism. The investigations, also epistemological, started from the assumptions of Beauvoir (1970), Cosgrove (1985), Scott (1988), among others; the results were curated so that the most critical of the posturing of Geography as a science were selected. As a result, I found data and arguments that make it clear that Feminist Geography, although extant since the 1970s and having had considerable influence on the geographic productions of many countries, is not taken seriously in Brazil. This reality is the result of the epistemological domination of the knowledge that governs great centres of excellence, such as the Centre-South region. On the other hand, there is the exploration of new themes, theories and epistemologies in the universities that are marginalised; therefore, I can conclude that the new poles do not suffer the pressure of the history of their institutions and thus have more autonomy to explore new themes in their geographical studies.

Keywords: Feminist Geography. Epistemology. Gender.

RESUMEN

MARROQUE, Gabriella Agneide. Género en las Geografías anglófona y en Brasil a partir de 1970. 2019. 118p. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

La Geografía es una ciencia que presenta un histórico de dominación intelectual y práctica por parte de los hombres. Esto es resultado de la búsqueda por un nivel científico institucionalizado a partir de la racionalidad masculina después de la Revolución Científica y del Iluminismo, cuando la Geografía formó un modelo arbitrario de validez científica que tuvo su atención exclusivamente en las experiencias de los hombres. El uso estratégico del substantivo “Hombre” se reveló como una forma de ratificar a los productores del conocimiento científico: seres humanos del sexo masculino. Aunque pudiese parecer que había pretensiones de hablar sobre la humanidad como un conjunto, la verdad era que sólo los hombres estaban centralizados en análisis y diagnósticos de la realidad concreta, o sea, la Geografía, silenciosamente, continúa reivindicando un enfoque universal cuando, en su contenido, método y propósito está preocupada, principalmente, con la experiencia masculina. ¿Cómo comprender una ciencia que, aún cuando se dice crítica, actúa y formula teorías que son sexistas, masculinistas, misóginas y machistas? A partir de las consideraciones y críticas realizadas por Rose (1993), busqué libros y artículos que contenían los siguientes términos y temas: geografía feminista, geografía y género, epistemología feminista y feminismo. Las investigaciones, también epistemológicas, partieron de presupuestos de Beauvoir (1970), Cosgrove (1985), Scott (1988), entre otros; los resultados fueron filtrados para que los más críticos frente a la postura de la Geografía como ciencia fuesen seleccionados. Como resultado, se encontraron datos y argumentos que dejan claro que la Geografía Feminista, aunque existiese desde los años 70 del siglo XX y con gran influencia en las producciones geográficas de muchos países, no es tomada con seriedad en Brasil. Esta realidad es fruto de la dominación epistemológica que rige los grandes centros de conocimiento de excelencia, como la región Centro-Sur. En contrapartida, hay una exploración de nuevos temas, teorías y epistemologías en las universidades que están al margen, con lo que se concluye que los nuevos polos no sufren la presión de la historia de sus instituciones, por lo tanto, poseen mayor autonomía para explorar nuevas temáticas en sus estudios geográficos.

Palabras clave: Geografía Feminista. Epistemología. Género.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. POPULAÇÃO MUNDIAL ENTRE 1950 E 2015	25
GRÁFICO 2. POPULAÇÃO MUNDIAL EM 2017 POR SEXO (%)	26
GRÁFICO 3. USO DO TEMPO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, SEGUNDO MULHERES E HOMENS PESQUISADORES	88
GRÁFICO 4. USO DO TEMPO NOS FINAIS DE SEMANA, SEGUNDO MULHERES E HOMENS PESQUISADORES	89
GRÁFICO 5. DISTRIBUIÇÃO DO CORPO DOCENTE NOS 55 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL	90
GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE COORDENADORES DOS PROGRAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL	91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE GEOGRÁFOS AMERICANOS (AAG) EM 1970	26
TABELA 2. GRUPOS DE PESQUISA QUE ESTUDAM "GEOGRAFIA" E "GÊNERO"	93
TABELA 3. GRUPOS QUE PESQUISAM "GEOGRAFIA" E "GÊNERO" POR REGIÃO BRASILEIRA	94
TABELA 4. QUANTIDADE DE GRUPOS DE PESQUISAS ENCONTRADOS, POR TEMA	96

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. EXEMPLO DE UM DIAGRAMA DA GEOGRAFIA TEMPORAL	39
FIGURA 2. MR AND MRS ANDREWS DE THOMAS GAINSBOROUGH	45
FIGURA 3. IMAGEM DA CAPA DO JORNAL <i>O GUERRILHEIRO</i> , N. 2, ALN	68

LISTA DE MAPAS

**MAPA 1. DISTRIBUIÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL COM NOTA 7 NO ANO
DE 2017** 85

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	18
<u>1. INTRODUÇÃO</u>	21
1.1 ENTENDENDO O CONTEXTO DA AUSÊNCIA DAS MULHERES NA GEOGRAFIA	21
<u>2. A GEOGRAFIA FEMINISTA</u>	34
2.1 AS FORMAS ESPECÍFICAS DO MASCULINISMO DENTRO DA GEOGRAFIA	34
2.1.1 A MASCULINIDADE SOCIAL-CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA TEMPORAL	38
2.1.2 A MASCULINIDADE ESTÉTICA DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA	42
2.2 COMO FOI ORGANIZADA A PREOCUPAÇÃO DA GEOGRAFIA ACERCA DAS QUESTÕES DE GÊNERO	48
2.3 AFINAL, O QUE É GEOGRAFIA FEMINISTA?	52
<u>3. A RESPOSTA DA GEOGRAFIA PRODUZIDA NO BRASIL ÀS INQUIETAÇÕES FEMINISTAS</u>	54
3.1 ORIGENS DO MOVIMENTO DAS MULHERES E DO FEMINISMO NO BRASIL	56
3.2 A RESPOSTA DA GEOGRAFIA NO BRASIL ÀS INQUIETAÇÕES FEMINISTAS	77
3.2.1 COMO FORAM APRESENTADAS AS QUESTÕES DE GÊNERO E DA TEORIA FEMINISTA NA GEOGRAFIA PRODUZIDA NO BRASIL?	79
3.3 A PRODUÇÃO ATUAL DA GEOGRAFIA NO BRASIL ACERCA DAS QUESTÕES DE GÊNERO	93
<u>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	99
<u>REFERÊNCIAS</u>	103
SÍTIOS <i>ONLINE</i>	117

APRESENTAÇÃO

The reason I did ‘Flexible Sexism’ was partly just pure, visceral anger. I don’t know whether people know, but this was an article I published a long, long time ago, but the typesetters were so incapable of taking on board the article’s title, that the running head was set as ‘Flexible Systems’ or something like that. (...) And the other reason for ‘Flexible Sexism’ was related to that and that is I think we ought to attack the citadels. These were the two big books, everybody thought they were wonderful, and in many ways they both were. But they also seemed to me to be utterly, unconsciously, deeply, sexist. And I just wanted to attack where the sources of power were in terms of the voices within geography; so I did.

Doreen Massey et al., 2009.¹

Esse trabalho é fruto de indagações pessoais frente ao desânimo generalizado causado por longos anos de graduação, anos que não foram o que acreditei que seriam, mas, ainda sim, foram maravilhosos, ainda que cansativos. Anos que me fizeram entrar em contato com outros departamentos e outras universidades onde, ao mesmo tempo em que me descobri geógrafa, me descobri também uma universitária um tanto quanto incompleta. A Geografia é, e sempre será, meu grande amor, mas não acredito que tenha sanado às necessidades que fui descobrindo ao longo do caminho, necessidades criadas pelo próprio curso, professores e colegas. Hoje em dia acredito que ainda bem que a Academia é muito maior que nossos departamentos.

Para compreender meu lugar no mundo, busquei a interdisciplinaridade em dois departamentos da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São

¹ “A razão pela qual eu fiz ‘Sexismo flexível’ foi em parte apenas raiva pura e visceral. Eu não sei se as pessoas sabem, mas este foi um artigo que publiquei há muito, muito tempo, mas os tipógrafos eram tão incapazes de aceitar o título do artigo, que o cabeçalho foi definido como ‘Sistemas Flexíveis’ ou algo assim. (...) E a outra razão para o ‘Sexismo Flexível’ estava relacionada a isso [referindo-se à necessidade de subversão aos cânones estabelecidos] e acho que devemos atacar as cidadelas. Estes foram dois grandes livros, todos achavam que eles eram maravilhosos e, em muitos aspectos, ambos eram. Mas eles também me pareciam ser totalmente, inconscientemente, profundamente, sexistas. E eu só queria atacar onde as fontes de poder estavam em termos das vozes dentro da geografia; então eu o fiz. (MASSEY, et al, 2009, p. 7)” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017, p. 17).

Paulo: Departamento de Letras Orientais e, com maior destaque, Departamento de História, este essencial para minha compreensão do e no mundo. As experiências das disciplinas cursadas no Departamento de História foram magníficas e emocionantes, principalmente com o Professor Doutor Alberto Luiz Schneider, um dos melhores professores que já tive o prazer de conhecer, um amante da história e grande estudioso de teoria e método, que me fez compreender como a utilização destas duas ferramentas deve acontecer na Academia. Apaixonei-me pela História ao mesmo tempo em que me via cada dia mais como geógrafa. E isso foi enobrecedor.

Outro curso que me ajudou a crescer intelectual e pessoalmente foi o curso de Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC). Belíssimo curso! O descobrimento aprofundado da teoria feminista junto à incrível Professora Doutora Nathalie de Almeida Bressiani e o aprendizado do que é marxismo e finalmente a compreensão de Hegel junto à brilhante Professora Doutora Suze de Oliveira Piza me trouxeram entendimento e paz de espírito frente à minha escolha de ser geógrafa. A formidável brisa de ar fresco que essas duas professoras me trouxeram não podem ser explicadas em palavras.

Felizmente, essas experiências “extra-geográficas” foram a semente desta monografia e precisam estar na apresentação deste trabalho.

Noto também que este trabalho contará com a escrita na primeira pessoa do singular. Essa foi uma difícil decisão, mas acredito que seja importante, principalmente frente ao contexto atual, brasileiro e mundial. A voz escrita da Geografia, como aprendi com a geógrafa Gillian Rose, é não marcada, neutra e, afinal, entediante. E isso não condiz com a realidade dos sujeitos que fazem, refazem e são feitos pela Geografia, então fiz a escolha de quebrar com a lógica acadêmica da falta de identidade de quem escreve ao usar a primeira pessoa. Espero que esta decisão seja compreendida dentro deste contexto específico. Com isso não quero implicar que inventei o que será escrito, mas as minhas reflexões, que foram, em sua esmagadora maioria, solitárias, merecem um pequeno espaço.

Friso o aspecto da solidão porque embora eu seja grata pela amizade e acolhimento acadêmico e pessoal por parte do meu querido orientador Professor Doutor Júlio César Suzuki, as reflexões desta monografia não encontraram, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a ajuda necessária para florescer. Foram as minhas experiências fora da Geografia que me fizeram perceber e aprender sobre a existência de uma Geografia Feminista. Meus oito longos anos no Departamento de Geografia não contaram com as palavras Geografia Feminista em nenhum dos cursos, infelizmente. Isso não é falado, é como se não existisse. Inclusive foi esta muitas

vezes a reação que recebi ao falar sobre o assunto, “Geografia Feminista? O que é isso?” foi o que mais ouvi de professores e colegas de curso ao explicar o tema do meu trabalho de graduação individual. Acho isso uma pobreza muita grande frente à bela literatura que existe no Brasil e no mundo produzido por feministas, inclusive dentro da Universidade de São Paulo, como temos por exemplo a Professora Doutora Rosa Ester Rossini. Mas nem todos estamos livres de ideologias. E, ainda que o caminho foi longo e árduo, não deixei a tristeza e a solidão vencerem, embora tenham atrasado minha formação, e hoje estou, finalmente, completando esse ciclo.

1. INTRODUÇÃO

A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta.

Simone de Beauvoir, 1970 [1949]

1.1 ENTENDENDO O CONTEXTO DA AUSÊNCIA DAS MULHERES NA GEOGRAFIA

A Geografia é uma ciência que apresenta um histórico de dominação intelectual e prática por parte dos homens (cf. TIVERS, 1978; DOMOSH, 1991; McDOWELL, 1990; McDowell, 1999; ROSE, 1993; ZELINSKY, 1973a; ZELINSKY, 1973b). Esse contexto revela-se, por exemplo, na construção generificada da historiografia da disciplina (DOMOSH, 1991), que, ao buscar o patamar científico institucionalizado a partir da racionalidade masculina após a Revolução Científica e o Iluminismo (ROSE, 1993, p. 6), forjou um padrão arbitrário de validade científica (DOMOSH, 1991, p. 96) que excluiu, devido ao seu despotismo, a produção de conhecimento geográfico realizado por inúmeras mulheres brilhantes de sua história oficial (DOMOSH, 1991, p. 95). Esse contexto se desenvolveu a despeito do fato da Geografia ter buscado em sua história uma representação da sociedade como um arranjo homogêneo, pelo menos no que concerne sexo e gênero (cf. MONK; HANSON, 1982; JOHNSON, 1985). Essa prática se deu a partir do uso estratégico do substantivo Homem² nos mais diferentes textos das mais diversas correntes teóricas (ROSE, 1993), prática ainda frequente na contemporaneidade, e não restrita à Geografia. Como deixa claro Simone de Beauvoir, o “tipo humano absoluto [...] é o masculino” (BEAUVOR, 1970, p. 10), o que me parece ser o caso da Geografia, assim como de outras ciências sociais. Por essas razões, esse texto trabalhará, a partir de agora, com o significado de “homem” como “ser humano do sexo masculino”.

A dominação intelectual dentro da Geografia diz respeito à produção do conhecimento no contexto institucional oficial, que tem sido historicamente realizada por homens (ZELINSKY, 1973a; ZELINSKY, 1973b) e gerado uma historiografia masculina excludente. Já a questão prática remete ao fato de que os sujeitos estudados têm sido os

² “Como disciplina, a Geografia se distingue por sua preocupação com as relações espaciais entre ‘homem e o meio ambiente’. No início dos anos 1970 foi reconhecido que ‘homem’, nessa frase, não era um termo genérico, mas uma descrição acurada da demografia e viés de pesquisa da disciplina (Mazey e Lee, 1983, p. 51)” (JOHNSON, 1985, p. 161, tradução minha).

homens e suas diversas formas, ou seja, como burgueses, proletários, líderes políticos, viajantes, desbravadores, colonizadores, colonizados, revolucionários etc. Apesar disso, esses homens não existiram, ou existem, em um vácuo, mas sim em um “tecido social das relações de gênero” (DOMOSH, 1991, p. 102, tradução minha), tecido que “serve tanto como contexto quanto como texto para a história da Geografia” (DOMOSH, 1991, p. 102, tradução minha), história que ignora as mulheres e outros minorias³ e suas consequentes e possíveis contribuições. Como sintetiza Louise Johnson, a “Geografia silenciosamente continua a reivindicar um foco universal quando, em seu conteúdo, método e propósito está primeiramente preocupada com a experiência masculina” (JOHNSON, 1985, p. 161, tradução minha).

O tecido social das relações de gênero resiste às alterações de sua estrutura excluente e busca manter as coisas como estão, o que significa dizer que, a despeito dos influentes movimentos feministas nos séculos XIX e XX, e seus consequentes desdobramentos para todas as ciências, a Geografia ainda permanece, no século XXI, dentro de uma lógica argumentativa na qual a figura do homem representa a sociedade como um todo em uma busca pela neutralidade dos sujeitos societários numa construção de uma teoria que é *gender-blind* (MONK; HANSON, 1982, p. 15), ou seja, uma teoria cega ao gênero. Essa teoria não leva em consideração as especificidades e diferenças do gênero dentro da sociedade, tomando-a num movimento contraditório que, concomitantemente, conta com uma perspectiva masculina na qual o homem representa todas as pessoas da sociedade, mas também esta apresenta-se como um todo homogêneo sem diferenciação de gênero ou até mesmo sexo (MONK; HANSON, 1982, p. 15). Essa tensão de não se posicionar posicionando-se apresenta a fragilidade do próprio argumento, fragilidade a qual pode ser, e é, usada por feministas para criticar as formas de domínio masculino na Geografia (ROSE, 1993), formas que ficarão mais claras no decorrer deste trabalho.

Contudo, essa neutralidade é falaciosa e não se sustenta a partir do momento em que entendemos que a sociedade capitalista e patriarcal se organiza a partir de corpos sexuados dentro de parâmetros estritos de gênero que se alteram no tempo e no espaço (SCOTT, 1988), mantendo a hierarquia que coloca os homens acima das mulheres⁴ e são regidos pelo

³ Contudo, esse trabalho não tem a capacidade de abranger todos os sujeitos que foram, e ainda são, excluídos pela Geografia, mas nota também a exclusão também sofrida pelas pessoas LGBT e pessoas não-brancas.

⁴ Isso se dá em um movimento no qual algumas correntes feministas colocam os homens como uma “classe” que realiza a dominação social a partir da supremacia masculina. O centro dessa perspectiva parte da subordinação das mulheres dentro de casa (cf. ECHOLS, 1989). Contudo, como será apresentada mais adiante nesse trabalho, a experiência das mulheres não é homogênea e a casa, como lugar, pode apresentar diferentes significados, os

capitalismo machista e sexista, ideologia dominante que se consolidou de forma específica após a invenção da propriedade privada (ENGELS, 1984 [1884]), instalado numa caracterização de uma “transição mais natural” (ENGELS, 1984, p. 60), como disse Marx, em uma forma de família⁵ que “assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia”⁶ (ENGELS, 1984, p. 62) e diz respeito ao “desmoronamento do direito⁷ materno”, o que Engels chamou de “*a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*” (ENGELS, 1984, p. 61, grifo no original) e baseia-se no “predomínio do homem”, tendo como finalidade “procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível” para que os mesmos sejam “herdeiros diretos” dos bens de seu pai (ENGELS, 1984, p. 66), formando uma estrutura de herança linear baseada no poder advindo e reforçado pelo sexo masculino, pois é sobre este que recaem as regalias da perpetuação da sustentação societária, abrindo espaço para a disseminação das concepções dos homens que dominam as esferas de atuação, tanto públicas, quanto privadas, constituindo assim uma ideologia que, como caracterizou Milton Santos, “aparece como realidade e assim é vivida” (SANTOS, 2002, p. 126). Dessa forma, o movimento que afirma a superioridade do homem se auto-alimenta no exercício do poder da criação de normas que são distribuídas na e pela sociedade. Com isso não desejo insinuar que os homens são os únicos a impor influências a partir de sua posição, até porque não é a realidade dentro de nossa sociedade de classes capitalista, mas é inegável a importância da existência do poder generificado, ainda que seja contraditório em sua natureza, pois embora os homens, por exemplo, da classe trabalhadora, apresentem uma superioridade artificialmente construída, revelada em certas formas de poder na relação homem-mulher, principalmente dentro de casa, eles podem ser levados à súplica quando se encontram com o poder da burguesia, seja ela representada por homens ou mulheres (HARMAN, 1984).

No movimento de resistência em defesa de seu gênero dentro do contexto capitalista, as mulheres apresentaram, e ainda apresentam, uma entrada e penetração na esfera científica

quais, muitas vezes, são incompatíveis. O melhor exemplo de tensões epistemológicas é o conflito teórico do feminismo negro *versus* o denominado “feminismo branco”, o qual falarei mais adiante.

⁵ Sobre a concepção da categoria família, gostaria de ressaltar as contribuições de Engels e Marx, que dizem: “*Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem (...) E Marx acrescenta: “A família moderna contém em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, *em miniatura*, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado.” (ENGELS, 1984, p. 61-62, grifo no original)

⁶ Sobre a monogamia e sua influência negativa na organização da sociedade, cf. LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Lembrando que a organização da sociedade em família destruiu tradições e estruturas igualitárias (ROSSINI, 1998, p. 7, Cf. ENGELS, 1984).

⁷ Embora existam críticas recentes acerca de Engels falar sobre um “direito” materno, tomarei neste trabalho a posição dele como a qual diz respeito à maternagem matrilinear, na qual a reprodução exercida segue a lógica da mãe como figura central. Para uma belíssima crítica e atualização, cf. RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres – Nota Sobre a “Economia Política” do Sexo. **SOS Corpo**, Recife. 1993. p. 2-32.

como um todo de forma lenta e instável, com recuos e avanços dependentes de contextos sociais, econômicos e políticos específicos, o que cria uma diferença significativa entre Estados ao redor do mundo, embora, até junho de 2016, 184 países⁸ tenham assinado a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher⁹, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979 e ratificada como tratado internacional em 3 setembro de 1981¹⁰, o que significa que os Estados signatários tiveram, no mínimo, algum tipo de interesse na iniciativa. Se o interesse foi somente superficial, partindo do ponto de vista das relações públicas, da imagem dos governantes e da busca de uma reputação, ainda que fictícia, frente aos demais países, não é o tema de discussão desse trabalho, embora os estudos sobre motivações sejam sempre relevantes. A convenção foi importante porque os anos de estudos que fizeram com que ela fosse possível reafirmam que as mulheres recebem tratamento diferente e inferior aos homens o que, de um ponto de vista feminista, é o suficiente para iniciar discussões, trabalhos e estudos sobre a condição da mulher na sociedade. Ademais, a adoção do tratado mostra uma busca por respostas frente à pressão exercida após a segunda metade do século XX por movimentos das mulheres e feministas ao redor do mundo em uma busca e abertura de espaços os quais apresentariam uma composição análoga ao arranjo social existente, com uma população um tanto quanto equilibrada e em harmonia. Atualmente, o Banco Mundial coloca a população feminina como 49,55% da população mundial (UNDESA, 2017a, p. 13) e, de acordo com Engels, “[...] o número de homens e mulheres, independentemente das instituições sociais, tem sido sempre quase igual” (ENGELS, 1984, p. 65). Dados históricos do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas¹¹ a partir de 1950 confirmam a tese de Engels para nossa realidade (Gráfico 1 e Gráfico 2).

A ausência das mulheres dentro da Geografia foi denunciada publicamente pela primeira vez por Wilbur Zelinsky em 1973. Embora seja importante lembrar que dois trabalhos feministas nos anos de 1973 e 1974 na Geografia – e uma resposta a um deles – foram publicados por mulheres, Pat Burnett (1973) e Alison Hayford (1974), e a resposta ao trabalho de Burnett foi escrita por Irene Bruegel (1973), são réplicas às inquietações dos movimentos das mulheres da época. À parte de Zelinsky, as três geógrafas merecem

⁸ <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CEDAW/OHCHR_Map_CEDAW.pdf>. Acesso em: 15 maio de 2018.

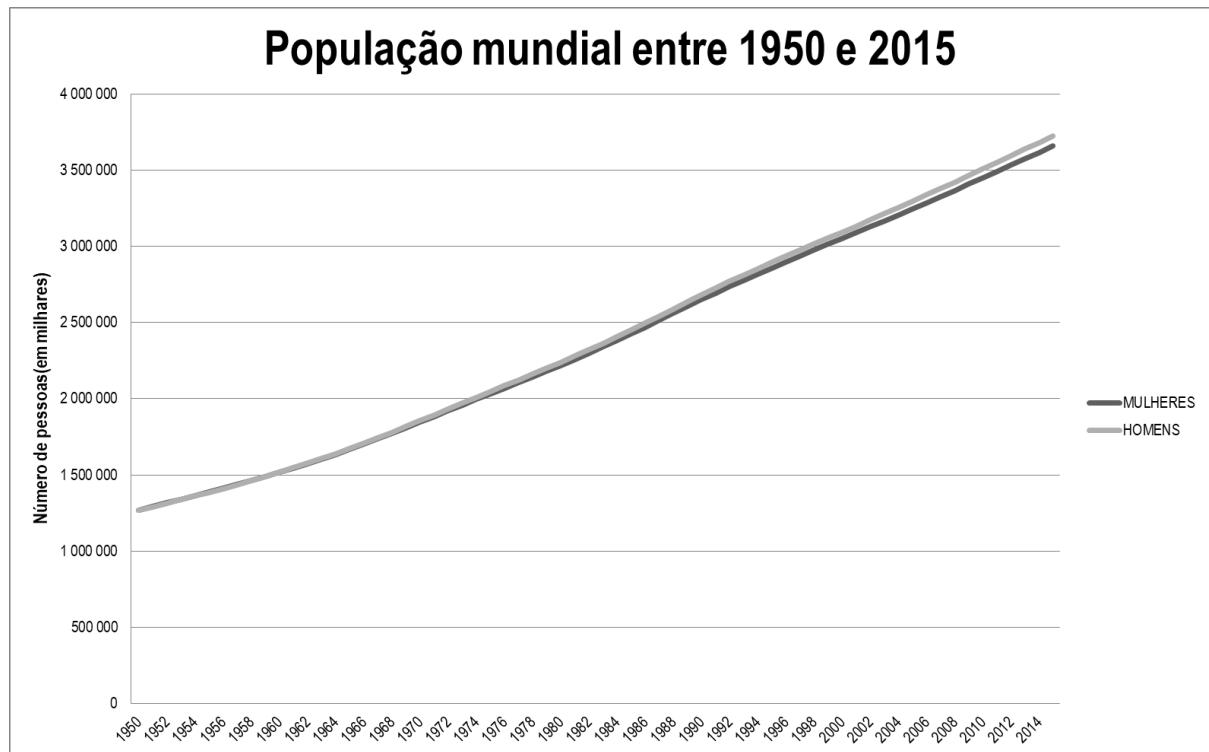
⁹ Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW).

¹⁰ O comitê apresenta, atualmente, um corpo de 23 mulheres especialistas em direitos das mulheres ao redor do mundo, cf. a página oficial para maiores informações, cf. <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/CEDAWIndex.aspx>>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹¹ United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA)

reconhecimento por fazerem história dentro da Geografia.

Gráfico 1. População mundial entre 1950 e 2015



Fonte dos dados: UNDESA, 2017. Elaboração: MARROQUE, Gabriella Agneide, 2018.

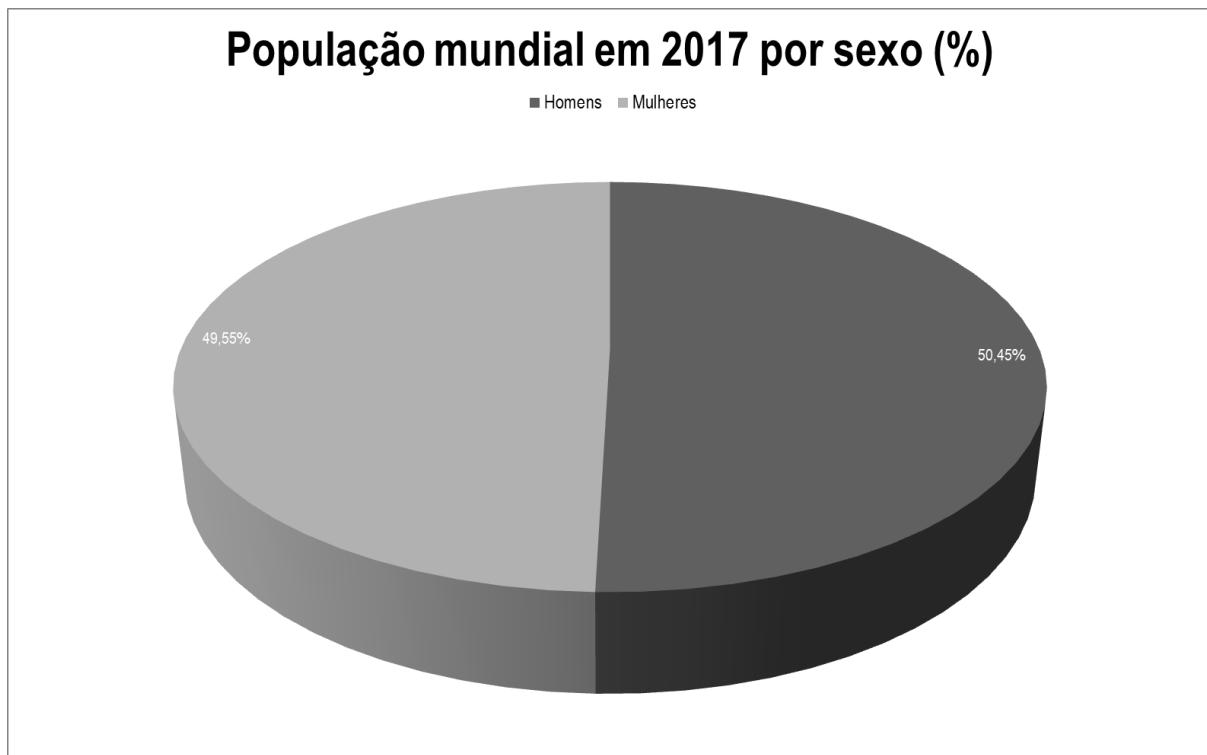
Wilbur Zelinsky, geógrafo cultural com ênfase no estudo de populações¹² em duas compilações de dados e questionamentos acerca da situação da Geografia, denunciou a quantidade irrisória de mulheres geógrafas tanto como produtoras de conhecimento geográfico, nos papéis de estudantes e pesquisadoras, bem como foco de estudos (ZELINSKY, 1973a; ZELINSKY, 1973b). A Associação de Geógrafos Americanos¹³, por exemplo, na época do artigo, contava com uma razão de 7 homens para 1 mulher em sua configuração (ZELINSKY, 1973b, p. 152). Não se atendo somente a seu país, o autor fala também da constituição da comunidade geográfica de outras nações na mesma época (ZELINSKY, 1973b, p. 152): Dinamarca e Bélgica apresentavam 4% de mulheres; Romênia, 25,2%; e Brasil, 27,4%¹⁴. Apesar da denúncia dos números ínfimos de mulheres, os trabalhos de Zelinsky não constituem ainda a Geografia Feminista, de acordo com Barbara Rubin (1979) e Louise Johnson (1985).

¹² Uma hipótese que pode ser levantada é que talvez tenha sido a partir de seus estudos populacionais que a sensibilidade do autor aflorou para a percepção e a consequente escrita sobre a falta de mulheres na disciplina.

¹³ Association of American Geographers (AAG). A associação foi renomeada e hoje é conhecida como American Association of Geographers (Associação Americana de Geógrafos).

¹⁴ Contudo, o autor não cita as fontes desses dados, o que dificulta nosso trabalho de entender a peculiaridade no Brasil e sua maior representatividade feminina quando comparado a outros países.

Gráfico 2. População mundial em 2017 por sexo (%)



Fonte dos dados: UNDESA, 2017. Elaboração: MARROQUE, Gabriella Agneide, 2018.

Sobre a situação estadunidense, temos os dados da Tabela 1, que mostram que as mulheres agregavam-se na singela porcentagem de 11,2%, o que representa uma razão de 1 mulher para cada 7,92 homens. A discrepância evidente é dada como uma das razões pelas quais as mulheres cada vez mais passassem a questionar o *status quo* (ZELINSKY, 1973b, p. 151) e a estrutura vigente que as excluíam de cargos mais altos e representativos.

Tabela 1. Membros da Associação de Geógrafos Americanos (AAG) em 1970

	MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS AMERICANOS (AAG) EM 1970									Total
	Estudantes de Geografia	Professoras e professores da escola primária e secundária	Professoras e professores acadêmicos	Administradoras e administradores universitários	Empregadas e empregados do governo	Empregadas e empregados de fundações	Empregadas e empregados de empresas comerciais e autônomas e	Aposentadas e aposentados	Não especificados	
Mulheres	239	76	136	35	73	12	38	23	50	682
%	35,04%	11,14%	19,94%	5,13%	10,70%	1,76%	5,57%	3,37%	7,33%	100,00%
Homens	1576	245	2022	284	723	45	247	69	171	5382
%	29,28%	4,55%	37,57%	5,28%	13,43%	0,84%	4,59%	1,28%	3,18%	100,00%
Total	1815	321	2158	319	796	57	285	92	221	6064

Fonte dos dados: ZELINSKY, 1973b1. Elaboração: MARROQUE, Gabriella Agneide, 2018.

Na Academia vemos que, enquanto 37,57% dos homens eram professores acadêmicos, somente 19,94% das mulheres ocupavam o mesmo cargo. A diferença parece não ser grande em termos relativos, mas em números absolutos vemos que havia 2.022 homens em cargos de professores acadêmicos enquanto somente 136 mulheres chegaram ao mesmo

patamar, o que indicava 1 mulher professora acadêmica para cada 14,86 homens na mesma posição. Essa diferença é explicada quando Zelinsky (1973b, p. 153) analisa os dados das idades dos membros integrantes da Associação de Geógrafos Americanos e constata que a idade modal masculina é de 29 anos, enquanto a feminina é de 24 anos. Zelinsky também informa que a interpretação óbvia é que a subida nos “índices das geógrafas sofrem atritos mais precoces e severos que dos homens” devido a uma provável combinação de “obstáculos acadêmicos de vários graus de sutileza, escassez de oportunidades de empregos, desvio da força de trabalho via casamento ou maternidade e mudanças para outras ocupações mais gratificantes” (1973b, p. 153, tradução minha). Podemos ver então como a Geografia se tornara excludente, mesmo que pretendesse aparecer como igualitária¹⁵ no discurso oficial epistemológico (JOHNSON, 1985, p. 161). Não é sem motivo que Zelinsky lembra que os questionamentos acerca das questões relacionadas às mulheres poderiam ser chamados de “não-problemas sobre não-pessoas” (ZELINSKY, 1973b, p. 151, tradução minha), dada a invisibilidade enfrentada pelas mulheres dentro das esferas competentes do conhecimento geográfico, mais notadamente dentro da esfera acadêmica.

Zelinsky não coloca a culpa na Geografia em si, mas sim numa “estrutura sexista do sistema social maior com sua socialização precoce e altamente divergente dos dois sexos” (1973a, p. 104, tradução minha). A partir desse pressuposto, o autor sugere três razões inter-relacionadas para a existência das oportunidades diferentes: a primeira é que há pouco na natureza intrínseca do campo de estudo da Geografia ligado aos papéis tradicionais associados, de forma arbitrária, às mulheres (ZELINSKY, 1973b, p. 104). A segunda e a terceira razões são desdobramentos da primeira. São elas: a tradição histórica ainda fortemente existente de atividades viris como exploração, trabalho de campo geológico/geomorfológico, escalada de montanhas e outras atividades físicas árduas, ou seja, retomam-se os papéis de gênero artificiais, aqui associados aos homens o que, consequentemente, exclui as mulheres dessas atividades e suas representações que acabam se tornando comportamentos generificados; e, finalmente, a sugestão de que há uma imagem popular do campo de estudo que é apresentada à população em geral com apelo muito distinto para os dois sexos (ZELINSKY, 1973b, p. 104), novamente sendo os papéis de gênero associados a comportamentos e gostos que não existiriam senão pela diferença de socialização e do tratamento da sociedade para com meninos e meninas, homens e mulheres (RUBIN, 1993).

¹⁵ “A geografia fala do homem geral, heterogêneo no plano da natureza” (MOREIRA, 1988, p. 19).

Uma forma sintética de concluir os parágrafos anteriores foi explicitada pelo próprio Zelinsky: **a Geografia opera em detrimento das mulheres**, o que faz com que a sociedade como um todo, assim como a ciência geográfica, perca uma “grande quantidade de conquistas intelectuais e mulheres capacitadas” (ZELINSKY, 1973a, p. 101, tradução minha). De fato, não é intelectualmente proveitoso que se distancie metade da humanidade da distribuição de qualquer conhecimento, mas é principalmente preocupante dentro de uma ciência que coloca como objetivo desvendar e entender o funcionamento da sociedade e das diferentes formas que a relação sociedade-natureza apresenta resultados ao mundo, que é o que a Geografia defende de forma mais geral, sendo apresentadas vertentes de estudos mais especializados. Além disso, a Geografia Radical, iniciada na década de 60 do século XX, já estava em voga, ou seja, a produção de um conteúdo crítico e emancipatório era realizada para e por quais atores e sujeitos da sociedade? Pensava-se a sociedade como sua forma integral, ou seja, passível da compreensão que homens e mulheres habitam a Terra? As grandes e tradicionais monografias do século XX eram realmente fieis quando analisavam a sociedade em sua plenitude? Será que essa pretensão de extensos estudos se sustenta ao escrutínio de uma visão feminista crítica do pensamento geográfico?

Para entendermos a posição atual, é necessário retornarmos brevemente às motivações e interesses no processo de institucionalização da Geografia como ciência, o qual é fundamental para entender a contemporaneidade, pois as motivações geraram frutos que estão presentes na sociedade hodierna.

A disciplina acadêmica da Geografia se instalou científicamente na Alemanha no século XIX (cf. MORAES, 2003; MOREIRA, 1988; MORMUL; ROCHA, 2013) dada a necessidade de unificação do território alemão (MOREIRA, 1988, p. 21) e, consequentemente, seu conhecimento para fins cartográficos. Obteve, portanto, desde seu início e instalação, motivações de natureza política (MORMUL; ROCHA, 2013, p. 66), auxiliando as administrações dos Estados e seus governantes, assim como caráter pedagógico de infusão do nacionalismo (MOREIRA, 1988, p. 19) e de construção de identidades nacionais, como foi o caso brasileiro (ROCHA, 1996). No que concerne à questão política de sua natureza, temos o fato de que a política foi, e ainda é, historicamente dominada por homens (NUNES; RAMOS; GUERRA, 2016), o que fez com que esse caráter específico da natureza geográfica se desdobrasse e continuasse durante os séculos seguintes, culminando em tornar-se uma profissão que é, de acordo com Zelinsky, “orientada para o masculino, na qual as mulheres são mais notáveis por sua ausência ou raridade” (ZELINSKY, 1973a, p. 101, tradução minha).

Como resultado desse contexto, temos uma construção do conhecimento que é integralmente enviesada no que concerne ao gênero. Trata-se, portanto, de um conhecimento generificado. Com isso não quero dizer que defendo a existência de um sujeito, ou até mesmo uma representação para fins de generalizações científicas, completamente neutro e transparente, até porque essa premissa é falsa, como será argumentado adiante. Apesar disso, entender as particularidades das relações de gênero e do lugar da mulher na sociedade capitalista patriarcal ajuda a entender a dinâmica da sociedade em suas estruturas e proporciona estudos mais complexos que podem de fato ajudar a desenvolver uma sociedade mais justa. E, embora nós geógrafos estudemos a história da Geografia como algo que atende às necessidades e anseios de todos que estudam e se interessam por essa disciplina, novamente, homens *e* mulheres, ao lembrarmos o seu desenvolvimento, e a construção do mesmo, vemos que as mulheres e suas contribuições são, de forma arbitrária, excluídas e o homem é posto no centro tanto da produção do conhecimento geográfico, como dos estudos, como objeto ou sujeito destes, independentemente do contexto da pesquisa e das subáreas dentro da ciência geográfica. Afinal, já dizia Even Gruntfest em 1989, a Geografia era escrita considerando que “os homens eram representativos da espécie” (p. 673). 30 anos se passaram e essa premissa ainda se sustenta.

Contudo, essa colocação do homem como central para a Geografia não é, para fins ideológicos específicos, facilmente percebida e apreendida, pois se trata de uma construção que usa os escritos teóricos e metodológicos como ferramenta de uma neutralidade inexistente para disseminar um conhecimento com interesses próprios e com traços linguísticos peculiares. Como diria Rose, a Geografia “tem uma voz escrita particular – não-extravagante, sem adornos, despretensiosa, não excepcional. Não marcada e sem referência” (ROSE, 1993, p. 8, tradução minha). Essa falta de uma particularidade marcada faz com que tudo que saia desse tipo de “neutralidade” seja criticado por geógrafos para que a linguagem volte a ser algo “neutro” ou “normal”, como é o caso da crítica de Mark Billinge (1983, p. 400-420) à linguagem “extravagante” da Geografia Humanística. A crítica bebe de uma longa tradição masculinista que cria oposições binárias artificiais e generificadas num processo hierárquico, atribuindo valor a um lado e subtraindo do outro, sendo os conflitos mais tradicionais: paixão x razão, passivo x ativo, caos x ordem. Na Geografia, essas oposições se traduzem em: natureza x cultura, campo x cidade, natureza x espaço (ROSE, 1993, p. 73). Podemos perceber que paixão, passivo, caos, natureza e campo são representações ligadas às mulheres. “O corporal, o específico, o privado, o relacional – esses são femininos e são mais associados com o natural, separado do Homem” (ROSE, 1993, p. 74, tradução minha). Neil Smith é

categórico quando sintetiza essa questão no trecho a seguir:

Embora o conceito de natureza seja tão complexo e tão impregnado de metáforas, provavelmente nenhuma metáfora seja tão consagrada ou tão arraigada quanto a da feminilidade da natureza. **É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza.** Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e opimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle (SMITH, 1988, p. 43, grifos meus).

Mas esse processo não foi restrito à Geografia. A complexa história do desenvolvimento das ciências não ocorre nem em um vácuo nem em um processo altamente organizado e centralizado, como se um grupo de pessoas se encontrasse e planejasse emativamente o que será feito, os limites do conhecimento e seus possíveis desdobramentos, ou seja, não se trata de uma “conspiração consciente” (ROSE, 1993, p. 10). Até porque, como disse Karl Marx, os homens “fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (2011 [1952], p. 25).

As similaridades das ciências apresentam-se devido a contextos histórico-geográficos específicos, o que faz com que a argumentação de ciências similares, como as Ciências Humanas ou as Ciências Sociais, transpasse rótulos disciplinares e alinhe-se em conteúdos, métodos e teorias num contexto de retroalimentação da inevitável integração pela interdisciplinaridade que existe no mundo. Posso citar as premissas que se apresentam no Marxismo, no Liberalismo, no Positivismo, na Fenomenologia etc., que se desdobram e se espalham nas mais diversas áreas, na Geografia, na História, na Filosofia, na Antropologia, na Sociologia, na Ciência Política etc., apresentando, muitas vezes, resultados análogos que convergem justamente por conta de suas bases epistemológicas. Assim, as diferentes áreas de estudo que apresentam premissas similares são reunidas em escolas¹⁶, faculdades, institutos, para que o avançar da ciência não se concentre em um só braço, uma só disciplina, mas se espalhe para que todo o corpo formado por elas fique cada vez mais complexo e teoricamente sofisticado, trazendo frutos de validação pelos pares científicos e conquistas de método que fazem avançar a ciência como um todo.

Esse processo estende-se também a outros conhecimentos que entravam, ou já estavam, em cena e/ou se consolidaram após a Revolução Científica e o Iluminismo. Esse

¹⁶ Dois importantes exemplos de escolas que apresentam conteúdo interdisciplinar são: a *Escola dos Annales*, que reuniu as Ciências Sociais e a História; e a *Escola de Frankfurt*, por apresentar estudos realizados por filósofos, sociólogos, psicólogos, entre outros.

fértil período intelectual, apesar disso, não está livre de comportamentos viciados no que concerne à exclusão das mulheres. Estudos feitos por feministas de diferentes áreas apontam que

o que os teóricos da racionalidade depois de Descartes viam como determinante do conhecimento racional era sua independência da posição social do conhedor. A racionalidade masculinista é uma forma de conhecimento a qual assume um conhedor que acredita que ele consegue se separar de seu corpo, emoções, valores, passados e assim por diante, para que ele e seu pensamento sejam autônomos, livres do contexto e objetivos (...) Portanto, ao final do século XVIII, uma certa forma de racionalidade se tornou identificada com, e por sua vez identificou, a masculinidade. Reciprocamente, a feminilidade era associada com o Outro não-racional (...) (ROSE, 1993, p. 6-7, tradução minha).

São institucionalizações que têm relação negativa para com as mulheres. McDowell sintetiza a questão e afirma que

(...) instituições de educação superior têm sido e permanecem organizações patriarcais, dominadas numericamente por homens e recompensando atributos que convencionalmente são associados à masculinidade – a competitividade por exemplo. (...) as mulheres aparecem em papéis convencionalmente femininos [como] na limpeza, na organização de refeições e em secretarias (...) e estão notavelmente ausentes das fileiras de altos cargos administrativos e cargos de ensino sênior (MCDOWELL, 1990, p. 324, tradução minha).

Um exemplo brasileiro e contemporâneo desta questão é o mais alto cargo da diretoria¹⁷ da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)¹⁸, o qual, em toda a sua história, somente contou com duas mulheres diretoras: Sandra Margarida Nitrini e Maria Arminda do Nascimento Arruda, ambas no século XXI, e Nitrini somente 74 anos após o primeiro diretor homem. O período é extenso e, argumento, desnecessário, ainda mais quando se leva em conta os ganhos de espaço que as mulheres foram, embora lentamente, ocupando na segunda metade do século XX no Brasil. Se essa situação acontece em uma faculdade que apresenta histórico de contestação da ordem a partir de um ponto de vista, no geral, progressista, o que esperar de áreas que são mais conservadoras e reacionárias?

A lembrança das origens da Geografia como ciência faz com que fique mais fácil entender por que a Geografia é uma ciência masculinista. O masculinismo foi caracterizado por Michèle Le Dœuff (1991), filósofa feminista e dramaturga francesa, da seguinte forma: “o trabalho que, enquanto argumenta ser exaustivo, esquece a existência das mulheres e preocupa-se somente com a posição do homem” (LE DŒUFF, 1991, p. 42 apud ROSE, 1993, p. 4, tradução minha). Como assinalei previamente com a razão pós-Iluminista, que coloca o homem na centralidade de seu desenvolvimento, trata-se, portanto, de uma ciência que, ao

¹⁷ Histórico dos Diretores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) disponível em <<http://fflch.usp.br/historicodediretores>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

¹⁸ A antiga FFCL, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

mesmo tempo, posiciona-se e alega ser neutra no que concerne sexo, gênero, raça, classe, etnia, sexualidade etc., mas na verdade fala de um ponto de vista que é reconhecidamente masculino, branco, heterossexual, europeu e burguês, ou, como Donna Haraway (1991) o intitula, o *master subject*. É o sujeito dominante¹⁹.

O sujeito dominante é o sujeito mestre, pleno, completo, superior. Haraway faz assim uma alusão à masculinidade construída dentro do capitalismo como se não fosse necessário nada mais, como se ela se encerrasse em si mesma de tão completa que é sua formulação. Rose (1993), contudo, rebate o posicionamento masculinista, mesmo que possa não ser percebido, e aponta os claros limites desta masculinidade perante a argumentação feminista crítica dentro da Geografia quando diz que, ao argumentar que é um conhecimento exaustivo,

assume a posição que ninguém pode adicionar ao seu conhecimento. O trabalho masculinista, então, exclui as mulheres porque nos aliena na escolha de temas de pesquisa, porque sente que mulheres não deveriam se interessar em produzir Geografia, e também porque presume que é, em si, compreensivo (ROSE, 1993, p. 4, tradução minha).

A composição do sujeito dominante segue as formulações das mais diversas áreas da Geografia, mesmo que quem produz o conhecimento possa não perceber tal fato e possua intenções de construir um conhecimento supostamente universal. Isso acontece porque os fundadores da Geografia

olhavam o mundo de um lugar não-problematizado. Eles não realizavam conexão entre o mundo como era visto e da posição do visualizador, e a verdade do que eles viam era estabelecida através de uma reivindicação à objetividade. A negação de sua parcialidade era tanto produzida quanto reproduzida pelo seu poder como sujeitos dominantes (ROSE, 1993, p. 7, tradução minha).

Novamente, trata-se de um sujeito que nega a sua posição histórico-geográfica e todo um contexto para afirmar uma objetividade neutra pautada no conhecimento produzido, como se a subjetividade do produtor não tivesse relação alguma com o conteúdo lançado. Todavia, a realidade não condiz com essa premissa.

Para que fosse possível averiguar os enviesamentos da teoria geográfica, a ausência de mulheres tanto quanto pesquisadoras quanto pesquisadas, em nível epistêmico e também no nível prático, busquei, através das indicações bibliográficas de Rose (1993) assim como pesquisas no Google Acadêmico, trabalhos produzidos por geógrafas (preferencialmente) e geógrafos que contassem com os seguintes temas: geografia feminista, geografia e gênero, epistemologia feminista e feminismo. A grande quantidade de textos encontrados foi curada para que somente os que apresentassem crítica à Geografia ou falassem das mulheres, do feminismo e das relações de gênero de uma forma crítica fossem utilizados para compreender

¹⁹ A partir de agora, não utilizarei a expressão original em inglês, mas sim aplicarei a tradução em português difundida pela Professora Doutora Mariza Corrêa, que traduziu diversos trabalhos de Donna Haraway.

a prisão ideológica que mantém a Geografia, principalmente a produzida no Brasil, ligada à tradições conservadoras, mesmo quando estas tentam apresentar um figurino progressista. O que explica uma ciência que apresenta tanto potencial de transformação, leitura, diagnóstico e apontamentos de possíveis transformações sociais, até mesmo revolucionárias, não conseguir absorver por completo a importância de se estudar a outra metade da humanidade, isto é, as mulheres? Como essa situação chegou a ser? Quais são as formas de mascarar as desigualdades entre mulheres e homens que ainda permitem à Geografia reivindicar um foco universal quando a realidade é tão claramente dividida entre os sexos? Seria a Geografia ainda uma forma de dominação instrumentalizada pelo capitalismo patriarcal? Como está a atualidade da Geografia produzida no Brasil acerca das questões ligadas às mulheres e ao feminismo? Há geógrafas e geógrafos feministas no Brasil? O que os diferencia dos demais?

Com estas questões, e muitas outras, em mente, pesquisei também no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a existência de grupos que se dedicam a estudar a vida das mulheres. Estes dados, quando comparados a estudos e campos já consolidados na Geografia, apresentaram resultados chocantes, mesmo que previsíveis dentro de uma lógica tradicional e elitista, como é a produção do conhecimento científico no Brasil, que é regido, em sua esmagadora maioria, pelos centros considerados “de excelência” que esticam seus tentáculos e acabam influenciando a produção científica nacional como um todo, não somente na Geografia. Mantive em mente sempre a importância de compreender as contradições da realidade concreta, na aparência ou além dela, as quais permitem que desejos e contextos produzam resultados diametralmente opostos, a despeito da vontade e autonomia dos pesquisadores, os quais não estão livres de comportamentos e vícios ideológicos.

Esta monografia, afinal, não tem grandes pretensões. Eu só desejo ter compilado e guardado uma parte que aprendi sobre o tema e, quem sabe, este estudo poderá contribuir com algo interessante, hoje ou no futuro.

2. A GEOGRAFIA FEMINISTA

(...) a evolução do conhecimento científico foi moldada pela existência de uma dicotomia fundamental entre o masculino e o feminino na sociedade (...) as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes.

Ilana Löwy, 2009

2.1 AS FORMAS ESPECÍFICAS DO MASCULINISMO DENTRO DA GEOGRAFIA

Primeiro devemos entender a especificidade do masculinismo na Geografia, que é interessantemente único. Como deixa claro Rose,

O discurso geográfico é extremamente móvel: ele muda de foco e permanece explicitamente preocupado com ambos os lados de sua oposição constitutiva. É um campo fascinado pelo Outro, assim como hostil a ele (ROSE, 1993, p. 77, tradução minha).

Essa situação específica é o que constitui a singularidade do sujeito superior da Geografia, já que apresenta uma relação ambivalente ao seu Outro feminizado. No masculinismo da Geografia há uma “contradição entre desejo por e medo do Outro” (ROSE, 1993, p. 77, tradução minha), a qual não se encontra em outras ciências, de acordo com a autora.

Essa mobilidade produziu respostas e posicionamentos frente aos sujeitos dominantes num resultado o qual apresenta duas possibilidades de masculinismo dentro da Geografia, ambas permeadas pelo sujeito dominante, mas de formas distintas, já que o sujeito dominante só consegue compreender os outros quando estão em referência a si (ROSE, 1993, p. 6), numa centralidade construída artificialmente que o faz indispensável para qualquer processo posto.

Rose (1993, p. 9) argumenta que a relutância continuada da Geografia em reconhecer o trabalho acadêmico de mulheres (ou sobre elas) é uma expressão da sua necessidade de manter um Outro para conseguir se legitimar como Mesmo, já que um Mesmo masculinizado depende de um Outro feminizado (ROSE, 1993, p. 9). Contudo, não se trata de gostos distintos, como se homens e mulheres, de forma natural, tivessem interesses díspares, até

porque o feminismo luta contra essa concepção conservadora e reacionária. Para melhor entender a diferença entre construção de comportamentos e interesses, é importante de relembrar o emblemático *Caso Sears* (SCOTT, 1988), da gigante loja²⁰ de departamento *versus* a agência governamental estadunidense *Equal Employment Opportunity Commission*²¹ (EEOC), processo²² que foi iniciado pela EEOC em 1973 e julgado na década de 1980 e que deixou claro a falsa dicotomia em relação à suposta tensão igualdade *versus* diferença, que tem sido historicamente usada como uma forma de caracterizar posições feministas conflitantes e estratégias políticas por parte daqueles que desejam a conservação do *status quo* e, portanto, têm muito ganhar com os conflitos dentro dos movimentos das mulheres e feministas. É a velha estratégia do dividir para conquistar. Trata-se, portanto, de uma tática manipuladora com interesses claros.

No *Caso Sears*, duas historiadoras estadunidenses estudiosas da história das mulheres foram chamadas para argumentar as razões pelas quais levariam a *Sears* a ter uma composição maior de homens como vendedores recebendo comissão em tempo integral do que mulheres. A Professora Doutora Rosalind Rosenberg, argumentando em favor da *Sears*, defendeu que os padrões de socialização dos sexos faziam com que as mulheres buscassem empregos diferentes dos homens, empregos que, por exemplo, pudessem ser conciliados com a sua vida doméstica. Ela defendeu, portanto, que a diferença percebida de interesses entre homens e mulheres é “natural”, o que era, e, infelizmente, ainda permanece sendo, o discurso da época: homens e mulheres são diferentes de forma natural, a vida social somente reflete esse arranjo, portanto, não há discriminação no padrão de contratação da empresa. Já a Professora Doutora Alice Kessler-Harris, encontrando-se do lado da EEOC, colocou a *Sears* como culpada, argumentando que as mulheres não tinham as mesmas oportunidades, não eram oferecidos os mesmos cargos e as formas de promoção dentro da empresa possuíam questões discriminatórias como, por exemplo, “Você tem voz aguda?”. Porém, ela presumiu que as mulheres tinham o mesmo padrão de comportamento que os homens quando se tratava de oportunismo econômico, ou seja, ela defendeu uma suposta igualdade de interesses entre ambos os gêneros. O juiz decidiu em favor da gigante *Sears* e frisou que o padrão de contratação somente refletia as diferenças naturais dos interesses entre homens e mulheres.

²⁰ A qual declarou falência em outubro de 2018 (CORKERY, 2018)

²¹ Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego, em tradução livre

²² Para maiores informações acerca do caso, cf. **EEOC v. Sears, Roebuck & Co., 628 F. Supp. 1264 (N.D. Ill. 1986)**. Disponível em <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/628/1264/2595936/>>. Acesso em 20 fev. 2018; SELMI, Michael. Sex Discrimination in the Nineties, Seventies Style: Case Studies in the Preservation of Male Workplace Norms. **Employee Rights and Employment Policy Journal**, v. 9, N. 1, Winter 2005, p. 1-48. Disponível em <https://scholarship.law.gwu.edu/faculty_publications/901/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Ou seja, não era questão da *Sears* apresentar um padrão generificado de contratação, mas os interesses dos homens e das mulheres eram distintos por si sós, daí vinha a discrepância estatística dos cargos e diferenciação entre trabalhadoras e trabalhadores que querem trabalhar com comissão de vendas em regime integral ou não.

Este caso mostra como essa dicotomia falaciosa induz ao erro por parte de uma defesa do feminismo, e o movimento que o usa em si, e faz com que seja possível que os argumentos sejam cooptados para a defesa de um ponto de vista que é, na verdade, diametralmente oposto. A verdadeira discriminação, a marginalização das mulheres e afastamento de cargos específicos de emprego baseada em padrões arbitrários sexistas de contratação foi substituída como simplesmente o reconhecimento das diferenças “naturais”, havendo defesa da situação. Nesse caso, as portas foram abertas para que algo supostamente natural fosse transformado em desigualdade, a antítese apropriada de igualdade, tornando-se a explicação e legitimação do comportamento preconceituoso. Aqui fica claro o perigo de essencializações levianas por alguns segmentos feministas, que, ao abarcarem e defenderem diferenças naturais, dão margem de ação para que essas colocações sejam encontradas com estruturas que irão usá-las para manter a hierarquia de gênero e deixar as mulheres numa posição de subjugação frente aos homens.

Ademais, Scott (1988, p. 173) lembra que quando igualdade e diferença são pareadas em uma dicotomia isso estrutura uma escolha impossível, pois se alguém opta pela igualdade, essa pessoa é forçada aceitar a noção que a diferença é antitética a ela. A questão central é que as feministas não podem desistir da diferença, que tem sido uma importante ferramenta analítica da realidade e seus desdobramentos misóginos, anti-mulher, machistas, masculinistas etc. que vemos na sociedade. Até porque, como afirma Evelyn Fox Keller, “Por qualquer medida empírica das atitudes e comportamentos supostamente ligados ao sexo de homens e mulheres, por mais bem controlada que seja a amostra do estudo, **há uma variação muito maior entre os indivíduos do que entre os sexos**” (1985, p. xv, grifo meu). A compreensão e utilização das diferenças entre as mulheres, diferentemente do que aparenta ser, é indispensável para que a luta se torne o mais ampla e forte possível.

Tão pouco as feministas podem desistir da igualdade²³, não enquanto quisermos falar aos princípios e valores de um sistema político verdadeiramente democrático. “Como vamos reconhecer e usar noções de diferença sexual e argumentar a favor da igualdade?” pergunta Scott (1988, p. 173, tradução minha). Um caminho possível é desmascarar o poder que as

²³ Hoje em dia as feministas usam *equidade* ao invés de *igualdade*. Contudo, ao citar e trabalhar com as obras de Joan Scott, manterei o segundo termo pela fidelidade do uso da autora.

relações constroem ao colocar a igualdade como antítese da diferença e a recusa da consequente construção dicotômica de escolhas políticas. Igualdade *versus* diferença não pode estruturar as escolhas para políticas feministas dado que esta oposição deturpa a relação entre ambos os termos. Igualdade, na teoria política de direitos que se apoia nas reivindicações de grupos excluídos e marginalizados que lutam por justiça, significa a desconsideração das diferenças entre os indivíduos para um propósito particular ou num contexto particular (SCOTT, 1988, p. 173). Nesse contexto, a luta apresenta um propósito maior que as meras diferenças. Diferenças as quais podem se tornar uma oportunidade de unificação frente às questões e disputas encontradas. Uma luta armada revolucionária é um bom exemplo desta deliberada indiferença às diferenças (TELES, 1999). Igualdade, isto posto, seria o acordo social para considerar pessoas obviamente diferentes como equivalentes – o que não significa que serão idênticas, inclusive, é mais proveitoso que não sejam – para um propósito declarado, um fim específico, um determinado objetivo. Desta forma, o oposto de igualdade é desigualdade ou falta de equivalência, a falta de compatibilidade de indivíduos ou grupos em certas circunstâncias, para propósitos específicos (SCOTT, 1988). Não se trata de diferença ser seu oposto. Dessa forma, o propósito da cidadania democrática tem sido a medida do **equivalente**, em diferentes épocas, independente de raça, sexo, sexualidade, gênero etc. A noção política de igualdade então incluiu, e na verdade depende, do reconhecimento da existência da diferença (SCOTT, 1988). As demandas por igualdade têm se baseado nos argumentos implícitos e usualmente não reconhecidos de diferença; se os indivíduos ou grupos fossem idênticos então não haveria necessidade de pedir por igualdade. Igualdade, assim, pode ser mais bem definida como a deliberada indiferença às específicas diferenças, pois requer o reconhecimento e a inclusão das mesmas.

Com isso em mente, volto às duas formas de masculinidade da Geografia propostas por Rose (1993). São elas: masculinidade social-científica e masculinidade estética (ROSE, 1993, p. 10). A masculinidade social-científica afirma sua autoridade ao “clamar por um acesso ao mundo geográfico transparentemente real” (ROSE, 1993, p. 10, tradução minha); e a masculinidade estética estabelece seu poder através da “reivindicação de uma sensibilidade aguçada à experiência humana” (ROSE, 1993, p. 10, tradução minha). A primeira reprime qualquer referência ao seu Outro a fim de afirmar seu conhecimento total. E a segunda admite a existência de seu Outro para estabelecer uma profundidade de conhecimento a qual só mente ela tem poder para falar.

2.1.1 A MASCULINIDADE SOCIAL-CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA TEMPORAL

A Geografia Temporal é a perspectiva espaço-temporal da vida social desenvolvida pelo geógrafo sueco Törsten Hägerstrand e apresenta uma base argumentativa que relaciona o caminho traçado pelas pessoas às estruturas da sociedade (ROSE, 1993, p. 17). Essa premissa faz com que seja possível trabalhar e investigar uma enorme gama de temas, incluindo as questões ligadas à movimentação das mulheres, já que, para as feministas, as rotinas diárias traçadas pelas mulheres são imprescindíveis, pois revelam o que é geralmente lido, no dia-a-dia, como prosaico ou dispensável, mas as feministas sabem que tais movimentações do corpo das mulheres “estão confinadas às estruturas de poder as quais limitam e aprisionam as mulheres” (ROSE, 1993, p. 17). Dessa forma, Rose afirma que:

Os limites das atividades diárias das mulheres são estruturados pelo que a sociedade espera que as mulheres sejam e, consequentemente, o que a sociedade espera que as mulheres façam. **O dia-a-dia é a arena pela qual o patriarcado é (re)criado – contestado** (1993, p. 17, tradução minha, grifo meu).

Nesse movimento vemos que as contradições do próprio dia-a-dia fazem com que seja possível enxergá-lo de uma forma que apresenta resistência, pois as possibilidades geradas podem ser usadas para uma contestação da falta de mobilidade das mulheres na sociedade e não servem somente à perpetuação da ordem de forma acrítica. A Geografia Temporal apresenta(va), então, tremenda potencialidade de investigação das causas que mostram que a vida dos homens e das mulheres era (são) diferentes (ROSE, 1993, p. 25), contudo pecou em assumir um espaço (ROSE, 1993; THRIFF, 1977) transparente e neutro²⁴, onde eventos acontecem e podem ser mapeados sem que o espaço em si, sem que sua formulação essencialmente social seja questionada.

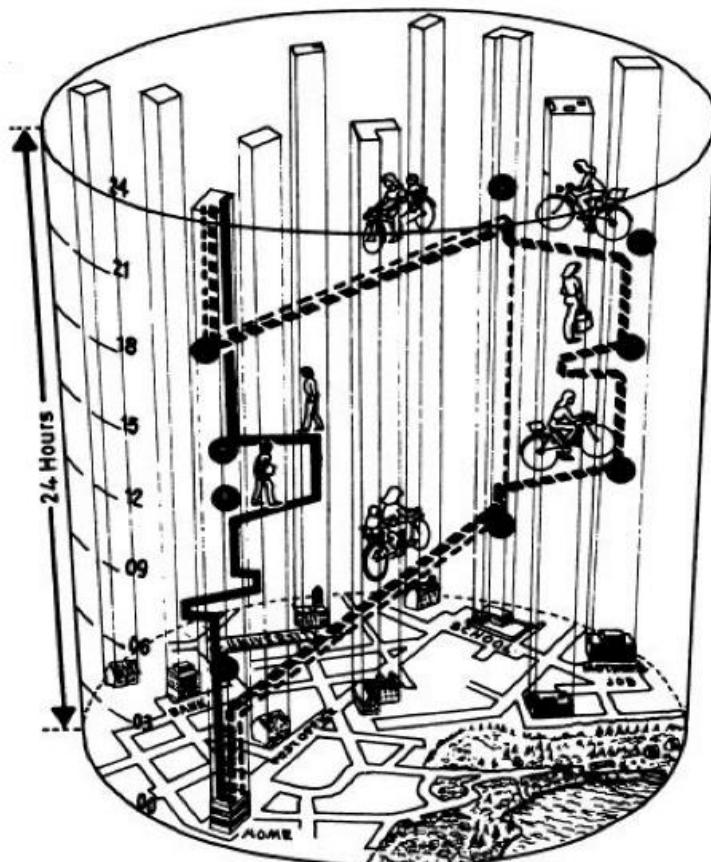
Nigel Thrift deixa claro que o simples fato “de deslocar-se de algum ponto A para outro ponto B no espaço levará um certo tempo (dependendo do modo de viagem). Este é um fato físico da vida e essencialmente é essa abordagem “fiscalista”²⁵ que é a espinha dorsal do Geografia Temporal” (THRIFF, 1977, p. 4, tradução minha). Os estudos dessa corrente declaram ser sobre a população, ou seja, “um sistema de indivíduos humanos habitando uma certa região” (THRIFF, 1977, p. 5, tradução minha). Isso significa que o *aparente* foco das

²⁴ É interessante ver como as questões que envolvem espaço e tempo são tratadas pelos teóricos da Geografia Temporal e contrastá-la com uma leitura marxista dos mesmos temas (cf. HARVEY, 1990). A comparação oferece uma linha de crítica que desmonta qualquer possibilidade de neutralidade do tempo e do espaço. O espaço, sendo foco de investigação da Geografia desde sua institucionalização, possui fortes críticas à sua natureza parcial, contudo o tema do tempo não é igualmente explorado, o que faz a crítica de Harvey ser perspicaz e oportuna.

²⁵ A relação entre “fato físico da vida” e “abordagem fiscalista” mostra a intenção dessa corrente de pensamento de resgatar argumentações presentes do campo de estudo da Física e das Ciências Naturais, as *Hard Sciences*. É como se a busca pelo tempo e espaço não considerasse os mesmos como socialmente estabelecidos, mas sim dados pela natureza física do mundo.

pesquisas desse, declaradamente, “modelo intrinsecamente neutro” (THRIFT, 1977, p. 5, tradução minha), que é a Geografia Temporal, **não** está no espaço geográfico, mas sim naqueles que o habitam, fazendo com que qualquer problematização e investigação das articulações e antagonismos que constroem o espaço não sejam prioridades para essa área de estudo. Para mostrar tais deslocamentos, a Geografia Temporal constrói diagramas, como a Figura 1.

Figura 1. Exemplo de um diagrama da Geografia Temporal



Fonte: PARKES; THRIFT²⁶, 1980, p. 252 apud ROSE, 1993, p. 22.

Ainda assim, após uma investigação mais minuciosa sobre suas premissas, descobre-se que a Geografia Temporal não se preocupa com os corpos dos que habitam certo espaço e atuam e se movem num dado tempo. A preocupação real é com os caminhos traçados. Se o direcionamento da atenção é para as restrições que as mulheres sofrem através do ângulo do caminho em si, o corpo se torna não-problemático, é como se a importante característica

²⁶ PARKES, Don; THRIFT, Nigel. **Times, Spaces and Places: a Chronogeographic Perspective**. Chichester: John Wiley, 1980. p. 252

humana da corporalidade²⁷ não existisse ou afetasse a movimentação humana, o que é falso (SANTOS, 1996).

O foco da Geografia Temporal se torna, portanto, o caminho e não o corpo que faz o caminho. Dessa forma, o corpo é reduzido ao seu movimento (ROSE, 1993, p. 30) e todos os corpos são o mesmo, o corpo dito “neutro”, porque não possuem especificações. Essa falta de características definitivas na verdade acabam particularizando e definindo os corpos (ROSE, 1993, p. 31) estudados. Isso acontece porque relações que ultrapassam e distorcem os limites do corpo e o exterior são ignoradas e não aparecem nos caminhos representados pela Geografia Temporal e, já que os corpos das mulheres carregam essas transgressões entre o interior e o exterior através do parto e da menstruação, por exemplo, consolida-se a especificação do corpo neutro por parte dessa corrente (ROSE, 1993, p. 31). Trata-se, portanto, muito claramente do corpo masculino. É na ausência de caracterização que se encontra a resposta à suposta neutralidade.

Para argumentar contra a masculinidade da Geografia Temporal, Rose determina a estratégia de crítica a partir do feminismo branco²⁸ porque, como diz a autora, a especificidade da masculinidade social-científica se dá por sua “branquitude” (ROSE, 1993, p. 19). Num movimento astuto de contra-argumentação, a autora utiliza-se da própria arma argumentativa da branquitude da Geografia Temporal contra ela mesma para desvendar suas deficiências.

A autora explica que, para as feministas brancas, um dos aspectos mais opressores do dia-a-dia é a divisão entre espaço público e privado (ROSE, 1993, p. 17). Também opressor para elas é a negação de características que definem o que é mulher, tais quais: o emocional, o passional, o perturbador e os sentimentos de relações com os outros (ROSE, 1993, p. 18). Essas características serão usadas pela autora para mostrar que a transparência do espaço da Geografia Temporal não lida com essas preocupações.

Se o espaço é neutro, então não há diferenciação entre a composição distinta das relações e conflitos que operam no público e no privado. Logo, a Geografia Temporal ignora a subjetividade e socialidade especificamente femininas (ROSE, 1993, p. 26) encontradas no espaço privado, lugar onde as feministas [brancas] podem “celebrar as emoções da

²⁷ Sobre a importância da corporalidade para a construção da vida social e do conhecimento geográfico, cf. SANTOS, 1996.

²⁸ A separação de feminismos pela raça/etnia aqui é de extrema importância para a autora e o entendimento da obra da mesma, pois trata-se do contexto anglófono, no qual a produção do feminismo apresenta conflitos que geram correntes epistemológicas distintas, temos então o feminismo branco, o feminismo negro, o feminismo das mulheres do terceiro mundo, o feminismo asiático etc. (Cf. HARDING, 1991; ALCOFF; POTTER, 1993; hooks, 2000b; SANDOVAL, 2000). Essas epistemologias são reflexos da forma de organização das mulheres, algo que também acontece no Brasil, cf. Damasco (2009).

maternagem e da compaixão da nutrição que elas encontram no doméstico” (ROSE, 1993, p. 28, tradução minha). Essa socialidade doméstica é ignorada a partir do momento que não se reconhece as diferenças entre público e privado e, por isso, as mulheres são ignoradas. Portanto, essa linha teórica, fundamentalmente, acaba representando somente o espaço público (ROSE, 1993, p. 28).

Outra característica da masculinidade social-científica é a crítica ao fato que os homens burgueses brancos classificam de forma arbitrária todos os Outros que entram em contato com eles, ou seja, mulheres, índios, negros, árabes, trabalhadores etc., através de interpretações **opressivas** da encarnação e corporificação, num movimento de posse e domínio do corpo frente às questões subjetivas dos sujeitos; trata-se de uma relação na qual o corpo domina todas as outras características da pessoa, fazendo-a refém dele e suas vontades. Consequentemente, nessa perspectiva, aqueles que são oprimidos por seus corpos não têm controle sobre a sua vida, não apresentam a racionalidade ocidental do homem branco burguês, são comparados a seres irracionais e, portanto, devem ser explorados. Daí vêm as colonizações por parte dos europeus ocidentais a partir do século XVI que exploraram, registraram, inspecionaram, coagiram e se apropriaram de espaços (ROSE, 1993, p. 29) com uma violência sexual pautada no racismo²⁹.

Não obstante, esses mesmos homens brancos assumem que eles mesmos são apenas **contidos** por seu corpo e não são controlados por eles; eles veem os Outros como **possuídos**, mas no que concerne a si, reprimem qualquer relação de restrição por parte do corpo, pois este é visto como se um vaso que os contêm (ROSE, 1993, p. 32). Esse apagamento da sua especificidade permite que o sujeito superior presuma que ele possa ver e saber tudo (ROSE, 1993, p. 38). Sobre o corpo, a autora conclui dizendo que a história do “corpo branco masculino heterossexual e burguês na Euro-America pode ser contada em termos de uma série de negações da sua corporeidade” (ROSE, 1993, p. 32, tradução minha).

Para representar os fatos de forma “objetivamente neutra”, a Geografia Temporal assume que sua teoria é plena, quando, na verdade, ela apresenta interpretações da sociedade e do espaço específicas e generificadas, assim como explanações dos corpos os quais constituem a população. Tal especificidade “exclui outras socialidades, espaços e corpos do conhecimento” (ROSE, 1993, p. 38, tradução minha) ao denominar estes como o Outro. Por suas noções de agência e espaço serem dadas como finais, isso resulta na recusa de outras formas de entendimento e conhecimento: essa é a falsa exaustão do Mesmo da masculinidade

²⁹ Para um maior entendimento do processo de colonização, libertação dos oprimidos e os desdobramentos das relações de violência que existem a partir da colonização, cf. FANON, 1968.

social-científica (ROSE, 1993, p. 38).

2.1.2 A MASCULINIDADE ESTÉTICA DA GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

A Geografia Humanística foca nas pessoas, suas condições (TUAN, 1985) e suas respostas emocionais aos lugares (ROSE, 1993, p. 41). Essa corrente geográfica nasceu como resposta ao que era visto como os “efeitos desumanizadores” (SHARP, 2009, p. 357, tradução minha) do Positivismo, o qual dominava a disciplina nos anos 1960 (ROSE, 1993, p. 41) e do Marxismo estrutural³⁰ e, à vista disso, insistiam que os acadêmicos deveriam dar ouvidos às interpretações daqueles que habitavam o mundo social, já que era impossível desvendá-lo de outra forma (ROSE, 1993, p. 41). Até por isso criticam a linguagem científica, classificando-a como “estéril” (SHARP, 2009, p. 357). É interessante observar a separação que os geógrafos humanísticos³¹ realizam quando se trata de pessoas dentro do “mundo social” e fora dele, sendo os acadêmicos, neste caso, meros observadores que não compreendem, ao menos não verdadeiramente, o âmago da vida social, e por isso não se mostram confiáveis. Aqui é importante notar que a história da Geografia como um todo não deve ser localizada aquém ao movimento de crítica da inoperância dos acadêmicos frente à resolução de problemas concretos e, por isso mesmo, devemos reconhecer o movimento da Geografia Crítica, o qual procurou combater o que foi feito pela Geografia Tradicional e pela Geografia Pragmática (MORAES, 2003) e suas consequências improdutivas frente às propostas de enfretamento das contradições da realidade do mundo³², sendo que ambas correntes preferiam a manutenção da ordem burguesa e não apresentavam respostas subversivas e revolucionárias aos problemas encontrados em seus estudos.

A abordagem humanística busca colocar os humanos, suas experiências, consciência e entendimentos no centro do conhecimento geográfico (SHARP, 2009, p. 356). Os geógrafos, neste caso, tentam evocar as experiências ordinárias e extraordinárias do lugar

³⁰ A Geografia Humanística se apresentava como uma alternativa às “desumanidades epistemológicas da racionalidade científica, seja ela positivista ou marxista” (ROSE, 1993, p. 43, tradução minha).

³¹ Será utilizado nesse texto o termo “geógrafos humanísticos” e não “geógrafos humanistas”, como Tuan o utiliza (1985). Isso se justifica pelas contradições insuperáveis entre o movimento humanista da Renascença e a apropriação dos geógrafos da Geografia Humanística deste, como foi apontado por Cosgrove (1985).

³² A Geografia Ativa de Pierre George também alinhou propostas para combater as contradições do sistema capitalista e, embora tenha incorporado categorias marxistas e tenha politizado a disciplina, sua continuidade do método das análises regionais fez com que não fosse possível realizar a crítica por inteiro à Geografia Tradicional (MORAES, 2003), por isso não inclui esse movimento como exemplo.

(ROSE, 1993, p. 46), experiências que também são importantes para as feministas. Ou seja, a importância em lidar com a casa, o doméstico, o emocional e qualquer outra coisa associada às mulheres (ROSE, 1993, p. 48) está no centro de suas preocupações, mesmo que de forma indireta. Contudo, essa preocupação tem alto custo às mulheres, que acabam sendo inviabilizadas e não verdadeiramente representadas ou até mesmo enxergadas. Isso acontece porque os geógrafos humanísticos reconhecem um Outro – o Outro frente a seu Mesmo – na forma do lugar em si (ROSE, 1993, p. 45). É uma masculinidade estética que confronta seu Outro, apaga as mulheres, mas não ignorando tudo que é associado a elas. Ao invés disso, generificam esse Outro de forma explícita ao invocar noções masculinistas do que seria a Mulher (ROSE, 1993, p. 45).

Nessa corrente geográfica, existe a prioridade da categoria do lugar, a qual representa localizações às quais, “através da experiência das pessoas ordinárias, se tornam cheias de significações humanas” (ROSE, 1993, p. 41, tradução minha). Como afirma Tuan, nós “paramos para atender a exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, **transformando-a** em lugar” (1985, p. 149, grifo meu). A própria significação de lugar já é parte da epistemologia focada no humano, como se aquele não existisse sem este, já que somente os humanos dão sentido ao lugar, os animais não o fazem (TUAN, 1985, p. 149). Para satisfazer seus questionamentos, houve uma grande influência das artes e da literatura³³, ainda que não houvesse preocupação e questionamentos acerca das formas e epistemologias que conduziram esses conhecimentos a desvendarem a “essência da experiência humana³⁴” (SHARP, 2009, p. 357, tradução minha). Rose chega a afirmar que Tuan não apresentou “apreensão em relação ao possível etnocentrismo de seus dados antropológicos nem de sua possível especificidade cultural. Em vez disso, ele argumentou que um sentido de lugar era tão **universal** que deveria ser ligado a características biológicas (...)” (ROSE, 1993, p. 52, tradução minha, grifo meu).

Se tais indagações acerca de suas premissas fundamentais fossem realizadas, apareceria como resultado que o princípio das representações artísticas que influenciaram a Geografia Humanística teve como base a Renascença Europeia (COSGROVE, 1985; SHARP, 2009; TUAN, 1985). Esses geógrafos reconhecem a influência humanista da Renascença, mas não pensam essa influência de forma crítica (COSGROVE, 1985). Se pensassem, compreenderiam que a paisagem primeiro “emergiu como um termo, uma ideia ou ainda

³³ “A literatura, mais do que os levantamentos das ciências sociais, nos fornecem informação detalhada e minuciosa de como os seres humanos percebem seus mundos” (TUAN, 1980 [1974], p. 56).

³⁴ Cf. COSGROVE, 1985.

melhor, ‘uma forma de ver’ o mundo externo, no século XV e início do século XVI” (COSGROVE, 1985, p. 46, tradução minha) e pela maior parte de sua história, “esteva intimamente ligada às apropriações práticas do espaço” (COSGROVE, 1985, p. 46, tradução minha). Se suas formulações envolvem ativamente enxergar a paisagem como apropriação, trata-se, essencialmente, de uma relação de dominação e controle (COSGROVE, 1985).

Esse domínio e controle são realizados através da perspectiva linear, a qual serve para centralizar e controlar o olhar a partir do ponto de fuga (COSGROVE, 1985, p. 48), fazendo a paisagem se tornar um texto que mostra qual a visão de mundo de quem realiza suas representações, as quais não escapam de ideologias. Ideologias que têm o espaço no qual a paisagem está a ser domesticada para diferentes usos, como foi durante a época das cidades mercantis italianas³⁵, após o desenvolvimento teórico e prático da perspectiva linear coerente no século XV na Renascença Toscana (COSGROVE, 1985, p. 47), desenvolvimento este que deixa claro que as formas dos objetos que vemos são relacionais e não absolutas, variando de acordo com nossa posição no espaço, nosso ângulo de visão e distância (COSGROVE, 1985, p. 48). Assim, o artista, através de sua perspectiva, é aquele que estabelece o arranjo e a composição, logo, o tempo específico dos eventos descritos (COSGROVE, 1985, p. 48). Podemos ver um exemplo de dominação da espaço através da representação da paisagem na Figura 2, no quadro *Mr and Mrs Andrews* de Thomas Gainsborough, que mostra o casal Andrews logo após seu casamento e tem como objetivo revelar a propriedade privada do marido, Robert Andrews de Auberries, propriedade que aumentou após seu casamento com Frances Carter da Casa Ballington³⁶.

Cosgrove é categórico ao afirmar que não há saída, pois toda essa composição das representações se trata sim de uma perspectiva masculina, dos homens (COSGROVE, 1985, p. 60). Fica ainda mais claro quando entendemos que tanto o olho que lê, já que a maioria dos geógrafos são homens (TIVERS, 1978, p. 1978), quanto o que realiza a representação da paisagem tem “domínio absoluto sobre o espaço” (COSGROVE, 1985, p. 48), controlando assim sua ordem de leitura e hierarquia de importância. O autor declara que a técnica da perspectiva era tão eficiente que não foi desafiada até o século XIX (COSGROVE, 1985, p. 48). Dessa forma, conclui:

A paisagem é então uma forma de ver, uma composição e estruturação do mundo

³⁵ “A matemática e a geometria eram diretamente relevantes para a vida econômica das cidades mercantis italianas da Renascença, para a troca e finanças capitalistas, para a agricultura e o mercado de terras, para a navegação e guerra” (COSGROVE, 1985, p. 50, tradução minha).

³⁶ Informação retirada do sítio online da Galeria Nacional do Reino Unido, The National Gallery. Disponível em <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/thomas-gainsborough-mr-and-mrs-andrews>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

que pode ser apropriada por um espectador individual descolado, para quem a ilusão de ordem e controle é oferecida através da composição do espaço de acordo com as certezas da geometria. **Essa ilusão muito frequentemente complementava um poder muito real e controle sobre os campos e fazendas por parte dos patronos e donos das pinturas de paisagem** (COSGROVE, 1985, p. 55, tradução minha, grifo meu).

Figura 2. Mr and Mrs Andrews de Thomas Gainsborough



Fonte: GAINSBOROUGH, Thomas, cerca de 1750. Disponível em <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/thomas-gainsborough-mr-and-mrs-andrews>>. Acesso em 2 jul. 2018.

Temos, destarte, um indivíduo que observa e representa a paisagem descolado dela, mantendo-se numa “localização divina” (COSGROVE, 1985, p. 49). Essa localização faz parte da norma implicitamente masculina da Geografia Humanística (ROSE, 1993, p. 44). Nisso, apaga o que podem vir a ser várias interpretações diferentes de Geografia feita por mulheres, embora o seu discurso dependa explicitamente de uma conceptualização feminina do lugar (ROSE, 1993, p. 44). Essa latente contradição existe porque a feminização do lugar é sexista e masculinista (ROSE, 1993, p. 45); é a generificação do Outro. Essa feminização é maléfica e possui fundamentos que estão na base da cultura misóginia e machista ocidental, tão adorada pelo **capitalismo patriarcal**, que coloca a mulher como objeto e propriedade do homem (ENGELS, 1984) em uma realidade na qual a mulher, ao ser absolutamente necessária para a reprodução da força de trabalho, produz valor de uso, fazendo com que o homem produza valor de troca (ROSSINI, 1998). Ao feminizar o lugar, a Geografia Humanística o faz em cima de noções pré-concebidas de significados ligados à Mulher, resultando em uma estereotipização de uma Mulher idealizada frente à diversidade e complexidade das mulheres

que vivem o mundo (ROSE, 1993, p. 45).

Tal idealização da mulher é complacente com formas misóginas de aprisionar (FELIPE, 2000) e enxergar a mulher como dócil, frágil, sentimental, comprometida, feliz na maternidade e maternagem³⁷, recatada, sem grandes ambições fora de seu escopo familiar, responsável etc.; estereótipos (NUNES; RAMOS; GUERRA, 2016) que ainda estão em voga, como na reportagem de Juliana Linhares (2016). Isso tudo resulta no lugar como Outro feminizado à custa das mulheres (ROSE, 1993, p. 45). Portanto, trata-se de uma idealização do lugar análoga à idealização presente na figura fictícia da Mulher.

A conceptualização feminina do lugar na Geografia Humanística acontece quando, de modo inverso às afirmações de contextualização do lugar frente aos sentimentos do homem, a autorreflexão dos geógrafos humanísticos não servia para que seu conhecimento fosse contextualizado, mas sim para universalizar suas afirmações (ROSE, 1993, p. 49). É um meio para entender a “verdade” do lugar (ROSE, 1993, p. 49). Eles refletiam sobre sua posição para validar a objetividade de seu *insight* e, embora reconhecessem conflitos de interpretação, eles presumiam que suas próprias interpretações transcendiam tais conflitos (ROSE, 1993, p. 49). Trata-se, portanto, por parte desses geógrafos, de uma subjetividade coerente fictícia (SHARP, 2009, p. 358) apoiada num programa anticientífico (COSGROVE, 1985, p. 46). Tuan, por exemplo, quando examina as diferenças do “sexo”, posiciona as mulheres em termos de diferenças corpóreas dos homens (1985, p. 61-62). Os homens não são comparados às mulheres, somente elas a eles; portanto, os homens são estabelecidos como a **norma** (Mesmo) e as mulheres são a exceção (Outro). Isso está claro quando ele pergunta, “o sexo feminino tem uma maneira característica de estruturar o mundo que é diferente do sexo masculino?” (TUAN, 1985, p. 62). Por que a pergunta não é inversa? Por que há pressuposto que o diferente é o pensamento do “sexo feminino”? Rose chega a conclusão que as mulheres são desvios de um sujeito implicitamente masculino (1993, p. 52), como mostrado pelo próprio Tuan na citação acima.

Há frequentes discussões na Geografia Humanística que a casa era um lugar particularmente significante, experimentado intensamente e cheio de memórias e experiências profundamente significativas (ROSE, 1993, p. 47). Há um verdadeiro entusiasmo por ela e, por se tratar do epítome de conceptualização do lugar, é nesse investimento teórico em relação a ela que vemos o masculinismo dessa corrente. Esse entusiasmo por tudo que é associado ao doméstico, no contexto do apagamento da vida das mulheres desses estudos, sugere que os

³⁷ Sobre maternidade e maternagem, cf. GRADVOHL, 2014.

geógrafos humanísticos estão trabalhando com uma noção masculinista de casa e lugar (ROSE, 1993, p. 53). A Geografia Humanística feminiza o lugar (ROSE, 1993, p. 56) porque a casa, o lugar, não é um que feministas reconheceriam: não tem conflito, é cuidadoso, nutre e é quase misticamente venerado pelos humanísticos (ROSE, 1993, p. 56), ou seja, trata-se da casa ideal. Seu masculinismo marginaliza considerações alternativas de lugar e somente a verdade deles é a verdade objetiva. O lugar é representado como Mulher, mas a racionalidade para tal representação é masculinista (ROSE, 1993, p. 56), já que o desejo de pertencimento, principalmente o pertencimento a casa, é suposto como um aspecto essencial da existência humana (ROSE, 1993, p. 51).

A casa é, para as feministas socialistas (marxistas), um lugar de conflito (ROSE, 1993, p. 54). Aqui fica clara a diferença entre os argumentos das feministas brancas, explanados na seção anterior, e as feministas socialistas. Enquanto as primeiras celebram a casa por ter e afirmam que a mesma possui uma subjetividade e socialidade especificamente femininas (ROSE, 1993, p. 26), as segundas veem na família e na casa o maior local de opressão das mulheres (ROSE, 1993, p. 54).

A casa é o lugar do trabalho não remunerado das mulheres na reprodução das relações sociais do sistema capitalista patriarcal (ROSE, 1993, p. 54), trabalho o qual reflete as tais relações e sustenta, através da esfera privada e da família nuclear, toda a gama do contexto do próprio sistema, já que, ao realizar a maternagem, os cuidados com os idosos, os cuidados para com o marido, a limpeza, a alimentação e manutenção da casa etc. e não receber nada por isso, as mulheres fazem parte do sistema que se apoia nesse seu trabalho não-remunerado (HARMAN, 1984): as mulheres produzem, então, o valor de uso (ROSSINI, 1998). Esse trabalho não tem reconhecimento social e não dá dor de cabeça para os capitalistas, já que eles não pagam por ele. Ou seja, se as feministas socialistas argumentam que a casa é o lugar central da opressão das mulheres, há pouca razão para se celebrar um sentido de pertencimento a ela e, menos ainda, para apoiar a afirmação dos geógrafos humanistas que a casa fornece o máximo sentido do lugar (ROSE, 1993, p. 55).

O idealismo da Geografia Humanística segue quando, para estes geógrafos, o lugar é a alma da vida espiritualizada. O lugar é indizível, a linguagem não o alcança, ele é antitético à análise e a experiência dele é pré-consciente (ROSE, 1993, p. 59). O masculinismo da Geografia Humanística pode ser visto, aqui, na sua tentativa de exaustividade, de esgotar a realidade da qual se fala. Contudo, essa tentativa vem acompanhada de um paradoxo porque o mesmo masculinismo busca o conhecimento exaustivo de algo que ele mesmo argumenta ser incognoscível (ROSE, 1993, p. 60). Por isso que a noção do lugar em si é o Outro, já que é

misterioso, incognoscível, além da linguagem e racionalidade e, portanto, feminino (ROSE, 1993, p. 60). A intenção de feminizar o lugar e a casa é clara quando vemos que o mesmo processo de espiritualização aconteceu com a figura da mulher. Como sintetiza Beauvoir sobre a figura da Mulher:

Vê-se a que ponto a figura da mulher se espiritualizou desde o aparecimento do cristianismo; a beleza, o calor, a intimidade que o homem deseja ter através dela não são mais qualidades sensíveis; em lugar de resumir a saborosa aparência das coisas ela torna-se a alma delas; mais profundo do que o mistério carnal, há em seu coração uma secreta e pura presença em que se reflete a verdade do mundo. Ela é a alma da casa, da família, do lar. Ela é também a das coletividades mais amplas; cidade, província, nação (BEAUVIOR, 1970, p. 221).

Ou seja, o interesse destes geógrafos em assuntos feminizados por eles mesmos é sua atitude masculinista (ROSE, 1993, p. 61). Esse masculinismo afirma conhecer, através de sua sensibilidade aguçada e inigualável, a experiência humana obscura, ainda que profunda; a masculinidade estética da Geografia Humanística, por fim, reivindica sensibilidade completa a um mundo misterioso, ainda que crucial (ROSE, 1993, p. 61).

2.2 COMO FOI ORGANIZADA A PREOCUPAÇÃO DA GEOGRAFIA ACERCA DAS QUESTÕES DE GÊNERO

“A maioria dos geógrafos sabe pouco sobre teoria feminista” já escreviam Bowlby, Foord e Mackenzie em 1982 (p. 19). Infelizmente, o mesmo comentário cabe aos dias atuais, mesmo após quase 40 anos de sua pronúncia original, principalmente quando falamos da produção geográfica no Brasil (cf. SILVA, 2009; SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010; CESAR, 2015; SILVA; PINTO, 2016; SILVA; CESAR; PINTO, 2015). A Geografia foi, e ainda é, uma das últimas disciplinas das ciências humanas a apresentar de forma coesa – tanto em sua teoria quanto em sua prática – a teoria feminista como parte integral de sua luta política. Não se trata de ter o feminismo como simples anexo, mas sim reconhecer a importância do tratamento de sua teoria como parte fundamental e imprescindível da disciplina, teoria esta que deve ter seus padrões estabelecidos e respeitados de forma séria e assídua dentro de todas as áreas de investigação científica dentro da Geografia para que esse campo se torne cada vez mais complexo, estabelecendo relações significativas com a sociedade e auxiliando para que ela se torne cada vez mais justa para todos seus participantes, e até mesmo imaginando novas formas de existência. Isso significa entender o papel do gênero e suas intrincadas relações como fatores estruturantes da realidade social em todas as

suas esferas.

É lamentável quando se percebe que, mesmo com a infusão de teorias que visam e têm a emancipação da sociedade em sua agenda, como, por exemplo, o Marxismo Revolucionário dentro da Geografia Crítica, houve, e ainda há, uma clara ausência e falta de devida atenção às questões que dizem respeito às mulheres e às relações de gênero, como já documentado desde o final da década de 60 do século XX³⁸. Para além da necessidade de alienar e manipular a sociedade por parte da ideologia burguesa capitalista, é de interesse do campo de produção de conhecimento crítico e revolucionário que a mulher e as relações de gênero sejam estudadas em sua plenitude, pois não se trata de um estudo da categoria ‘mulher’ isento de suas relações com as demais pessoas da sociedade, mas sim um estudo das formas como a sociedade se comporta no fazer das relações interpessoais quando o gênero é mediador dessas relações. As relações de classe e de gênero são, afinal, “relações estruturantes e fundamentais da sociedade em oposição a outras relações (professor/aluno, médico/paciente, jovens/velhos) que são relações contingentes” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 94), por isso é importante levar a sério que a classe trabalhadora têm dois sexos (HIRATA; KERGOAT, 1994) e que dizer isso “significa, em suma, [dizer] que as relações de classe são sexuadas. Por isso é necessário conceitualizar a noção de classe operária sexuada, com sua proposição recíproca, as relações de sexo são atravessadas por pontos de vista de classe, elas são ‘classistas’.” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 95-96).

A denúncia de Wilbur Zelinsky na década de 1970 foi recebida com preocupação por parte de pesquisadores engajados e comprometidos com a verdadeira emancipação da sociedade como um todo e trouxe uma enxurrada de artigos e livros denunciando a influência da ideologia sexista e machista do capitalismo patriarcal dentro da produção geográfica e sua consequente prática, já que o machismo é um dado estruturante do capitalismo e o patriarcado é “a forma social-histórica de dominação” do mesmo (MULHERES MEMBROS DO GMARX, 2017, p. 121). Essa preocupação apresentou momentos (ou fases) com diferentes graus de organização e linearidades que se entrelaçaram na produção geográfica que se preocupou em incorporar o feminismo como parte incondicional da luta política contra o sistema excluente. Louise Johnson nota três fases nas ciências que passaram a dar importância ao feminismo, inclusive a Geografia: crítica, reconceitualização e crítica da epistemologia que utiliza *insights* e objetivos políticos dos movimentos das mulheres

³⁸ O periódico marxista *Antipode* foi porta de entrada tanto da crítica marxista dentro da Geografia anglófona como também foi porta de entrada do feminismo marxista dentro da Geografia, o que se deu em passos lentos, mas persistentes (ROSE, 1993, p. 117). O periódico ainda apresenta grande importância e pode ser encontrado em <<https://onlinelibrary.wiley.com/journal/14678330>>.

(JOHNSON, 1985, p. 161). No ano de seu trabalho, isto é, em 1985, a terceira fase ainda não estava bem estabelecida e mal havia começado na Geografia.

A primeira fase foi marcada por críticas à estrutura sexista e enviesada da disciplina e contou com uma miríade de questionamentos, inquietações, propostas e sugestões, partindo da organização de dados que delineavam a gritante ausência das mulheres, como foi o caso de Monk e Hanson (1982), Rubin (1979) e Zelinsky (1973a, 1973b); passando por esforços de buscar a gênese da hierarquia e opressão de gênero na sociedade, como fez Bruegel (1973) e Burnett (1973) ao apontarem possíveis origens da divisão sexual das relações humanas; e chegando às soluções de como melhorar a disciplina, que foi o que Monk e Hanson (1982) fizeram ao sugerir que a demografia e o foco da Geografia deveriam mudar e as mulheres deveriam ser colocadas para dentro e ter suas preocupações explicitamente consideradas. O momento oportuno da primeira fase da Geografia Feminista teve início nos Estados Unidos da América (EUA) porque se deu a partir das revoltas dos estudantes e jovens, o movimento Black Power e o Partido marxista dos Panteras Negras e o movimento de libertação iniciado pelas mulheres nas décadas de 1960 e 1970 (JOHNSON, 1985, p. 163). Rubin coloca como imprescindível para o momento da Geografia Feminista a emenda constitucional de 1972 que determinou que a discriminação baseada no sexo era proibida contra estudantes e empregadas(os) em instituições educacionais que são fundadas pelo governo federal dos EUA (RUBIN, 1979).

A segunda fase diz respeito às indagações acerca da inclusão das mulheres. Após a crítica inspirada no feminismo à Geografia, o resultado mais visível foram os estudos em relação aos “problemas das mulheres” (JOHNSON, 1985, p. 167). Essa forma de inclusão é liberal porque presume a divisão sexual do trabalho dentro e fora da família (JOHNSON, 1985, p. 168). Ou seja, os estudos que têm como objetivo falar sobre os problemas que afigem as mulheres tomam como premissa a divisão sexual do trabalho ao não se importarem em investigar a gênese da mesma. Um excelente exemplo é o trabalho de Anna Howe e Kevin O’Connor (1982) sobre o deslocamento de mulheres e homens para o trabalho na área metropolitana de Melbourne, no estado de Victoria, na Austrália. O estudo presume que as mulheres serão mais constrangidas pela distância do que os homens, além de iniciar os estudos partindo do pressuposto de agregados familiares com somente um carro, sendo o homem o único a ter acesso a ele por trabalhar mais longe. Os autores não pensam em tratar da questão trabalhista de salários desiguais com base no sexo, discrepância a qual poderia explicar a questão do carro ser usado “somente” pelo homem (JOHNSON, 1985, p. 168). Também negligenciam questionamentos que poderiam explicar a desvantagem das mulheres

no deslocamento e, assim, deixam de lado o estudo da frota de transportes públicos. Howe e O'Connor não questionam a divisão sexual do trabalho doméstico que faz com que o homem consiga sair para trabalhar e, neste contexto, em trabalhos mais distantes, ou seja, ao mesmo tempo em que estudam a *experiência* do trabalho do homem, estudam a *entrada* das mulheres na força de trabalho sem questionar a divisão sexual que deu base para esse desenvolvimento e o trabalho doméstico não remunerado da mulher que permite o homem trabalhar fora de casa. Ao afirmarem que a localização da residência de alguma forma explica a divisão sexual do trabalho (HOWE; O'CONNOR, 1982, p. 163), não compreendem que, na verdade, é a segregação residencial, a suburbanização, a marginalização da mão de obra feminina e a discrepância salarial entre os sexos que vêm da divisão do trabalho. Trata-se, portanto, de consequências e não causas da divisão sexual do trabalho. O trabalho de Howe e O'Connor, então, deixa claro que uma resposta liberal às demandas sobre estudos feministas e sobre as mulheres não é suficientemente resolvida ao falar sobre mulheres, seus “problemas”, ou seja, colocar a mulheres dentro da Geografia como pessoas estudadas ou pesquisadoras não é o suficiente para que se faça uma Geografia Feminista; é necessária uma epistemologia que tenha a emancipação da mulher e da sociedade em mente, já que uma é condição *sine qua non* da outra (ENGELS, 1984; ROSSINI, 1998). Johnson deixa clara a situação quando afirma que há uma ingenuidade em pressupor que mais mulheres geógrafas produzirão uma Geografia Feminista, já que as mulheres não são automaticamente feministas (JOHNSON, 1985, p. 169).

A terceira fase é a Geografia Feminista Socialista ou Marxista. Trata-se da crítica dos pressupostos que estão por trás da escolha das variáveis dos estudos das relações de gênero e da posição dos relacionados (mulheres e homens) na sociedade e sua relação com a natureza. Essa fase é importante porque é somente a partir da união do marxismo e do feminismo como formas de lutas coletivas que a sociedade alcançará sua verdadeira emancipação (CISNE, 2005; CISNE, 2018). Suzanne Mackenzie resume com maestria essa questão quando questiona: “quais relações sociais [e econômicas] definem a posição das mulheres na sociedade contemporânea?” (1980, p. 47). Linda McDowell (1983) fez um estudo que representa a terceira fase: a autora buscou estudar e relacionar a forma e localização das casas privadas e públicas da Bretanha (Reino Unido) à divisão sexual do trabalho e a ideologia da casa e da comunidade, e chegou à conclusão que a expansão da ocupação privada está relacionada ao crescimento das sociedades, política de Estado consciente e a ideologia da domesticidade consumista para as mulheres (JOHNSON, 1985; McDOWELL, 1983). A terceira fase é pautada pelas “relações conscientes sendo feitas entre as preocupações da disciplina, escrita teórica feminista e **ativismo** feminista” (JOHNSON, 1985, p. 170, grifo

meu). Dessa forma,

Como resultado, as mulheres não só estão sendo adicionadas ao conhecimento geográfico, mas um desafio começou em relação ao que essa categoria significa ao longo do tempo. O espaço não é mais fetichizado, mas é visto como um dos componentes entre outros que expressam e restringem um conjunto em mudança de relações de gênero (JOHNSON, 1985, p. 170).

As três fases apontadas por Johnson (1985) são pertinentes para que se possa organizar a penetração das mulheres, do feminismo e das relações de gênero, através de um viés crítico e muito bem curado, nas mais diversas leituras da produção geográfica. É interessante ver que os países onde estão as autoras(es) estudadas(os), tais como Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, Austrália, Espanha, Portugal, já estão na terceira fase, onde há uma crítica epistemológica e também um apontamento da saída desta situação, isto é, o capitalismo patriarcal, mas há também países que estão caminhando na primeira fase, como é o caso do Brasil, o que será explicado em detalhes no próximo capítulo.

2.3 AFINAL, O QUE É GEOGRAFIA FEMINISTA?

Esta monografia defende que Geografia Feminista é uma epistemologia crítica que realiza a compreensão e investigação contínua da realidade concreta contraditória, suas relações sócio-político-econômicas e as relações da sociedade com a natureza com reflexos na construção do espaço, que é, indubitavelmente, social. Espaço que tem o sofisticado sistema de gênero como mediador. Trata-se, então, de entender as relações de gênero como uma **dimensão mediata** da realidade concreta contraditória. De acordo com Leandro Konder, a dimensão mediata “são as mediações que levam tal coisa estar em tal lugar em tal tempo” (2008 [1981], p. 45). Na Geografia Feminista, esta dimensão se reflete em perguntas como ‘Por que as mulheres têm jornada de trabalho diferenciada dos homens?’, ‘Por que os homens têm condições de poder oprimir as mulheres em casa, mas sofrem opressão no trabalho?’, ‘Quais são as diferentes formas de opressão em diferentes espaços nos quais circulam mulheres e homens?’, ‘Quais respostas seriam o suficiente para compreender a corporeidade das mulheres e dos homens no espaço geográfico?’, ‘Em que diferem os caminhos das mulheres e dos homens?’, ‘O que o capital ganha ao relegar as mulheres a tipos de empregos específicos?’, ‘Como a hierarquia de gênero estabelece a forma de contratação no mundo do trabalho?’, ‘Como a comunidade está inserida na lógica do capitalismo sexista?’, ‘Quais são as formas de resistência que são criadas pelas contradições do próprio desenvolvimento do

capitalismo?’, ‘Estar perto é estar junto?’, ‘Como organizar a classe trabalhadora levando em conta sua dispersão na atualidade?’, ‘Como organizar a classe trabalhadora que tem dois sexos?’, ‘As formas de relacionamento com a natureza são as mesmas para as mulheres e os homens? Se sim, por quê? Se não, por que não?’ etc.

Não pretendo conseguir responder todas essas perguntas, isso seria trabalho para uma dissertação com bastante fôlego, mas o levantamento de questões é indispensável para este singelo trabalho, pois apresenta um fio condutor invisível de como estudar a realidade posta. Sem questionamentos, a busca por respostas fica truncada e não rende reflexões, por isso considero tão importante a elaboração de perguntas, mesmo que não serão respondidas aqui.

3. A RESPOSTA DA GEOGRAFIA PRODUZIDA NO BRASIL ÀS INQUIETAÇÕES FEMINISTAS

A repetição institui a tradição epistêmica que cria resistências às diferentes formas de olhar a realidade espacial, como é o caso das relações de gênero na geografia brasileira.

Joseli Maria Silva et al., 2015.

Assim como a importante feminista Berry Friedan (DUARTE, 2006), o movimento feminista estremece os alicerces misóginos, patriarcais e capitalistas por onde quer que passe. Os questionamentos acerca da posição da mulher dentro da sociedade levam a uma inquietação generalizada e, ainda mais importante, *generificada*, que traz luz, fulgurando o caminho de muitas mulheres e também de homens que se prontificam a escutar e, de certa forma, abrir mão de concepções firmemente enraizadas, muitas desde o processo de socialização da infância que força uma construção artificial das diferenças pautada no sexo. Ou seja, assim como o escravo só se torna escravo em certas relações, as mulheres também só se tornam inferiores aos homens em certas relações, mais notadamente no patriarcalismo e no sistema capitalista (RUBIN, 1993). Inversamente, seria prudente notar o papel que o oprimido apresenta na própria concepção e contrução do papel e existência do opressor (HEGEL, 1992 [1807]; FANON, 1968). Qual dos dois precisa mais do outro? Verdadeiramente, quem oprime ou quem é oprimido? O quanto poderíamos quantificar e qualificar a vida do oprimido sem o opressor? E o opressor sem oprimido, consegue constituir uma identidade, que é notadamente baseada na coerção, sem alguém para oprimir e dominar? Esses questionamentos são tão válidos para a relação entre homens x mulheres quanto para a relação senhor x escravo, embora haja diferenças epistêmicas que devam ser levadas em consideração no aprofundamento desta comparação, as quais não serão desenvolvidas neste trabalho pela falta de espaço e tempo.

Dada as suas bases questionadoras, não é difícil encontrar resistência ao feminismo (HOWARD, 2000; NIELSEN, 2001; SCHREIBER, 2008). Isso acontece por parte de mulheres que veem as palavras “feminismo” e “feminista” como sujas e sórdidas, portanto querem distância deste rótulo ou identidade, embora, contraditoriamente, muitas vezes, as suas lutas, por exemplo, à favor da “família tradicional”, contra o aborto, contra o casamento

homossexual etc. sejam **formas** de resistência, ativismo, luta e militância que foram conquistadas *por* mulheres que bravamente lutaram a favor do feminismo e da participação das mulheres em diferentes espaços organizados.

A oposição ao feminismo também acontece conscientemente e de forma organizada por parte de uma parcela da população, principalmente composta por homens, que acredita que a hierarquia e opressão de gênero é uma forma de vitimismo das mulheres. Isso acontece principalmente no Ocidente, onde os direitos iguais já “teriam sido conquistados” e o Estado já fez tudo o que deveria ser feito pelas mulheres (DOWARD, 2017; GLENNIE, 2017; KAUR-BALLAGAN; STANNARD, 2018). Contudo, um problema que ainda permeia as relações entre os gêneros é da diferença salarial, que atinge desde os países mais “desenvolvidos”, os “centrais”, do Ocidente (BLAU; KAHN, 2016; OLIVETI; PETRONGOLO, 2016; KLEVEN; LANDAIS; SØGAARD, 2018) até os “emergentes”, “periféricos” como o Brasil, assim como países Orientais (JURAJDA, 2010); essas diferenças são, portanto, encontradas em todo o mundo (WEICHSELBAUMER; WINTER-EBMER, 2005). Um exemplo são os dados mais recentes do Brasil quando, no segundo trimestre de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³⁹ reportou que o rendimento médio real do trabalho principal por sexo tinha as seguintes características: os homens recebem uma média de R\$2.368,00 e as mulheres uma média de R\$1.812,00. As mulheres recebem, portanto, 76,52% do que os homens recebem. É como se, para cada 1 (um) real que o homem recebe, as mulheres recebessem setenta e seis centavos. Isso acontece apesar do fato que elas trabalham mais que os homens e possuem mais anos de estudos⁴⁰. Como ironizam feministas no documentário *Porque as mulheres ganham menos* da série *Explicando*⁴¹ da Netflix: “não há desconto para mulheres por serem mulheres”; as mulheres ganham menos e têm de viver com essa diferença e suas consequências diariamente.

É, portanto, com motivos de sobra que livros com caráter introdutório (HOOKS, 2000a; ADICHIE, 2014) são escritos convidando todas as pessoas a refletirem acerca da necessidade do conhecimento das verdadeiras motivações do feminismo, as quais são, contrárias às especulações reacionárias e conservadoras, marcadas pela emancipação **total** da sociedade e todos os seus membros, principalmente às formulações feministas marxistas (CISNE, 2005;

³⁹ Cf. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#notas-tabela>

⁴⁰ Cf. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>;

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/desigualdade-salarial-homem-mulher-ibge.htm>;
<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>;

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>.

⁴¹ <https://www.netflix.com/br/title/80216752>.

CISNE, 2018). Não se trata da defesa de uma forma “inversa” de opressão, na qual as mulheres estariam ocupando a posição de opressoras, mas sim a verdadeira emancipação de todas e todos.

3.1 ORIGENS DO MOVIMENTO DAS MULHERES E DO FEMINISMO NO BRASIL

Primeiramente, é importante lembrar que “movimento das mulheres” e “feminismo” não possuem o mesmo significado.

A expressão “movimento das mulheres” significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao “movimento feminista” refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história (TELES, 1999, p. 12).

As palavras acima articuladas por Amelinha⁴², ou Maria Amélia de Almeida Teles, mostram a importante diferença epistemológica entre o que chamamos de movimento das mulheres e o movimento feminista. O **movimento das mulheres** sempre esteve presente no Brasil (TELES, 1999) e foi marcado, no início do século XX, por mulheres sufragistas, tecelãs e costureiras; as primeiras reivindicavam sua cidadania através da luta pelo voto e se desmobilizaram após conseguir suas demandas, e as segundas “batalharam pela redução da jornada e melhores condições de trabalho” (TELES, 1999, p. 13). Aqui é importante notarmos que há um caráter inegavelmente *proletário* da luta, mesmo que as mulheres que participavam não usassem esse nome ou o reconhecesse como bandeira de luta. Afinal, os movimentos de cunho contestatório da(s) ordem(ordens) vigente(s) acontecem à parte das denominações, principalmente teóricas, e seus diagnósticos, que podem vir a ser contundentes na caracterização da luta *após* ela ter acontecido. A distância espaço-temporal é importante para a compreensão dos movimentos que desafiam a ordemposta, pois só aí as contestações podem ser analisadas sem o fervor do momento com a base teórica e de método corretamente articulada.

Friso o caráter proletário da luta porque as mobilizações estavam concentradas em melhorar o ambiente formal de trabalho e suas subdivisões, o que mostra que as mulheres sabiam que viviam com uma jornada ampliada quando comparada à dos homens. Logo, as mulheres já sentiam na pele e conheciam, até certo ponto, a opressão capitalista patriarcal sobre suas vidas e, embora tenham conseguido uma parte de suas demandas, dado que suas

⁴² Apelido carinhoso pelo qual a autora é conhecida nos círculos feministas e movimento das mulheres, assim como em palestras sobre os temas previamente citados e também sobre a Ditadura Militar brasileira do século XX.

jornadas de trabalho ainda não eram iguais às jornadas dos homens, apresentavam descenso em sua luta (TELES, 1999, p. 14). O diagnóstico que pode ser apresentado acerca deste descenso e falta de unidade é a falta de consciência de classe. Até porque a adjetivação proletária da luta não significa que os sujeitos políticos, nesse caso, as mulheres, tinham plena consciência do desenvolver da luta e estratégias necessárias para alcançar suas metas e objetivos. Esse descenso, infelizmente, desmobilizou o movimento das mulheres e trouxe perdas para todas.

Já o **feminismo**, defende Teles (1999), foi pautado no que seria uma ruptura das bases do próprio movimento das mulheres e suas articulações, propósitos, organizações, formas de combate e estudo etc. O feminismo que bebeu, até certo ponto, do Iluminismo, buscava o emancipacionismo pautado na igualdade de direitos, esta igualdade que era “mantida na esfera dos valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos” (TELES, 1999, p. 10). Já no final do século XX, que foi quando a autora escreveu o livro, o feminismo “formula o conceito de libertação que prescinde da “igualdade” para afirmar a diferença – compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina” (TELES, 1999, p. 10). Ou seja, a diferença é a ascensão histórica da própria identidade feminina e não há a necessidade de pensar sobre “igualdade”, mas sim somente sobre as diferenças entre as pessoas. Só por as pessoas serem diferentes, isso já é motivo suficiente para que possam receber tratamento humano, viver com dignidade etc. Esta forma de leitura da realidade retrata, também, a complexidade do *Caso Sears* (SCOTT, 1988), que já foi apresentado no Capítulo 2 desta monografia. O que é similar em ambas autoras (TELES, 1999; SCOTT, 1988) é a importância dada à libertação das mulheres, que não precisam ser colocadas em pé de igualdade com os homens para serem consideradas cidadãs e terem uma vida digna.

O movimento das mulheres no Brasil vem desde a colonização, levado a frente de forma corajosa por mulheres que tinham muito a perder, dado que as negras escravas, por exemplo, poderiam sofrer represálias de seus senhores e de suas mulheres (TELES, 1999, p. 21). A participação política das mulheres no Brasil Colônia é sintetizada na seguinte passagem:

Mulheres de classes distintas se destacaram nos acontecimentos [do] (...) período [colonial]. A contribuição histórica de cada uma delas ficou certamente condicionada ao vínculo político: houve aquelas que apoiaram as iniciativas do colonizador e as que se comprometeram com os ideais das maiorias colonizadas. De ambos os lados, **todas foram relegadas ao esquecimento pela história oficial**. Quando isso não foi possível devido em alguns casos à projeção popular alcançada, tratou-se logo de lhes atribuir qualidades negativas como a loucura ou a prostituição, no sentido de desmerecer-las, como foi o caso de **Bárbara Heliodora, Dona Beja**,

Chica da Silva, Marília de Dirceu, entre outras (TELES, 1999, p. 22, grifos meus).

Vê-se então que o fato comum entre todas as mulheres neste período foi o esquecimento histórico, o qual é perpetuado até os dias de hoje. Quantas dessas mulheres estudamos? Quantas conhecemos? Quantas mais conseguimos nomear? Onde podemos encontrar as formas de retrato do trabalho dessas mulheres? Onde estão suas colaborações?

Já no Brasil Império, durante o século XIX, houve luta das mulheres pelo direito à educação (TELES, 1999, p. 27). A instrução que conseguiram receber, contudo, foi sobre preparação para as atividades domésticas ditas ‘femininas’, ‘de mulher’ etc., o que se resume em “trabalhos com agulha” ao invés da instrução propriamente dita, o que seria escrita, leitura e contas (TELES, 1999, p. 27). O que mudou e avançou a luta foi a tomada da frente da independência brasileira por conta da classe dominante, que fez com que as mudanças socio-político-econômicas abrissem espaço para novas ideias, o que inevitavelmente abriu espaço para as mulheres, que questionaram sua condição e papel na sociedade daquele tempo (TELES, 1999, p. 29). Dessa forma, as sociedades abolicionistas organizadas pelas mulheres foram um exemplo dessa circulação de novas ideias (TELES, 1999, p. 29). Entre muitas, duas mulheres merecem destaque: **Maria Firmina dos Reis**, negra e nascida em São Luís do Maranhão, que foi a primeira romancista brasileira com o romance *Úrsula*; e **Nísia Floresta Brasileira Augusta**, que “defendeu a abolição da escravatura, ao lado de propostas como a educação e a emancipação da mulher e a instauração da República” (TELES, 1999, p.30) . Ainda no Império surgiu **Chiquinha Gonzaga**, primeira compositora popular brasileira, que também não se mostrou satisfeita com a condição da mulher. Isso fica clara quando para Chiquinha,

a vida de casada não lhe agradava. Precisava da música e quando o marido vendeu seu piano, ela comprou um violão, o que provocou novas brigas entre o casal. Convidada a escolher entre o marido e o violão, não teve dúvidas. Ficou com o violão (TELES, 1999, p. 32).

Chiquinha não ficou presa à esfera musical, também criticou os rumos que o governo seguiu durante e após a proclamação da República. O papel relevante das mulheres na História do Brasil fica, então, cada vez mais claro.

Um recurso extremamente importante para época foi a imprensa das mulheres aqui no Brasil, país que, de acordo com Teles (1999, p. 33), houve maior empenho do jornalismo feminista dentro da América Latina. Jornalismo que foi bastante presente quando comparado ao que temos hodiernamente, em pleno século XXI, na era digital e das redes sociais, onde o alcance poderia ser muito maior que no século XIX.

O primeiro jornal foi *O Jornal das Senhoras*, editado a partir de 1852 por **Joana de**

Paula Manso (argentina que viveu no Rio de Janeiro). Houve também o *Belo Sexo*, dirigido a partir de 1862 por **Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar**. Entre os existentes naquela época, dois jornais merecem ser lembrados por suas premissas, as quais fugiam das postas por outros veículos de divulgação da condição da vida da mulher. O primeiro é *O Sexo Feminino*, que foi dirigido por **Francisca Senhorinha de Motta Diniz**. A sua inovação foi que

Em vez de apelar aos homens, como fizeram suas antecessoras a fim de ganhar espaço e talvez convencê-los, Francisca dirigiu-se diretamente às mulheres, para que tomassem consciência de sua identidade e seus direitos. Ela defendia a ideia de que a dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu status (TELES, 1999, p. 34).

O fato de *O Sexo Feminino* falar diretamente com as mulheres a favor de sua autonomia é importante porque significa que não atendeu ou estava disponível ao olhar masculino, ou seja, tem as mulheres como público alvo e não considera por na balança ou barganhar suas predisposições a favor da mulher e sua qualidade de vida para atingir o público geral. Consideravam e deixavam claro que a qualidade de vida da mulher poderia ser superior à da época. Isso fica claro quando o jornal falava sobre a dominação a partir da dependência econômica e da falta de educação por parte das mulheres. A crítica do jornal é interessantíssima porque, ao mesmo tempo que mostra a relação de poder econômico e educativo entre o homem e a mulher, deixa claro que o Estado é complacente ao não atender às demandas para educação da mulher e sua consequente autonomia dentro do sistema.

O segundo que merece maior destaque é *A Família*, dirigido a partir de 1888 pela

lutadora feminista **Josefina Álvares [de] Azevedo**. Josefina defendia o direito de voto. Ao contrário de suas antecessoras, não aceitava a chefia do homem na família. Considerava-o "um **désputa**", que tratava sempre de exercer o domínio sobre os outros indivíduos (TELES, 1999, p. 35, grifo meu).

Propositalmente ou não, as posições de Josefina Álvares [de] Azevedo foram perfeitamente ao encontro das considerações de Marx e Engels (1984, p. 61-62), já citadas previamente nesta monografia, que deixam claro que o princípio da família é a escravidão com a submissão da mulher e filhos frente ao homem tirano. A posição da diretora era combativa e não se acanhava ao gerar debates e desconfortos, porque a finalidade da posição do jornal está dentro do alcance da autonomia da mulher numa mentalidade de libertação principalmente consciente daquele que lhe faz refém, o que neste caso é o marido, por isso é chamado de **désputa**. Como se percebe, a posição do jornal foi corajosa e inspiradora até os dias atuais.

Os jornais coordenados e dirigidos pelas mulheres abordavam uma miríade de assuntos: defesa da maternidade, direitos e aptidões das mulheres, conhecimentos práticos em saúde, cuidados domésticos, moda e teatro. Também acolhiam manifestações literárias

(contos, poesias e ensaios). A existência desses debates jornalísticos não pode ser descolada do que estava acontecendo ao redor do mundo. Assim como a influente bailarina italiana **Maria Baderna**, que participou fervorosamente de movimentos políticos europeus contra os reis e a ordem vigente (TELES, 1999, p. 33) e depois veio prestar solidariedade à luta dos escravos no Brasil, a luta das mulheres brasileiras e no Brasil também estava sim ligada ao movimento iniciado pelas mulheres na Europa e nos Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XVIII, principalmente com a Revolução Francesa e Independência dos Estados Unidos da América. A importantíssima figura de **Olympe de Gouges** e sua obra *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de 1791 também foram centrais para auxiliar as mulheres no direcionamento das demandas, embora houvesse um teor conservador na declaração ao falar sobre “bons costumes” e “propriedade”, por exemplo (GOUGES, 2007 [1791]). A partir do texto jurídico de Gouges, as mulheres francesas se inspiraram,

se rebelaram e se colocaram à frente dos combates durante levantes populares em Paris. Fundaram clubes para discutir tanto os problemas sociais e políticos do país, como os direitos das mulheres: Sociedade da Voz das Mulheres, Comitê dos Direitos da Mulher, União das Mulheres e Sociedade de Emulação das Mulheres (TELES, 1999, p. 37).

Esse movimento cresceu e, em 1849, **Jeanne Deroin** apresentou-se como candidata à Assembleia Legislativa na França, declarando que vinha se apresentar e

solicitar seus votos para que se consagre um grande princípio: a igualdade política e civil dos sexos. **Uma assembleia legislativa inteiramente composta de homens é incompetente para aprovar leis que regem uma sociedade composta de homens e mulheres** (TELES, 1999, p. 38, grifo meu).

O movimento crescia ao redor do mundo e os homens dirigentes da política e da economia se viram obrigados a atender as demandas, já que as mulheres se organizavam cada vez mais, sendo essa organização uma arma poderosa e influente, que disseminava frutos rapidamente. Um exemplo de organização é **Lisa Lemonnier**, que “organizou oficinas cooperativas de mulheres e criou uma escola para aprimorar seu nível cultural e profissional” (TELES, 1999, p. 38). Foi sob essa enorme pressão que em 1979 o Partido Socialista Francês “se pronunciou a favor da igualdade dos sexos tanto no nível civil como no político” (TELES, 1999, p. 39). Finalmente.

As inglesas também fizeram muito barulho: travaram lutas por seus direitos civis; a partir de 1880 empenharam-se em conquistar o direito de voto; organizaram, a partir de 1890, “campanhas para eliminar as causas sociais da prostituição e denunciavam (...) a educação burguesa como responsável pela submissão das mulheres” (TELES, 1999, p. 39). Já as estadunidenses que lutaram por condições igualitárias durante a luta pela independência dos Estados Unidos da América, insistiam também “em ampliar os direitos femininos na família,

em nome da Revolução” (TELES, 1999, p. 39). Embora se tratasse de um movimento conservador, o fato de ter sido liderado por mulheres precisa ser compreendido no contexto da época e sua consequente importância, até porque ajudou a ampliar origem ao movimento das mulheres e hoje em dia a organização sem fins lucrativos intitulada *Daughters of the American Revolution*⁴³ é uma forma remanescente do conservadorismo patriota das mulheres que nasceu na época da luta pela independência.

As mulheres latino-americanas não ficaram atrás e, em 1876, as chilenas se anteciparam às europeias ao tirar proveito de uma lacuna na Constituição de seu país, que não explicitava a proibição do voto feminino, ou seja, aproveitaram essa brecha para exercer seus direitos eleitorais e algumas conseguiram se inscrever, apesar da negativa das autoridades (TELES, 1999, p. 40). Teles nota que o desprezo pelas mulheres e crianças era tanto que elas não eram lembradas na elaboração de Constituições, já que o pressuposto era que somente homens (brancos e abastados) eram cidadãos (1999, p. 40).

O movimento das mulheres na Primeira República brasileira (TELES, 1999, p. 41-46) foi marcada por: greves das operárias têxteis; movimento pelo voto (**Bertha Luz** organizou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino); melhores condições de trabalho (redução de jornada e fim do trabalho noturno para mulheres e crianças); luta por igualdade política (**Maria Lacerda de Moura** e **Bertha Luz** fundaram no Rio de Janeiro a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher) e ações em importantes movimentos políticos, como a Coluna Prestes. Já a mulher negra “teve um papel preponderante ao garantir sozinha a sobrevivência de sua família, quando apenas ela conseguia ainda algum serviço remunerado” (TELES, 1999, p. 42). Isso acontece porque, de acordo com SILVA (2014), as mulheres negras existiam unicamente para servir aos outros. Não houve formas de cooperação, engajamento ou até mesmo apoio do resto da sociedade, então as mulheres negras tiveram de lidar com suas dores e responsabilidades numa solidão que marcou sua exclusão e marginalização da sociedade, consequências que estão presentes até os dias atuais. Isso é uma das razões que explicam as raízes do movimento das mulheres negras e da discussão da pauta conhecida como “solidão da mulher negra” (PACHECO, 2008; SOUZA, 2008; PACHECO, 2013), considerada central para a compreensão entre as diferenças entre mulheres negras e brancas na atual sociedade brasileira.

Como o voto é extremamente importante no reconhecimento das mulheres como parte íntegra da sociedade e também como cidadãs, a conquista do voto em 1930 foi

⁴³ Filhas da Revolução Americana.

fundamental para a luta das mulheres e para o feminismo. A concentração da luta nas questões da proteção da maternidade e das crianças veio após a vitória do voto feminino e são lutas que estão presentes até os dias atuais. O direito do voto veio somente após a Revolução de 1930,

Esta [Revolução de 1930], embora originada por uma divisão no seio das oligarquias que dominavam o Brasil, teve de reconhecer a necessidade de espaço pleiteado por setores da população antes simplesmente ignorados ou, no caso dos trabalhadores, tratados sempre como caso de polícia. Nesse contexto foi que a luta pelo voto feminino conseguiu resultado positivo, voto incorporado à Constituição brasileira de 1934, com a ajuda de **Carlota Pereira de Queirós**, a primeira constituinte brasileira (TELES, 1999, p. 46, grifo meu).

A Segunda República foi marcada pela fundação de inúmeros movimentos comandados, dirigidos e construídos por mulheres. A União Feminina, por exemplo, nasceu em 1934 como parte Aliança Nacional Libertadora (ANL), e contou com a participação, principalmente, de intelectuais e operárias (TELES, 1999, p. 47). Após o golpe de Estado de Getúlio Vargas, “a luta da mulher fundiu-se praticamente com a de todo o povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia” (TELES, 1999, p. 47). As mulheres também organizaram no Rio de Janeiro o Comitê das Mulheres pela Democracia para que fosse possível buscar a participação de fato na consolidação da democracia, o que mostrou ser um caminho cheio de obstáculos, fato consolidado quando a Assembleia Constituinte em 1946 não contou com a participação de nenhuma mulher (TELES, 1999, p. 48). O resultado é o seguinte: “Enquanto a Constituição de 1934 não admitia a discriminação por sexo, a de 1946 não tratou a questão. Mas condenou o preconceito racial” (TELES, 1999, p. 48). Houve também o Jornal Momento Feminino, criado em 1974 e editado por **Arcelina Mochel**; a Federação das Mulheres do Brasil (FMB) com **Alice Tibiriçá** como primeira presidente; a greve dos ferroviários de Cruzeiro (São Paulo). Todas as lutas da Segunda República enfrentaram problemas tangíveis que eram às vezes localizados, mas também, muitas vezes, bem espalhados por todo o território nacional. Entre os problemas estão: carestia, falta de água, falta de saneamento básico, falta de creches, despejo, falta de ensino público, falta de postos de saúde etc. (TELES, 1999, p. 50).

No que concerne questões políticas mais gerais,

as mulheres se destacaram na luta pela anistia, pela democracia, pela defesa de nossas riquezas, sempre ameaçadas pela expansão do imperialismo, e em prol da paz mundial, tendo até mesmo se realizado em 1954 uma conferência sobre os direitos da mulher na América Latina. (...) Questões relativas à libertação da mulher, como autonomia, controle da fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas (TELES, 1999, p. 51).

A Terceira República e o caminho para o golpe empresarial-militar (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006; FERREIRA JR.; BITTAR, 2008; VIEIRA, 2017) foi um momento de

extraordinárias características que demonstram o quão perversa é a ideologia capitalista patriarcal, que consegue fazer as pessoas e, aqui, principalmente mulheres, a agirem de forma organizada frente aos seus próprios interesses, mesmo que não declarados explicitamente ou até mesmo conhecidos de forma consciente. Para legitimar suas ações golpistas, os conspiradores do golpe empresarial-militar manobraram grandes massas de mulheres para alcançar seus objetivos (TELES, 1999, p. 53). A Marcha com Deus pela Família e a Liberdade foi o maior exemplo disso. A União Cívica Feminina, Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) queriam “acabar com a “ameaça comunista” e contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular” (TELES, 1999, p. 53).

Num movimento análogo ao crescimento da força política do recém-eleito presidente do Brasil, o protofascista⁴⁴ Jair Messias Bolsonaro⁴⁵, as mulheres que apoiaram o golpe empresarial-militar de 1964 foram levadas às manifestações através da manipulação da direita e seus numerosos tentáculos. Hoje os tentáculos são: a enorme força das mídias e redes sociais digitais e também as igrejas neopentecostais. Naquela época, os braços da extrema direita capturaram as “marchadeiras”, tais como “empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras” que acreditavam em princípios religiosos, sendo todas manipuladas e iludidas que “poderiam salvar o Brasil” (TELES, 1999, p. 53-54). Naquela época foi a falta de organização das mulheres progressistas e a falta de consciência de classe acerca de seus direitos duramente conquistados que impediram, até certo ponto, a organização coesa de um movimento frente ao golpe, embora a esquerda antifascista era, de acordo com Löwy (2015), mais organizada no passado do que hoje. Hoje é a falta de busca de um conhecimento mais aprofundado acerca das ferramentas digitais que deixa a esquerda e a extrema esquerda aquém de suas potencialidades e alcance, assim como a falta de organização a nível internacional. O uso de plataformas como WhatsApp, Facebook e Twitter (TOLEDO, 2018) foram, afinal, decisivos para a lamentável eleição presidencial de 2018 no Brasil.

⁴⁴ “E quando uma maioria de trabalhadores se deixa mover e conduzir, tantas vezes em episódios de incrível violência, para restabelecer o capitalismo numa nova modalidade, e neste processo se confronta com uma minoria de trabalhadores auto-organizados, desejosos de se oporem a todas as formas do capital, e contribui para os derrotar e liquidar? Foi isto o fascismo, sustentado por uma convulsão interna da classe trabalhadora, que jogou uma das suas vidas contra a outra, tal como alguém atingido por certas psicoses se contorce e agride a si próprio, e neste exacerbamento da sua contradição interna os trabalhadores agravaram a hetero-organização que os vitimava. O trabalhador fascista caracterizou-se por possuir um profundo ódio aos ricos, aliado a uma estreiteza de horizontes que o impedia de se inserir nas redes de solidariedade da sua classe e de ascender a uma compreensão do processo histórico” (BERNARDO, 2015, p. 17-18)

⁴⁵ E também do crescimento de seu nanico partido, o PSL, Partido Social Liberal, que cresceu 113,8% entre as eleições de 2014 e 2018, passando de 680 candidatos nas eleições de 2014 para 1.454 nas eleições de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/24/psl-mais-que-dobra-numero-de-candidatos-e-desbanca-pt-nas-eleicoes-2018.ghtml>>. Acesso em 25 set. 2018.

O destino das mulheres apoiadoras e eleitoras de Jair Messias Bolsonaro certamente seguirá o destino das mulheres após o processo golpista que implantou a ditadura empresarial-militar no ano de 1964; principalmente por conta do conservadorismo dos parlamentares eleitos e da própria equipe do presidente eleito, que conta com duas ministras conservadoras: Damares Regina Alves e Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, a primeira que acredita que está na hora da “igreja governar” (PHILLIPS, 2018) e a segunda que é líder da Bancada Ruralista no Congresso Brasileiro, bancada conhecida por defender fervorosamente os direitos dos grandes proprietários rurais, muitas vezes à custa das vidas dos povos tradicionais e indígenas. O que aconteceu em 1964 foi que, após a consolidação do processo golpista, “os militares ascenderam ao poder, enquanto essas mulheres, que se movimentaram euforicamente contra o comunismo e a subversão, foram sendo relegadas cada vez mais a um plano secundário” (TELES, 1999, p. 54). O que se revela, portanto, é o mero uso das mulheres como artifícios políticos para alcançar fins específicos, artifícios que são devidamente descartados quando o objetivo é alcançado.

A repressão da ditadura, contudo, despertou nas mulheres que lutavam por justiça social a sede por respostas e a tomada de atitudes que tinham como foco a emancipação da sociedade. De acordo com Teles (1999),

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país (p. 56-57)

Embora a proporção de mulheres trabalhadoras tenha triplicado entre 1950 e 1985, quando quase chegou a 37% (TELES, 1999, p. 57), as empresas não deram, e ainda não dão, conta de oferecer os “equipamentos sociais necessários para que as mulheres possam se desvencilhar das tarefas domésticas” (TELES, 1999, p. 57), algo que segue atualmente, dado que nem as empresas nem o Estado oferecem as condições necessárias para diminuir as jornadas múltiplas das mulheres trabalhadoras; a sociedade capitalista patriarcal é, portanto, marcada pela ausência de equipamentos sociais que amparam as mulheres e as mães trabalhadoras. Até por isso Teles (1999, p. 57) afirma que trabalhar e lidar com a maternidade é um “verdadeiro malabarismo”.

É importante lembrar que esse crescimento das mulheres no mercado de trabalho tem algumas consequências específicas (TELES, 1999, p. 58): falta de apoio familiar; abandono de crianças num ambiente familiar ou não, ou seja, não é porque a mãe quer abandonar seus filhos, mas a falta de qualquer tipo de auxílio ou suporte familiar dificulta a conciliação da vida trabalhadora com a vida familiar e as crianças acabam ficando sozinhas quando as mães

precisam trabalhar; falta de favorecimento ou adequação profissional; crescimento e inchaço de carreiras ditas ‘femininas’; e “acentuado rebaixamento salarial para ambos os sexos” (TELES, 1999, p. 58). Aqui o capitalismo é particularmente cruel: as mulheres entram no mercado de trabalho para conseguir providenciar uma vida digna para os seus e os salários da sociedade como um todo ficam mais baixos, há desvalorização da mão de obra, há perda do poder de compra, a carestia aumenta etc. Isso é importante para a Geografia porque há questionamentos acerca do Feminismo Marxista/Classista, ou até mesmo da teoria Marxista, o qual, segundo alguns (MARTÍNEZ, MOYA, MUÑOZ, 1995), não explica por que, “se as mulheres são mão de obra mais barata que os homens, o capital não emprega estas antes daqueles” (MARTÍNEZ, MOYA, MUÑOZ, 1995, p. 100, tradução minha). Além das autoras, erroneamente, colocarem as mulheres, na teoria Marxista, simplesmente como exército industrial de reserva, também cometem o equívoco de não levar em conta a ideologia capitalista patriarcal e masculinista que ensina, e muito bem, que as mulheres têm menos valor, não sabem realizar tarefas por serem mulheres, não possuem capacidade para certas formas de trabalho manual e intelectual, devem somente realizar atividades que são constituídas somente por estereótipos etc., isso tudo conforme já foi escrito neste trabalho.

O ano de 1968 foi significativo para o feminismo: iniciou-se na França a revolução cultural-sexual, o que fez com que desdobramentos espalhassem-se pelo mundo, “pondo em ação todas as forças democráticas até então obrigadas ao silêncio” (TELES, 1999, p. 60). No Brasil, o assassinato de Edson Luís foi “uma espécie de fogueira que se alastrou por todo o país, fazendo eclodir centenas de manifestações estudantis de rua” (TELES, 1999, p. 60). Esses eventos fizeram com que parcelas da sociedade se rebelassem, onde emergiram e tomaram força movimentos com ideais libertários e igualitários, tais como movimento feminista, movimento dos negros, movimento comunista, movimento anarquista, movimentos dos trabalhadores etc. De acordo com Teles (1999, p. 62) duas mulheres se destacaram no período de 1964 a 1970: **Carmen da Silva** (escritora na revista Cláudia) e **Betty Friedan** (autora do livro *A Mística Feminina*).

Por conta das contradições que permeiam a sociedade e suas relações, a ditadura empresarial-militar brasileira trouxe consigo sua maior contraposição: a luta armada revolucionária. A luta armada era composta por homens e mulheres de todas as raças (TELES, 1999; SILVA, 2014). É importante frisar a presença feminina, já que a “luta pela

libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos problemas mais gerais da sociedade” (TELES, 1999, p. 63). Esse destaque é fundamental porque, diferentemente do que gosta de pregar, a sociedade capitalista patriarcal precisa da subjugação da mulher para funcionar dentro de seus eixos, que são, notoriamente, adaptáveis às necessidades do capital a qualquer momento: por isso temos movimentos de opressão que podem ser realizados de forma distinta, assim como concomitantemente, às mulheres brancas, negras, indígenas, mestiças, trabalhadoras etc. Em vista disso é que os movimentos feministas vão abrindo frentes e núcleos específicos, para que sejam concentrados temas, formas de estudo e de luta, tudo isso depois sendo colocado como frente única em uma só estrutura que luta em nome de todas as mulheres, e também da sociedade. A crítica realizada ao movimento feminista (“branco”) dos anos 1970 e 1980 por parte de mulheres não-brancas, ou seja, negras, índias, mestiças, asiáticas etc. é significativa neste ponto, pois foi quando elas rejeitaram a imagem da Mulher universal para advogar a favor das diferentes Mulheres, assim como a Geografia Feminista fez frente à Geografia Humanística⁴⁶.

A luta armada apresentou um aprendizado para as mulheres, pois foi quando e onde elas perceberam que as questões relacionadas às mulheres e suas questões específicas eram ignoradas e sumariamente excluídas pelas organizações, movimentos e partidos de esquerda, até mesmo os revolucionários (TELES, 1999). Exclusão que aconteceu também com o movimento negro e, principalmente, com as mulheres negras (SILVA, 2014). Essa situação é resultado das organizações não reconhecerem e não elegerem a questão da mulher como fundamental para a emancipação, libertação da sociedade como um todo (TELES, 1999, p. 63-64). De acordo com Teles,

A falta de compreensão da importância da participação da mulher na transformação da sociedade talvez tenha sido o fator determinante. O relacionamento distante dessas organizações [de esquerda, armadas] com os vários segmentos sociais, devido ao constante esquema repressivo e mesmo ao comportamento dogmático delas, impedia que enxergassem a ampliação das atividades femininas (TELES, 1999, p. 64).

Essa realidade poderia ter sido mais bem desenvolvida se os resgates históricos acerca da questão feminina fossem contundentes e um dos pilares do movimento armado que lutava contra a ditadura. Como Teles (1999) mostra em seu importante trabalho sobre a história do movimento feminista no Brasil, a participação política das mulheres e suas diferentes formas de organização e atuação existem há, literalmente, séculos. E, embora as mulheres tivessem suas questões excluídas dos quadros principais (e também dos satélites), elas encontraram nas propostas revolucionárias razões para fazer parte das organizações, não

⁴⁶ Cf. seção 2.1.2 desta monografia.

se amedrontando durante a luta: mostraram-se rebeldes à tirania e enfrentaram o inimigo de frente, cara a cara (TELES, 1999, p. 65). O interesse era tanto que “nas organizações guerrilheiras o número de mulheres militantes ultrapassava em muito o número de mulheres que participavam dos Partidos tradicionais de esquerda em décadas anteriores” (WOLFF, 2007, p. 20). A luta armada proporcionou conhecimentos sobre feminismo e diferentes formas de existência, ou seja, diferentes formas de existir além do padrão homem masculinizado:

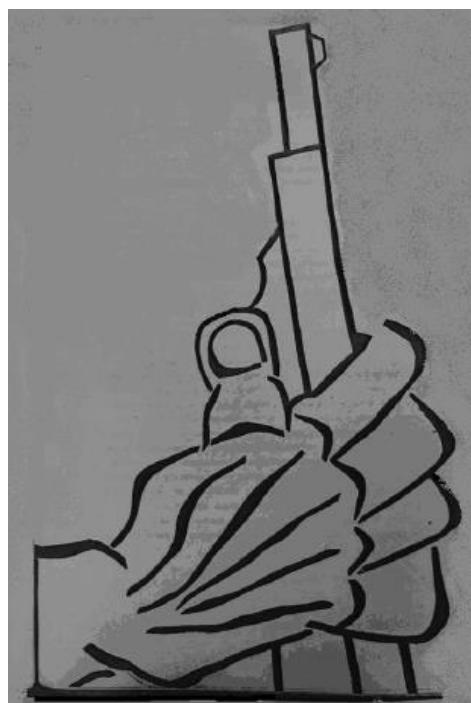
Ao participar da luta armada de 1969 até 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte dos próprios companheiros, tanto pela superproteção, como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual. (...) Algumas guerrilheiras tentaram se aproximar do modelo masculino. (...) Mas houve aquelas que aprenderam que deviam afirmar a diferença e buscar novas formas de vida e de fazer política (TELES, 1999, p. 70-71)

Isso aconteceu porque os homens iam lutar com conhecimentos de estratégias militares, mas as mulheres tiveram de aprender junto com a experiência depois de muita luta para terem acesso à participação na luta armada, que foi uma importante vitória, assim como outras conquistas das mulheres na história do Brasil. O resultado desta vitória foi que a participação das mulheres foi extremamente importante do ponto de vista da tática revolucionária. As mulheres, diferentemente dos homens, não eram, inicialmente, vistas como adversária pelo regime ditatorial (TELES, 1999, p. 72); essa brecha proporcionou uma gama de táticas que poderiam ser realizadas pelas mulheres por não serem os “guerrilheiros barbudos e armados” (TELES, 1999, p. 73) que a ditadura esperava como inimigos. Wolff mostra que, “Segundo a ex-militante e socióloga **Maria Lygia Quartim de Moraes**, que militou na ALN como apoiadora, **para as mulheres era mais fácil escapar da política, pois a não ser em casos notórios, era difícil acreditar que as mulheres seriam realmente guerrilheiras**” (WOLFF, 2007, p. 20, grifos meu). Elas puderam e conseguiram, então, obter documentos falsos, não precisavam de atestado de reservista, conseguiam emprego com mais facilidade e tinham vantagem para manter uma “fachada legal” para suas vidas (TELES, 1999, p. 73).

Há uma relação entre o feminismo e a luta armada contra a ditadura, tanto no Brasil (TELES, 1999) quanto na Argentina e Uruguai (WOLFF, 2007), embora a luta armada não fosse consequência do feminismo. Amelinha, em entrevista à Wolff, declarou que falar de feminismo dentro das trincheiras da luta armada revolucionária era “coisa de pequeno burguês” (WOLFF, 2007, p. 22). O mesmo aconteceu na Argentina onde as mulheres tinham de ter “paciência” tanto com a espera de seus questionamentos às suas questões quanto com o machismo dos companheiros, ou seja, as questões das mulheres eram “contradições secundárias” para o movimento revolucionário, como **Alejandra Ciriza**, ex-militante do

Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)⁴⁷ e hoje militante feminista, explicou, em entrevista à Wolff (2007, p. 23). Esse contexto de afastamento das questões das mulheres e feministas existia porque o ambiente da luta armada pedia virilidade e tudo associado a ela (WOLFF, 2007), o que se traduz como um leque de características tidas como masculinas em nossa sociedade. De acordo com Wolff, “a militância nesses grupos era vista como algo 'viril', que exigia coragem e determinação, desprendimento e espírito de sacrifício” (WOLFF, 2007, p. 23). Essa virilidade estava presente nas palavras dos textos e materiais das organizações e também nas ilustrações (WOLFF, 2007, p. 26), como podemos ver na Figura 3.

Figura 3. Imagem da capa do jornal *O Guerrilheiro*, n. 2, ALN



Fonte: Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Documentos do Dops apud WOLFF, 2007, p. 25

Sobre a ilustração, Wolff explica que

(...) a imagem mostrava uma mão forte e musculosa, que ergue o fuzil, supremo símbolo da ação revolucionária. Ensaíando uma interpretação imagética, poderíamos até dizer que a metralhadora e o fuzil são usados na propaganda guerrilheira como 'falos', que representam o poder - claro, neste caso não se trata de um poder

⁴⁷ “A outra organização da Argentina que pesquisamos foi o ERP (Ejército Revolucionario del Pueblo), formado como extensão armada do PRT (Partido Revolucionario de los Trabajadores). O PRT era um partido trotskista, que em 1969 fez uma guinada ao leninismo e especialmente passou a adotar a teoria do Foco Revolucionário, baseada na experiência cubana e nos escritos de Che Guevara. Também muito militarizado e hierarquizado, embora menor que os Montoneros, o ERP proponha a internacionalização da luta revolucionária e procurava estabelecer relações com grupos armados de outros países, como o MIR chileno e os Tupamaros [do Uruguai]” (WOLFF, 2007, p. 22).

instituído, mas de um poder que se quer constituir e que teria atingido com a ação revolucionária (WOLFF, 2007, p. 25-26).

O que explicaria a participação das mulheres nesses espaços tão fortemente denominados a partir de ideais masculinos e masculinizados? Wolff argumenta que as mulheres, naquele momento, marcavam presença crescente e forte no mercado de trabalho e em níveis superiores de educação e que essas características as colocavam como “estudantes” primeiro e depois como “mulheres” (WOLFF, 2007, p. 28-29). A corporificação do gênero das mulheres voltaria a ter prioridade quando elas entravam nas organizações e percebiam como as tarefas eram distribuídas, algo que Teles (1999) já assinalou ao falar sobre as funções de secretaria, limpeza etc. que as mulheres tinham de realizar, mesmo **dentro** das organizações de esquerda. A questão de estar dentro das organizações e perceberem o quanto arcaicas e machistas são, nos remete, novamente, a entender a relação entre o feminismo e a luta armada. Ou seja, se não foi o feminismo que instituiu a participação das mulheres na luta armada, qual a relação entre os dois? O que veio antes? Wolff oferece uma explicação que argumenta que o contexto mundial pode ter estabelecido este vínculo,

a impressão que temos ao ler os relatos ou ouvir os testemunhos das pessoas entrevistadas é que uma ‘consciência feminista’ apenas se deu nessas mulheres num momento posterior. Como se o contato com os **movimentos e literatura** feministas no exílio ou após **1975**, com o **Ano da Mulher** instituído pela Organização das Nações Unidas, desse a tais mulheres palavras para expressar o que antes seria um sentimento difuso diante daquilo que lhes acontecia no cotidiano (WOLFF, 2007, p. 34, grifos meus).

O que se coloca como pano de fundo e disparador dessa conscientização é, portanto, o movimento feminista e das mulheres fora da escala da luta armada contra a ditadura, ou seja, presente em outros países de forma mais organizada, que fez com que as mulheres percebessem suas posições e associarem os papéis de gênero e suas identidades generificadas (GROSSI, 1998) à luta feminista internacional. Foi quando as mulheres perceberam o incômodo e a sua situação inferiorizada e subjugada e conseguiram nomear essas situações para além do que seria uma preocupação “pequeno burguesa” de pessoas que não tinham “mais o que fazer” (WOLFF, 2007, p. 35). Wolff resume todas essas questões que permearam as mulheres e a luta armada revolucionária no Brasil durante a ditadura empresarial-militar da seguinte forma:

O feminismo pode não ter sido admitido e explicitado entre os movimentos de esquerda armada no Cone Sul. Era visto, afinal, pelos militantes homens e mulheres, como algo “pequeno-burguês”, uma reivindicação menor de mulheres de classe média que não tinham “mais o que fazer”. Porém algumas relações precisam ser feitas. Muitas das jovens guerrileiras e militantes, a partir do exílio ou a partir de suas trajetórias posteriores, por exemplo, com militância em movimentos pelos Direitos Humanos, geralmente protagonizados por mulheres, tornaram-se feministas. O número e a relevância das militantes mulheres na Nova Esquerda foram muito importantes se levamos em conta os números de mulheres militantes de partidos

tradicionalis, de esquerda ou de direita. Embora os grupos de consciência, os periódicos feministas, as casas de mulheres e outras expressões do feminismo de segunda onda surgissem em paralelo com os movimentos armados de esquerda ou como sua consequência, tanto no Brasil como na Argentina e no Uruguai, o próprio fato de as mulheres estarem neste momento nas Universidades, em números nunca antes experimentados, e de se sentirem convocadas elas também pelo discurso tão genderizado no masculino para a luta social, colocando-se assim numa relação de igualdade com seus companheiros homens, já expressa uma mudança importante. Não é à toa que tenham sentido tantas vezes a discriminação, construindo pouco a pouco um ressentimento com relação a seus companheiros que foi crescendo e assumindo importante papel na construção do feminismo pós-ditadura (WOLFF, 2007, p. 35).

Desta forma, fica clara a ruptura que existe na história do movimento das mulheres e do feminismo no Brasil quando a organização da luta armada revolucionária propicia o surgimento do feminismo estruturado como tal: um agrupamento complexo que parte de diversas linhas de atuação e de teorias, todas primorosas e sofisticadas. A partir deste momento não se trata mais das mulheres usarem situações isoladas e casos isolados para falar sobre as questões de gênero de uma forma também isolada, ou seja, poucas revistas, jornais, clubes e associações que propiciam reuniões, mas existe sim uma gama de reivindicações que era corretamente informada e baseada numa rebuscada formação teórica com inúmeras influências internacionais, assim como a própria formulação brasileira.

Concomitantemente à luta armada, nos primeiros anos da década de 70 do século XX, houve uma importante luta das mulheres nas periferias de São Paulo, assim como em outros lugares no Brasil, onde as mulheres “não se resignaram mais a ficar silenciosas” (TELES, 1999, p. 75). Elas se reuniram em clubes de mães, associações e sociedades de amigos de bairros para falar do custo de vida, dos baixos salários e da creche e houve, nessa dinâmica, a troca da luta por seus direitos para a luta, prioritariamente, “às reivindicações da comunidade” (TELES, 1999, p. 75). Isso mostra como as mulheres estavam abertas a compreender a realidade para além de suas lutas específicas porque elas concebiam que o avanço da comunidade era o avanço de seus próprios enfrentamentos, principalmente após terem acesso, e iniciarem um importante diálogo que envolveu inúmeras trocas e ganhos para ambos os lados, às feministas organizadas e encontrarem o mesmo preconceito machista que as segundas já haviam encontrado em seus partidos durante a luta armada. Esse preconceito se fazia presente através da **censura**, onde

dirigentes políticos ou religiosos do bairro cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só “dividem o movimento operário”, enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais (TELES, 1999, p. 76).

Os assuntos eram tachados de “sexistas” porque dividiam homens e mulheres, era

como se os homens realmente acreditavam que suas condições eram iguais às das mulheres, embora, como já foi escrito neste trabalho, os exemplos de situações que as mulheres passavam e eram obrigadas a lidar quando estavam nas trincheiras com seus companheiros deixava claro o preconceito e o machismo enraizado até mesmo dos revolucionários. A acusação desse tipo de “sectarismo” pode ter afastado algumas mulheres, mas elas, compreendendo o movimento concreto da realidade e insistindo em respostas igualmente concretas, seguiram em sua luta, que ficava cada vez menos solitária, pois elas encontraram os apoios de suas companheiras.

Uma das formas de demonstração de unidade e força das mulheres da periferia e das feministas foi a primeira *Carta das MÃes*, redigida em 1975 às autoridades brasileiras após o impulso propiciado pelo Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela Organizações das Nações Unidas (ONU). As reivindicações da carta eram: controle do custo de vida, melhores salários e creches e escolas para os seus filhos (TELES, 1999, p. 79-80). À medida que cresceu o movimento, os sindicatos e instituições entraram em cena e a direção do movimento ficou nas mãos dos homens. Como é de se esperar para a época, e, infelizmente, até mesmo nos dias atuais, a reivindicação da creche desapareceu (TELES, 1999, p. 80). Esse enraizamento machista e misógino somente fere a sociedade, até mesmo porque os homens também têm filhos e são responsáveis por eles. A questão é que eles estão tão confiantes que as mulheres criarião os filhos que a questão da creche nem se mostra como prioridade.

O início do fim da ditadura, do ponto de vista das manifestações populares, está na conta das magníficas mulheres que tiveram coragem de ir à rua no dia 22 de junho de 1978, na “primeira manifestação popular de uma série que culminaria com o fim da ditadura militar” (TELES, 1999, p.81). Ao perceberam a sua verdadeira força transformadora, as mulheres saíram neste dia, na praça da Sé, centro político de São Paulo, para colher assinaturas que estariam associadas ao movimento que denunciava a carestia da vida, ou seja, o ângulo econômico foi muito bem usado para alertar a população, que conseguia se identificar mais facilmente do que se as mulheres levassem bandeiras feministas. Para além de falar sobre questões de gênero, as mulheres perceberam o que ligava todos os que estavam sendo fortemente desfavorecidos, e até mesmo massacrados, pela ditadura: a questão econômica. Neste dia, as pessoas inicialmente desconfiaram porque protestos não estavam acontecendo devido à repressão ditatorial. Após a população que ali passava e estava passou a entender que se tratava de pautas econômicas importantes a todos, carestia da vida, aumento real dos salários etc., passaram, então, a apoiar as mulheres. Elas foram embora da praça naquele dia com mais de **16 mil assinaturas**, uma enorme vitória, principalmente

considerando o contexto repressivo nacional (TELES, 1999, p. 80-81).

A luta pela anistia também foi iniciada pelas mulheres. O ano era 1968 e, com a prisão dos estudantes em Ibiúna, no estado de São Paulo, formou-se uma comissão de mães pela libertação de seus filhos (TELES, 1999, p. 82). Teles chama este momento de “embrião da luta pela anistia” (TELES, 1999, p. 82), palavra de ordem que foi ouvida pela primeira vez em 1974 (TELES, 1999, p. 82). Após a criação de “comissões de familiares presos e desaparecidos políticos” (TELES, 1999, p. 82), tais como: Manifesto da Mulher Brasileira e Movimento Feminino pela Anistia, foi que a organização do movimento realmente floresceu. O caso do Brasil é extremamente peculiar porque

Sob uma ditadura militar, mas com apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir (TELES, 1999, p.85).

A própria contradição da situação concreta proporcionou a especificidade brasileira da luta feminista: a iniciativa da ONU caiu como uma luva no Brasil, ou seja, foi um “excelente instrumento legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas” (TELES, 1999, p. 85). O Ano da Mulher foi, assim, indispensável para o avanço da discussão e tomada de ações que tinham como objetivo o avanço da condição das mulheres.

Três jornais foram importantes para dar voz às mulheres. São eles: **Mulherio, Brasil Mulher e Nós Mulheres** (TELES, 1999, p. 87-92). Juntos, eles conseguiram fortalecer as “reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência da sua condição. Cada um a seu modo, é claro” (TELES, 1999, p. 91). O **Nós Mulheres**, por exemplo, tinha a proposta de socialização do trabalho doméstico através da criação de equipamentos sociais como: lavanderias, creches e refeitórios públicos (TELES, 1999, p. 92). Mesmo que essas propostas pareçam triviais dado que são práticas e objetivas *para todos*, houve excessiva rejeição por parte das organizações de esquerda, que acreditavam que essas demandas fossem “absurdas” (TELES, 1999, p. 92), pois “a maioria do povo brasileiro tinha problemas mais prioritários, como a fome e a falta de liberdade” (TELES, 1999, p. 92), afirmando também que o feminismo tinha caráter “divisionista” que “pretende favorecer as classes dominantes” (TELES, 1999, p. 92). É o mesmo discurso ouvido pelas militantes da luta armada: que o feminismo é “pequeno burguês”, coisa que não tem mais o que fazer, é sectário etc. Isso realmente prova o caráter machista, sexista e misógino enrustido nas organizações políticas deste período até hoje.

Para além do dia 8 de março, que iniciou a discussão do combate à “discriminação

milenar" (TELES, 1999, p. 99) sofrida pelas mulheres, houve uma significativa ascensão do movimento feminista no Rio de Janeiro e São Paulo, lugares onde o acúmulo de força e experiência permitiu a penetração das mulheres em diferentes movimentos progressistas. A presença das mulheres começou, à vista disso, a incomodar

dentro dos sindicatos, na Igreja e nos movimentos sociais e políticos. Em quase todas as reuniões, uma mulher pedia a palavra e falava sobre a especificidade feminina (...) A luta da mulher por suas questões específicas ganhou caráter cotidiano (TELES, 1999, p. 100).

Essa luta foi, novamente, às questões fundamentais de gênero que causavam desigualdade na sociedade. Havia discussões sobre dois temas importantes: o direito de greve e a criação de departamentos femininos nos sindicatos. Mas a questão central passou a ser a creche, pois, ela foi, e ainda é, a meta síntese de inúmeros problemas enfrentados pelas mulheres, assim como é a epítome de questões relacionadas às relações de e entre os gêneros que permeiam a sociedade desde que o patriarcado se fez presente. A luta por creche

levou a um grande debate ideológico a respeito do papel da mulher e da família. A creche é mesmo o lugar ideal para educar as crianças? O desempenho das feministas foi valioso para combater a ideia de que o filho só será bem criado com a participação direta da mãe. "O filho não é só da mãe" é o primeiro slogan do movimento unificado, uma contribuição das feministas. (...) O movimento exigiu que a creche devia ser encarada, tanto pelo Estado como pela sociedade, como um **direito da criança à educação**, pois "os nossos filhos podem e devem ser educados desde bebês". A participação de adultos especializados em educação é conveniente e necessária (TELES, 1999, p. 104, grifo meu).

A creche é forte símbolo e bandeira até hoje porque o fardo do trabalho doméstico, do cuidado com vulneráveis (crianças e idosos – trabalho do *care*) recai sobre os ombros das mulheres e elas têm de lidar com essas situações sem amparo tanto dos companheiros quanto do Estado (HIRATA, 2014). A luta, desse modo, está longe de ser resolvida.

O ano de 1979 também foi importante para o movimento feminista no Brasil e contou com expectativa e agitação desde seu início (TELES, 1999, p. 117). Além de ter sido o ano da anistia, quando muitas exiladas voltaram à sua terra e aderiram ao feminismo e formaram novos partidos políticos, aconteceu também o I Congresso da Mulher Paulista, que aconteceu nos dias 4, 5 e 8 de março e contou com 900 participantes. Foi considerado um sucesso pelo grande número de participantes e contou com cooperação e muito entusiasmo entre as mulheres. De acordo com Teles, "A opinião pública ficou impressionada com a existência de feministas também no Brasil" (1999, p. 117), o que diz muito sobre a sociedade brasileira e seus arranjos, mesmo considerando o período ditatorial. O congresso

foi tratado de maneira positiva pela grande imprensa, rádio e televisão. As feministas, eufóricas, comentaram a vitória: o movimento de mulheres adquiriu afinal visibilidade até mesmo na grande imprensa. E a luta ganhou um novo impulso. As mulheres se sentiram mais encorajadas a levar a sua especificidade para o interior dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais (TELES, 1999, p.

118).

As demandas que mais se destacaram foram: anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos e, outra vez, a creche (TELES, 1999, p. 118). Foi quando nasceu o **Movimento Luta pela Creche**.

O II Congresso da Mulher Paulista, que aconteceu em 1980, foi o congresso que pautou as mulheres, a questão feminista e as relações dessas com os partidos políticos. As feministas “propunham autonomia para que as mulheres pudessem expressar sua luta, seus desejos e sentimentos. Para conseguir autonomia, é necessário se desvincular dos partidos políticos? Era a pergunta que as feministas e outras mulheres se faziam” (TELES, 1999, p. 120). A partir desses questionamentos nasceram várias entidades feministas ou simplesmente de mulheres, o que produziu importantes prestações de serviços em diversas especialidades, pois foi quando as mulheres mostraram-se disponíveis a ajudar umas às outras. Embora a boa vontade e honestidade estavam presentes em boa parte dessas novas organizações, havia também, de acordo com Teles (1999, p. 123), o surgimento de entidades que só objetivavam alistar e concentrar “massas femininas com propósitos partidários ou, mais que isso, eleitoreiros”. Como já foi pontuado neste trabalho, trata-se da mesma tática empregada antes da ditadura e atualmente, com a eleição do protofascista Jair Messias Bolsonaro.

O II Congresso da Mulher Paulista também foi muito importante porque apresentou a questão da violência contra a mulher como destaque (TELES, 1999, p. 131). A violência contra a mulher, a violência doméstica, a violência física, a violência psicológica e o feminicídio continuam a marcar forte presença nos debates feministas e, mais recentemente, nos debates promovidos pela grande mídia, como é possível acompanhar em grandes jornais e telejornais nos dias de hoje. As taxas de feminicídio no Brasil são **exorbitantes** e o país está, em 2018, na sétima posição do ranking mundial em relação a este crime⁴⁸, com uma taxa de uma mulher assassinada a cada duas horas. O feminicídio

é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE VIOLENCIA CONTRA A MULHER, 2013, p. 1003)

O destaque dado ao tema foi fundamental para as discussões que vieram a seguir e

⁴⁸ Cf. **Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados**. Disponível em <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>>. Acesso em: 08 mar. 2018

que culminaram na elaboração de importantes leis que ajudam a proteger a mulher, embora a taxa de condenação e a os números de denúncias estão aquém das taxas dos crimes. Duas importantes leis foram: Lei Maria da Penha⁴⁹, isto é, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006; e Lei do Feminicídio⁵⁰, ou seja, Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015. A discussão sobre a eficácia dessas duas leis, assim como suas limitações, infelizmente não poderá ser elaborada nesta monografia por questões de espaço e tempo, mas é um debate que deve ser posto para que as deficiências do Direito burguês sejam expostas.

O III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, contou com a divisão do movimento das mulheres e do movimento feminista (TELES, 1999, p. 124), divisão que se repetiu nas organizações de mulheres em outros estados brasileiros (TELES, 1999, p. 125). O que segue é que a falta de unidade entre as mulheres faz com que os partidos políticos reflitam sobre a importância das questões de gênero. Na verdade, até hoje os partidos apresentam grandes dificuldades em colocar como prioridade a defesa das mulheres e seus direitos (TELES, 1999, p. 126). Teles deixa claro que até hoje, os partidos políticos

não compreenderam que as mulheres, ao se deparar com a luta de classes, enfrentam uma outra contradição que, embora menos visível, não é menos aguda: a relação homem-mulher. Na sociedade de ideologia patriarcal, o homem submete a mulher e a sua própria família à sua dominação, por considerar que ele tem mais responsabilidade e condições para decidir sobre a companheira e os filhos, chegando muitas vezes a usar da violência (...) Assim, por exemplo, o trabalhador que frequenta o sindicato não incentiva a participação de sua própria companheira. Reforça-se então a divisão sexual dos trabalhadores, com atitudes preconceituosas que desvalorizam e colocam a mulher num plano inferior, como se esta tivesse menos capacidade que o homem. A sociedade de classes estabelece para a mulher o papel de reproduutora e mantenedora da força de trabalho. Assim justifica o seu lugar no exército de mão-de-obra de reserva e a "eterna" divisão entre homens e mulheres. Portanto, a necessidade de autonomia da mulher se explica pela própria história da condição da mulher - estando milenarmente à margem do processo de decisão, ela tem acatado as opiniões dos homens e se submetido às suas vontades e decisões. Isso ocorre tanto na área privada como na pública: família, Igreja, Estado, partidos políticos, sindicatos etc. Daí a necessidade de propiciar à mulher o direito de falar por si, tomar suas próprias decisões, buscar, enfim, sua identidade. (TELES, 1999, p. 127).

As situações citadas anteriormente deixam claro por que é tão importante a autonomia dos movimentos das mulheres, o que não significa uma organização fora e independente dos partidos, mas sim “uma organização temporária ou permanente para discutir e decidir sobre manifestações e outras atividades em defesa das mulheres” (TELES, 1999, p. 128), o que aconteceria dentro dos partidos através de núcleos subordinados a um centralismo democrático que deixa claro o que o partido deve ser e fazer, *como um todo*. Não só alguns partidos ignoram a questões dos direitos das mulheres como alguns usam as mulheres para

⁴⁹ Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.

⁵⁰ Cf. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.

seus fins nefastos e alinhamento à burguesia, instrumentalizando as mulheres para angariar votos e notoriedade política, como em 1964 antes do golpe empresarial-militar e em 2018 com a eleição presidencial. Curiosamente, para os partidos que querem ganhar votos sem, de fato lutarem a favor das mulheres, seus direitos e do feminismo, as mulheres ficam sempre como vice candidatas. Alguns políticos que notoriamente realizaram essa tática foram: John McCain com Sarah Palin em 2006, Ciro Gomes com Kátia Abreu em 2018, Geraldo Alckmin com Ana Amélia em 2018, Fernando Haddad com Manuela D'Ávila em 2018, Paulo Skaf com Carla Danielle Basson em 2018 etc.

A década de 1980 trouxe também a voz das mulheres rurais, que reivindicavam “participação sindical, guarda dos filhos, saúde da mulher, previdência social, infraestrutura no local de trabalho e reforma agrária” (TELES, 1999, p. 140). Elas tomaram a frente sem medo, contaram seus enfrentamentos cotidianos, suas dores e corajosamente reivindicaram a reforma agrária, o que não estava na pauta das guerrilheiras urbanas. A unidade das trabalhadoras rurais viu na unidade a sua força, unidade que proporcionou a elas “uma forma melhor de viver” (TELES, 1999, p. 140).

A questão da saúde das mulheres também foi um importante tópico de discussão após os anos 1970 e 1980: o encontro das feministas com as mulheres nas fábricas, bairros e áreas marginalizadas da periferia fez com que as denúncias fossem se avolumando e as demandas em relação à “ausência de serviços públicos de assistência à saúde, tanto para as grávidas como para seus filhos pequenos” (TELES, 1999, p. 145) apareceu como central, ou seja, a falta de saneamento básico, algo que atinge todas as pessoas que vivem em áreas vulneráveis e esquecidas pelo poder público. Aqui, outra vez, fica bastante clara a posição das mulheres dentro e em suas comunidades: elas são agregadoras de pautas. Compreendem, ouvem e selecionam as exigências que as afetam, assim como afetam também o resto da população, e encaminham para que a denúncia seja formalizada. As mulheres mostram como são essenciais para o avanço da luta pela justiça social e a luta por uma política pública de saúde com a construção de postos de saúde nos bairros da periferia (TELES, 1999, p. 146) é sintomática para este diagnóstico. Outros exemplos que existiram a partir deste mesmo contexto foram: “apelo à sexualidade livre e prazerosa” (TELES, 1999, p. 147), luta contra o controle da natalidade (TELES, 1999, p. 148) e assistência integral à saúde da mulher (TELES, 1999, p. 148). Estas três últimas pautas são de extrema importância para o movimento feminista e o movimento das mulheres, não só no Brasil como no mundo, como foi possível compreender no resgate histórico feito tanto nesta seção, como em outras partes desta monografia. O corpo da mulher é, ainda, visto como objeto e, ao assumir sua

sexualidade, pleitear seus direitos reprodutivos e acesso integral à saúde faz com que o movimento se fortaleça, como tem acontecido nos últimos séculos. A velocidade e intensidade destes movimentos fazem parte da realidade e conta com avanços e pontos de inflexão, tudo dependendo do contexto nacional e internacional.

Amelinha escreveu seu livro em 1999 e hoje, vinte anos depois, fica nítido que as lutas que as mulheres e as feministas travaram nas trincheiras de um Brasil machista, sexista e misógino, desde sua inserção no contexto de um mundo eurocentralizado, estão infelizmente, em sua maioria, ainda presentes. Todos os avanços que foram conquistados, como o direito ao voto, o acesso (ainda limitado) à educação, o acesso ao mercado de trabalho, o acesso a contraceptivos, o divórcio etc. são ainda rudimentares frente à realidade que grita ao mostrar as enormes desvantagens que as mulheres carregam em seus ombros. Contudo, as mulheres são verdadeiras guerreiras e não fogem da luta e de seus inimigos, muito menos quando possuem os instrumentos de enfrentamento e leitura da sociedade capitalista patriarcal pelo que ela verdadeiramente é. Os núcleos de estudos que existem nos partidos progressistas revolucionários, e não eleitoreiros aproveitadores, fazem um trabalho de base respeitável para a conscientização das mulheres, principalmente as trabalhadoras, em relação aos seus papéis na sociedade e como alcançar a emancipação de suas companheiras e de todos. Assim, a luta continua.

3.2 A RESPOSTA DA GEOGRAFIA NO BRASIL ÀS INQUIETAÇÕES FEMINISTAS

A sociedade foi forçada a refletir sobre os problemas apontados [pelos movimentos sociais acerca das situações das mulheres e sua opressão] e induzida a incorporar soluções. A universidade, neste contexto, como parte integrante da sociedade, não pode ter ignorado o conjunto de demandas sociais. Muitas vezes as investigações acadêmicas estão mais avançadas do que a sociedade requer, e a universidade tem o papel de proa. Outras vezes a universidade não responde ao que se passa na sociedade, pois ela tem seu próprio ritmo

Eva Alterman Blay e Rosana Ramos da Conceição, 1991.

Em 1998, Susana Maria Veleda da Silva escreveu um importante artigo intitulado “Geografia e gênero/Geografia Feminista – O que é isto?” (VELEDA DA SILVA, 1998). Nele, a autora deixava claro que Geografia Feminista: trata(va)-se de um enfoque, e que necessita de uma epistemologia compartilhada para que suas investigações sejam bem sucedidas (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 105). Nada mais justo do que pedir uma coesão apropriada para a análise das questões da mulher e também às de gênero, até porque as epistemologias feministas são muitas; elas apresentam alguns consensos, mas, no nível microscópico, são permeadas de dissenso. E isso não é algo negativo em si, mas é preciso sim cuidado ao utilizar epistemologias que se contrastam como se estivessem de acordo, as partes não podem ser tomadas pelo todo e o rigor de teoria e método é extremamente importante para a luta política das mulheres. A autora também afirma que as feministas presentes na academia “passam para uma crítica radical da cultura” (1998, p. 106) e isso realmente aconteceu ao redor do mundo, é só dar uma olhada na bibliografia das geógrafas feministas desta monografia, mas será que aconteceu no Brasil? Ou acontece? Será que conseguimos contar, ao menos, dez geógrafas feministas brasileiras influentes? Ou cinco?

Veleda da Silva resume rapidamente as principais indagações da Geografia Feminista, as quais são as seguintes: a questão do gênero ser relacional (1998, p. 107); os papéis de gênero que ferem tanto as mulheres quanto os homens (1998, p. 107); a diferença entre Geografia e gênero e Geografia Feminista (1998, p. 7-8); a importância das epistemologias, teorias e métodos feministas para o enriquecimento da Geografia como um **todo** (p. 108); a não neutralidade do espaço geográfico (p. 108); a não neutralidade das análises acerca da população, que se apresenta na Geografia como assexuada, negando a corporeidade dos que estão presentes ali (p. 108); a questão da Geografia Feminista, e a teoria feminista em geral, não serem formas de privilegiar as mulheres e colocá-las acima dos homens, mas sim uma forma de compreensão da realidade e mostrar o que antes estava oculto (p. 109); a importância dos estudos do cotidiano para compreensão das relações de gênero (p. 109); e a possibilidade de novas formulações éticas com ajuda das teorias feministas (p. 109-110). O artigo é conciso, mas deixa pistas e dicas para o aprofundamento do tema, algo que não se realizou na escala esperada. Vejamos o porquê.

3.2.1 COMO FORAM APRESENTADAS AS QUESTÕES DE GÊNERO E DA TEORIA FEMINISTA NA GEOGRAFIA PRODUZIDA NO BRASIL?

O primeiro trabalho encontrado⁵¹ que levou em consideração as mulheres no Brasil foi a comunicação de Aldeci Figueiredo Santos e José Augusto Andrade em 1983 no 4º Encontro Nacional de Geografia Agrária que teve o seguinte título “O trabalho da mulher na zona canavieira da Cotinguiba”. A comunicação é iniciada com a denúncia da negligência do tema: os autores dizem que pouco “se tem escrito a respeito da mulher como participante ou integrante da força de trabalho” (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 69). Eles ainda lembram a história da questão da mulher quando afirmam que somente “a partir dos anos 60 começam a aparecer trabalhos a respeito da atividade da mulher no Brasil, sobretudo de 1975 em diante, quando o movimento pela igualdade de direitos da mulher se intensificou” (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 69). É a mesma constatação de Teles (1999) quando a autora fala sobre a importância do ano de 1975 para a história do movimento das mulheres e do feminismo.

Santos e Andrade apresentam e comentam brevemente alguns temas que são caros ao feminismo até os dias atuais, ou seja, vemos que, embora alguns avanços ocorreram, as questões centrais continuam a existir: a discriminação das mulheres no ambiente rural (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 73); a escolha das mulheres para tarefas consideradas mais “leves” e “fáceis” (SANTOS; ANDRADE, 1983, p.69); a questão da produtividade do homem e da mulher e o mito de que as mulheres são menos produtivas (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 73); o caráter de complementariedade de renda do trabalho feminino, quando as mulheres ainda contam com seus companheiros (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 74); a questão da mulher que tem de aguentar todos os encargos da casa por ter sido abandonada pelo companheiro ou pela morte dele e, consequentemente, o desmazelo do Estado (burguês) e seus aparelhos sociais para com estas mulheres (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 74); e a disparidade salarial entre homens e mulheres (SANTOS; ANDRADE, 1983, p. 74).

No mesmo ano, Rosa Ester Rossini escreveu um artigo para a Revista Geográfica do

⁵¹ Aqui cabe um esclarecimento: pode ser que tenham existido sim trabalhos *antes* deste que foi encontrado, mas a falta de disponibilidade *online* de revistas científicas, anais, encontros, congressos, periódicos etc. dificultou o trabalho de investigação, que seria mais apropriado para uma dissertação de mestrado, onde haveria mais tempo e recursos para a busca em periódicos que não estão online. Segui aqui as pistas, e método, até certo ponto, deixadas por CESAR (2015, p. 114), já que a autora construiu sua monografia com o método de investigação baseado em periódicos *online* que são de acesso livre e gratuito avaliados pela CAPES. Cesar cita dois trabalhos (2015, p. 114) que falam sobre a questão da mulher na Geografia entre 1980 e 1989 (Cf. SANTOS; ANDRADE, 1983; DANTAS, 1987-1988), embora um deles fosse escrito por uma cientista social (DANTAS, 1987-1988), o que não levei em conta, isto é, e para fins elucidativos, esta monografia conta a comunicação de Santos e Andrade (1983) como o **primeiro** trabalho sobre a questão da mulher na Geografia produzido no Brasil.

Instituto Panamericano de Geografia e Historia, organização especializada da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual mostrou a realidade das mulheres que trabalhavam nos canaviais do estado de São Paulo. O artigo, intitulado “Women as labor force in agriculture: the case of the state of São Paulo – Brazil”, foi o germe da produção da autora sobre a condição feminina na atividade canavieira na região de Ribeirão Preto em São Paulo (ROSSINI, 1983), produção que se estende até os dias atuais (ROSSINI; SANTOS; SAMPAIO, 2018). A autora sempre enfatiza os aspectos populacionais em seus trabalhos e conjuga os dados oficiais (distribuição da população por sexo, predomínio de mulheres em certas atividades, quantidade de mulheres que são cabeça de famílias, mortalidade, fecundidade, migração, esperança de vida, acesso a aparelhos básicos de saúde, acesso à água potável etc.) com a realidade enfrentada pelas mulheres, desvendando aspectos qualitativos previamente ignorados pelas estatísticas oficiais do Estado. Assim é que, através de seu método de pesquisa, e suas bases de estudo em Geografia da População e Geografia Agrária (SILVA; ORNAT, 2016, p. 212), Rossini deixa claro que é possível investigar questões de gênero a partir de dados brutos (“neutros”), o que é uma brisa fresca frente aos estudos da Geografia da População que não estudam de forma contundente e séria as questões específicas das mulheres e as questões de gênero, estudos que repassam dados sem análises profundas ou interessantes para compreender o movimento real da sociedade e suas relações de gênero e a posição das mulheres nos arranjos populacionais. A partir desta constatação, a autora inova e mostra coragem em suas pesquisas e trabalhos quando entra, agora já há mais de 40 anos, em contato com a realidade do campo, onde as mulheres estão em desvantagens específicas, gerando condições de estudos extremamente importantes para entender a relação da produção capitalista frente às mulheres e às questões de gênero. Dessa forma, Rossini caracteriza a partir da perspectiva marxista, por exemplo, desde seus primeiros trabalhos sobre o tema, a questão da mulher produzir valores de uso e do homem produzir valores de troca (ROSSINI, 1983; ROSSINI, 1998; ROSSINI, 2010), qualificando os argumentos de Engels quando o autor afirma que o homem é o burguês e a mulher é a proletária da relação homem-mulher, companheiro-companheira, marido-mulher (ENGELS, 1984). Assim, a autora mostra como consegue deixar a teoria do importante pensador marxista do século XIX mais complexa ao inserir seu método às especificidades encontradas no campo brasileiro. Isso permite que Rossini explique em ricos detalhes a diferença entre mulheres e homens produzindo valor dentro do sistema capitalista (ROSSINI, 1983; ROSSINI, 1998; ROSSINI, 2010) quando essas mesmas mulheres e homens estão no campo e não na urbe. Novamente, não se trata mais de estatísticas “puras” e/ou “neutras”, mas de um estudo aprofundado acerca do que está

posto a partir de órgãos institucionais, e estes estudos são resultados das pesquisas qualitativas da autora.

Os estudos de Rossini, de forma geral, são marcados pela investigação dos seguintes temas (ROSSINI, 1983; ROSSINI, 1998; ROSSINI, 2010; SILVA; ORNAT, 2016; ROSSINI; SANTOS; SAMPAIO, 2018):

- ❖ Como a mulher é explorada junto com o companheiro quando o sistema tira deles o produto social (a mercadoria) que produzem;
- ❖ A produção de valor de uso doméstico, que continua mesmo quando a mulher entra no mercado de trabalho;
- ❖ O trabalho doméstico e de valor de uso da mulher, ou seja, a reprodução efetiva da força de trabalho é o que permite a produção do sistema capitalista;
- ❖ A avaliação diferenciada dos trabalhos dos homens e mulheres: o trabalho do homem sustenta a casa enquanto o trabalho da mulher (e das crianças) somente ajuda, é visto como “complemento”;
- ❖ O número crescente de mulheres que chefiam famílias, passando a ser autoridade parental;
- ❖ A taxa de fecundidade que está diminuindo devido à entrada das mulheres no mercado de trabalho e ao aumento da escolaridade das meninas, moças e mulheres;
- ❖ Denúncia da metodologia de obtenção de dados por parte do governo que mascara que o trabalho doméstico seja trabalho. Por exemplo, de acordo com a autora, em 1980, os dados mostravam que somente 27% das mulheres faziam parte da população que trabalhava enquanto os homens tinham uma taxa de 73% (ROSSINI, 1983, p. 92);
- ❖ Como os dados do censo subestimam a participação efetiva das mulheres na produção social e, com mais intensidade, no caso da agricultura;
- ❖ Jornada dupla, ou até mesmo tripla, que as mulheres são obrigadas a enfrentar;
- ❖ O papel da ideologia capitalista patriarcal que convence as mulheres que o “trabalho primário” delas ou sua “principal ocupação/atividade” é a maternidade e a maternagem;
- ❖ Relações não-capitalistas do campo que são marcadas, por exemplo, por ajuda mútua entre parentes e vizinhos; e
- ❖ A concentração de mulheres nas atividades consideradas “femininas” (levar

os toletes de cana para os sulcos, plantio cobrir a terra, adubação e colheita manual porque a mecânica é reservada aos homens).

Rossini foi pioneira em seus estudos e continua contribuindo para o estudo das vidas das mulheres no campo brasileiro ao estudar a condição de vida delas, suas famílias e suas relações econômicas e sociais na macroárea de Ribeirão Preto (ROSSINI; SANTOS; SAMPAIO, 2018). A autora, ao escolher o trabalho, e, até certo ponto, o valor, como central(is) para suas análises, deixa clara suas influências marxistas, até porque como diriam Moraes e Costa, todo “processo social [lido pela teoria marxista] explica-se assim, em última instância, pelo recurso às categorias valor e trabalho” (1987, p. 116).

Após esses dois trabalhos, foram anos de silêncio até que Rossini publicasse sua tese de livre docência em 1988 com o título “Geografia e Gênero: a Mulher na lavoura canavieira paulista” (ROSSINI, 1988). Mais tarde, temos também a autora publicando o artigo “A mulher na palha da cana: família e trabalho” (1990) e, depois, “As Geografias da Modernidade – Geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto – SP”, publicado em 1998. O trabalho de Rossini é, portanto, extremamente importante para compreendermos a Geografia produzida no Brasil que abraça, ou repele, as questões da mulher, as questões de gênero e a teoria feminista.

O contexto global da contracultura, da busca pela liberdade sexual e do surgimento do feminismo com bases em métodos e teorias sofisticadas pintam o pano de fundo da inserção dos estudos da vida das mulheres e de gênero na Geografia produzida no Brasil. Contudo, vemos, a partir das bibliografias dos artigos seminais dos estudos de gênero produzidos no Brasil, que a fonte epistemológica é a Geografia Crítica com sua influência marxista e não necessariamente epistemologias incontestavelmente feministas escritas por mulheres e sobre mulheres. Por que será que isso aconteceu? Haveria diferença, nos resultados práticos, isto é, a denúncia da condição da mulher, entre as epistemologias? Quais seriam as diferenças entre as fontes marxistas da Geografia Crítica e as fontes marxistas das geógrafas feministas?

A Geografia produzida no Brasil, de uma forma geral, agiu de forma bastante tímida frente às demandas dos movimentos feministas e das mulheres, como se pode ver pela falta de artigos e livros publicados até os dias atuais (SILVA, 2009; SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010; CESAR, 2015; SILVA; CESAR; PINTO, 2015), algo que também acontece com os

estudos sobre sexualidade (ALMEIDA, 2017; SILVA, 2009). Aqueles que trabalham com estudos de gênero e sobre as mulheres há mais tempo muitas vezes não usam abertamente a palavra “feminista” ou “feminismo” em seus trabalhos, o que pode diminuir a força destes tipos de estudos, assim como mascarar trabalhos que potencialmente discutem as mesmas dinâmicas no espaço geográfico. Por que será que isso acontece?

O Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) tem feito um belíssimo trabalho de investigação e crítica dos pressupostos epistemológicos da Geografia produzida no Brasil que faz com que as questões relacionadas às mulheres, de gênero e sexualidade sejam apagadas, ignoradas, marginalizadas e excluídas das principais universidades brasileiras. O grupo tem um banco de dados alimentado constantemente que conta com “periódicos científicos brasileiros mantidos por instituições de cunho geográfico, disponíveis na internet” (CÉSAR; PINTO, 2015, p. 121) e classificados de A1 até B5 pelo sistema Qualis da Capes. No triênio 2013-2015, por exemplo, na pesquisa dos artigos produzidos entre 1974 até 2013, este foi o resultado para os estudos de gênero, feminismo e sexualidades dentro da Geografia: “Do total de artigos compilados neste banco de dados, foi constatado que apenas 167 destes tratavam de Gênero (1,2%) e somente 49 artigos abordaram a temática de Sexualidades (0,3%)” (CÉSAR; PINTO, 2015, p. 3).

Se os estudos sobre as mulheres e de gênero dentro da Geografia datam da década de 70 do século XX, como já foi explicado previamente, a quantidade de 167 artigos em periódicos brasileiros num período de 39 anos pesquisados é absurdamente baixa. É como se fossem produzidos somente quatro artigos por ano. Seriam os assuntos que concernem às mulheres e as relações de gênero tão dispersos e escassos para justificar essa baixa produção? Ou há algo além que justifica estes ínfimos números?

Em sua dissertação, Cesar (2015) investigou a produção de artigos sobre feminismo e gênero na Geografia produzida no Brasil através de epistemologias baseadas no poder do conhecimento, no poder científico de hierarquizar e distribuir suas influências, que não são tão facilmente absorvidas e reproduzidas, já que as contradições das tensões tiram a estabilidade do poder instalado (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010; CESAR, 2015; CESAR; PINTO, 2015; SILVA; CESAR; PINTO, 2015). Isso significa que os grandes centros universitários brasileiros distribuem suas influências através de pós-graduandas e pós-graduandos que se tornam professores e, ao migrar, levam junto suas influências epistemológicas, de teoria e de método (CESAR, 2015). Por exemplo, quando Conti (2018) afirma que a Universidade de São Paulo (USP) tem uma “posição de liderança” (CONTI, 2018, p. 94) dentro do universo acadêmico brasileiro, o autor também está assumindo a

posição, mesmo que de forma indireta e irrefletida, que a Universidade de São Paulo (USP) também influencia os demais centros de difusão e criação de conhecimento no Brasil. Mas como se dá essa autoridade? Curiosamente, o autor (CONTI, 2018) não relembra as origens conservadoras e elitistas da Universidade de São Paulo (USP) quando fala de sua importância, isto é, as bases conservadoras que imperaram, até os dias atuais, na teoria e no método produzidos também são repassados às demais universidades brasileiras. E isso não quer dizer que qualquer tipo de “excelência” esteja se espalhando a partir da Universidade de São Paulo (USP) até porque as influências intelectuais, sociais, econômicas e políticas não são a mesma coisa que excelência acadêmica, ou até mesmo as formas mais sofisticadas e de acordo com a realidade concreta atual. Nem sempre o que é produzido apresenta conjugação com as condições sociais de certo momento e em certo espaço, apresentando soluções, diagnósticos e alternativas para elas. Afinal, as formas de existências, até mesmo àquelas mais próximas das universidades nem sempre são estudadas.

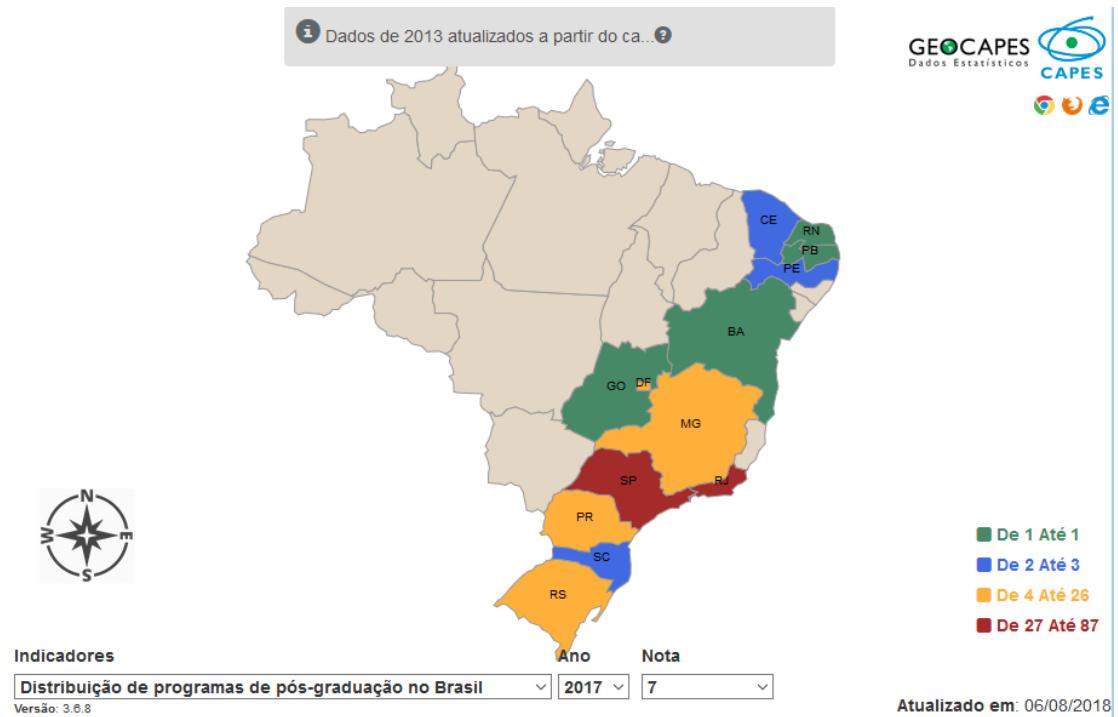
Ademais, afirma Cruz (2012), a forma como a máxima da produção intelectual no Brasil, quer dizer, os Programas de Pós-Graduação, operam a partir dos critérios elaborados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para serem classificados como “excelência” sofre uma enorme contradição: para existir excelência é preciso que exista a não-excelência ou, como diz a autora, o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), organizado a partir de uma “lógica competitiva entre os cursos” (CRUZ, 2012, p. 2), restringe, necessariamente, numericamente os programas avaliados com notas máximas (6 e, principalmente, 7) a partir do que seria o “ótimo de Pareto” (CRUZ, 2012, p. 3-4), ou seja, para que existam programas com a nota máxima é imperativo que existam programas com notas baixas; a excelência só existe a partir da não-excelência: é a própria dialética em curso.

A distribuição dos centros e programas de excelência (nota 7) pode ser vista no Mapa 1, disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em seu site, o GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas.

A este complexo quadro, adiciona-se também a questão de a região onde está a Universidade de São Paulo (USP) concentrar, historicamente, riqueza e renda, ou seja, o que podemos, efetivamente, esperar de políticas públicas que fazem o papel de disseminar o conhecimento, suas diferentes formas de estudos e temas pesquisados se a configuração dos espaços de pesquisa pouco ou nada muda? Se não há incentivo ao diálogo e encontro de diferentes formas de existir e viver? Se os programas de graduação e, principalmente, pós-graduação brasileiros mais bem avaliados estão no Centro-Sul, o que esperar da abrangência

de temas e a tomada de novos desafios por parte de universidades consolidadas numa base conservadora e elitista?

Mapa 1. Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil com nota 7 no ano de 2017



Fonte: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

De acordo com Cruz (2012), a “concentração territorial dos Programas de Pós-Graduação considerados de maior excelência resulta principalmente, da ação deliberada de políticas públicas **que pouco ou nada contribuíram para reverter este quadro**” (CRUZ, 2012, p. 3, grifo meu). Se as instituições governamentais não produzem políticas públicas que facilitam ou, até certo ponto, permitem a extensão de programas bem avaliados, a concentração, cada vez maior, de temas, teorias e métodos é **inevitável**. Ao fechar-se em si, o Centro-Sul apresentará uma tendência de alimentar o seu microcosmo com o mais do mesmo, com o que sempre foi pesquisado. E junto a esta estrutura inflexível e intolerante, as questões relacionadas ao estudo das mulheres, feminismo e gênero continuarão a não existir ou a existir à margem.

Cesar (2015) defende argumentos interessantíssimos para essa pobreza da Geografia produzida no Brasil no que concernem feminismo e questões de gênero. Ao analisar periódicos online e programas e quadros de pós-graduação, a autora lembra que a Geografia não está livre de preconceitos e ideologias nocivas quando concernentes às questões de

gênero, pois a disciplina está em um “sistema hierárquico” (2015, p. 33) definido por sua estrutura histórica espacial que parte dos grandes centros e das universidades tradicionais brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta hierarquia é apresentada através de temas e formas de estudá-los, deixando pouco, ou nenhum, espaço para a disseminação de novas preocupações, mesmo quando as geógrafas feministas defendem a “inclusão da discussão de gênero como tema transversal” (CESAR, 2015, p. 37), isto é, há a tentativa de afastar os preconceitos com os temas ao introduzi-los em campos de estudos já existentes para que não seja necessária uma total decontinuidade e isso possa gerar desconforto que será, invariavelmente, desfavorável às novas preocupações. Aqui fica claro que não se trata de estudar as mulheres fora do âmbito da sociedade ou isolá-las como se fossem amostras de ou em laboratórios, mas sim compreender que as relações de gênero estão em todas as ramificações da Geografia e todas as áreas se tornariam mais complexas e sofisticadas se incorporassem essa temática, assim como percepção acentuada à realidade das mulheres (JOHNSON, 1985; ROSE, 1993; CESAR, 2015), até mesmo a parte da Geografia que estuda a sua própria epistemologia.

Essa tentativa de “diluir” a teoria feminista na Geografia, ou a teoria geográfica feminista é uma estratégia que poderia gerar resultados mais rápido do que se fosse proposta uma ruptura total com os temas e epistemologias já consolidados. Essa diluição foi feita, por exemplo, por Rossini, como foi apresentado previamente. A autora, muito astuta, introduziu o estudo das mulheres dentro de campos já respeitados: Geografia Agrária e Geografia da População. Esta monografia não contou com entrevistas com Rossini, o que seria um trabalho de mestrado, mas seria interessante compreender se passou pela cabeça da autora essa forma de introduzir o tema, já que a Geografia ainda é resistente às questões de gênero, o estudos das mulheres e, ainda mais, ao feminismo.

O preconceito com a teoria feminista e a teoria feminista produzida por geógrafas atinge até mesmo os nomes mais respeitados na história da disciplina. Foi o que aconteceu com Doreen Massey em 2005, ou seja, pleno século XXI. A visita da autora a Fortaleza em um evento da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE) gerou *risadas* de desdém quando a autora se declarou uma geógrafa feminista (SILVA et. al., 2017, p. 12). Se alguém tão importante quando Massey é recebida com risadas e chacota, o que resta a nós?

De acordo com Cesar e Pinto (2015), a invisibilidade das discussões de temas mais recentes, temas que surgiram a partir de demandas dos movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX, no Brasil, “gera certa ignorância e desprezo de alguns pesquisadores tradicionais em relação a novas possibilidades de discussões” (CESAR; PINTO, 2015, p.

121). Essa ignorância apresenta tanto sucesso em sua ideologia machista e sexista que ela coopta e é reproduzida até mesmo por geógrafas pesquisadoras. Silva e Pinto (2016), ao entrevistarem dez pesquisadoras e dez pesquisadores em programas de pós-graduação no Paraná, encontraram dados que corroboram esta afirmação. Embora as docentes reconheçam que a carreira científica é incompatível com as “responsabilidades sociais da reprodução familiar” (SILVA; PINTO, 2016, p. 60) e tomam decisões para lidar com essa situação como, por exemplo, não entrar em matrimônio (SILVA; PINTO, 2016, p. 59) e não ter filhos (SILVA; PINTO, 2016, p. 60), elas ainda acreditam que o fato de serem mulheres não interfere com sua produção acadêmica e que o gênero não é um dos fatores de dificuldade na hora do desempenho científico (SILVA; PINTO, 2016, p. 66), ainda que reconheçam demandas de diferentes esferas que atuam na ocupação de seu tempo, como burocracia acadêmica, trabalho docente e questões familiares (SILVA; PINTO, 2016, p. 66). É curioso que o gênero não aparece como um fator de dificuldade quando se trata do trabalho acadêmico (SILVA; PINTO, 2016, p. 67), mas aparece quando as entrevistadas falam sobre a reprodução social e o trabalho doméstico (SILVA; PINTO, 2016, p. 68). Alguns exemplos de falas das entrevistadas que os autores utilizaram no trabalho são:

Não! Nunca tive qualquer problema em relação à questão de gênero na minha atividade profissional, seja na academia, seja na atividade externa de pesquisa (Ceolven, Paraná, 10 de março de 2016).

Não! Não! Acho que não! Porque **o meio acadêmico é bem assim, acessível**. Eu, pelo menos, pessoalmente, nunca tive. Não! Que eu me lembre, não (Monitora, Paraná, 9 de março de 2016).

Nunca bateu na minha porta nenhum tipo deste problema! [...]. Não tem **nenhum** tipo de problema de inserção no mundo acadêmico (Garka, Paraná, 9 de março de 2016) (SILVA; PINTO, 2016, p. 67, grifos meus).

O mais desencorajador, contudo, talvez sejam os depoimentos que as mulheres dão acerca de seu gênero e o trabalho doméstico e a reprodução social.

E acaba que, sendo professora universitária, é um pouco disso também, né? Por mais que você tenha um tempinho maior durante a semana, pra organizar a tua vida e os artigos, mas entra no fim de semana e nos feriados. Então, muitas vezes, eu viajo com eles [marido e filhos], mas levo o computador, e aí tem que ter a pergunta: **“Mas, mãe, por que você está trabalhando?”**. Eu digo: **“Mas é que eu tenho que terminar, é rapidinho!”**. Mas este **“rapidinho”** não é **rapidinho**. Porque, às vezes, você abre a caixa de e-mail e tem outra atividade a ser feita. O que você ia fazer em duas horas, você faz em seis horas. Então, muitas vezes, dá um nó em tudo isso, e aí você fala: **“Ah! Vale a pena tudo isso?”** (Drytforth, Paraná, 9 de março de 2016).

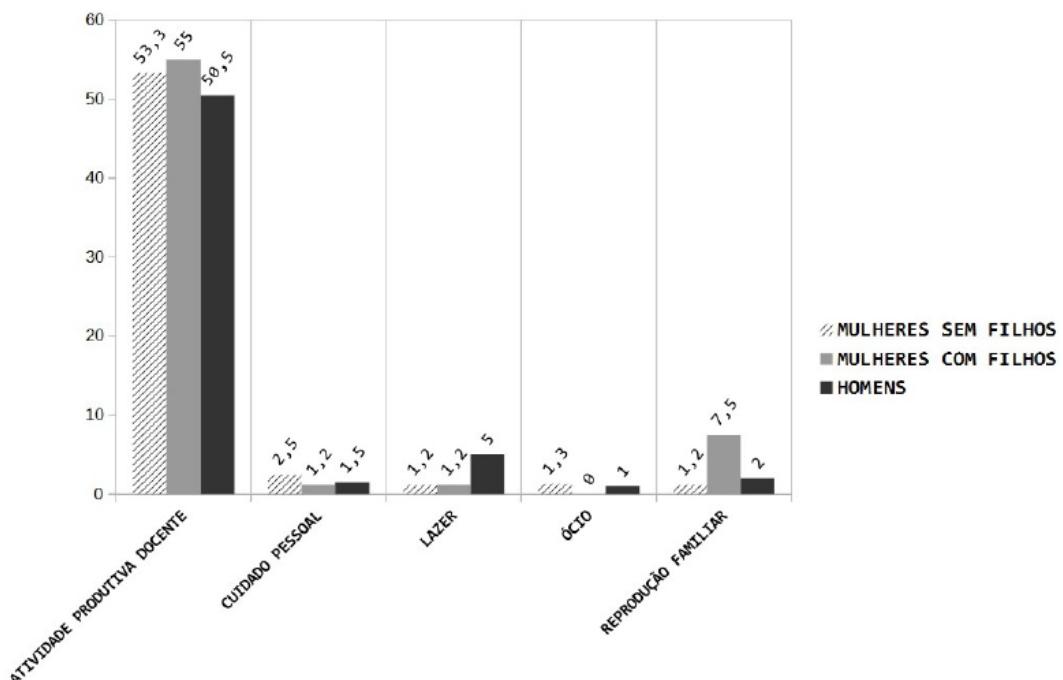
No meu ponto de vista, é preciso sacrificar algumas coisas que, no meu caso, obviamente, quem está perdendo é o meu lado privado. **Não tem, quase não tem espaço na vida que eu levo [...] Criar filho... Cuidar do filho, perceber o filho. Isto é da dimensão das mulheres. Só as mulheres que fazem isto.** Então, a gente acaba assumindo, em nome da maternidade, da relação indissociável que a gente tem pelo bem-estar do filho. Então, são coisas que vão pesar sobremaneira **nessa**

jornada das mulheres (Garka, Paraná, 9 de março de 2016).

Tem certas questões do cotidiano que são assumidas socialmente pelas mulheres, não que seja responsabilidade só delas, mas, enfim, é assim a vida. Impactou [referindo-se ao gênero], sobretudo, quando meus filhos eram pequenos, né. Embora [referindo-se ao pai dos filhos] fosse superatuante, mas, assim, **tinha coisas que eu tinha que fazer. Meus filhos me demandavam mais. Ao invés de demandar ao pai, demandavam a mim. Se demandavam a mim, eu tinha que dar respostas, né?** Então, isso acontece até hoje ainda. Há uma demanda, eu diria muito mais intensa, de questões do cotidiano deles em relação a mim (Thyni, Paraná, 14 de março de 2016) (SILVA; PINTO, 2016, p. 68, grifos meus)

O trabalho de Silva e Pinto (2016), portanto, mostra contradições acerca das falas das entrevistadas e da realidade concreta encontrada pelos autores. Isso é de se esperar numa sociedade tão ideologicamente dominada pelo capitalismo patriarcal, que convence até mesmo quem sofre de que seu sofrimento é normal, natural, esperado etc. Os dados compilados pelos autores mostram, portanto, a verdadeira situação das entrevistadas e entrevistados quando deixam claro os resultados dos usos do tempo (Gráfico 3 e Gráfico 4).

Gráfico 3. Uso do tempo de segunda a sexta-feira, segundo mulheres e homens pesquisadores

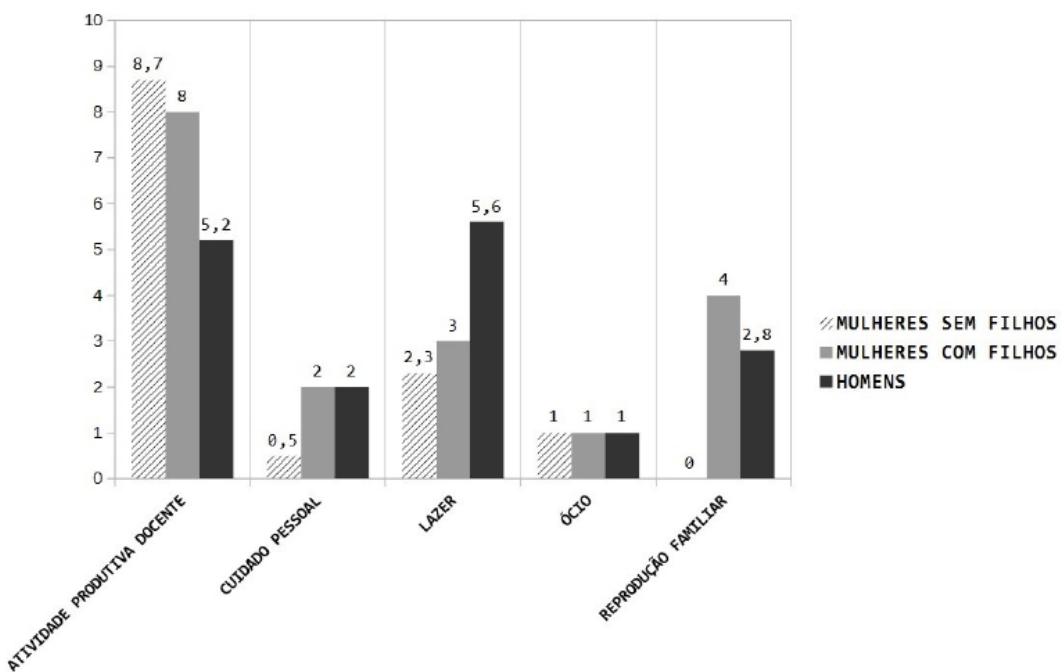


Fonte: SILVA; PINTO, 2016, p. 61.

A partir dos gráficos fica nítida a quantidade de horas as quais as mulheres precisam ficar disponíveis a outrem, ou seja, uma das formas clássicas de opressão dentro do capitalismo patriarcal, que rouba o tempo da mulher ao deixa-la sempre disponível para aqueles que não são ela ou sua própria vontade e autonomia.

Com estes dados em mente, é de se perguntar: de onde vêm as influências que retardam a discussão de feminismo na Geografia produzida no Brasil? Uma das formas de compreender esta marginalização é a partir de publicações em revistas científicas brasileiras, ou periódicos. Isso acontece porque a produção e publicação de artigos científicos é uma forma de compreender a dinâmica do conhecimento geográfico produzido no Brasil, conhecimento que vem majoritariamente dos programas de pós-graduação em Geografia. De acordo com Cesar e Pinto (2015), a produção e publicação “de artigos científicos constitui um (...) instrumento importante de análise das transformações do padrão de produção científica na geografia brasileira, no que diz respeito às abordagens de gênero, mulher e sexualidades” (CESAR; PINTO, 2015, p. 128).

Gráfico 4. Uso do tempo nos finais de semana, segundo mulheres e homens pesquisadores



Fonte: SILVA; PINTO, 2016, p. 61.

A primeira publicação de Geografia no Brasil foi a Revista Brasileira de Geografia (RBG). Durante seus anos de atividade, isto é, entre 1939 e 2005, apenas 32% dos artigos foram produzidos por mulheres. De um total de 723 artigos, 228 foram publicados por mulheres (CESAR, 2015, p. 43-44), o que resulta no seguinte arranjo: a cada 3,1 artigos publicados, 1 era escrito por mulher. A discrepância é significativa e encontra-se dentro de

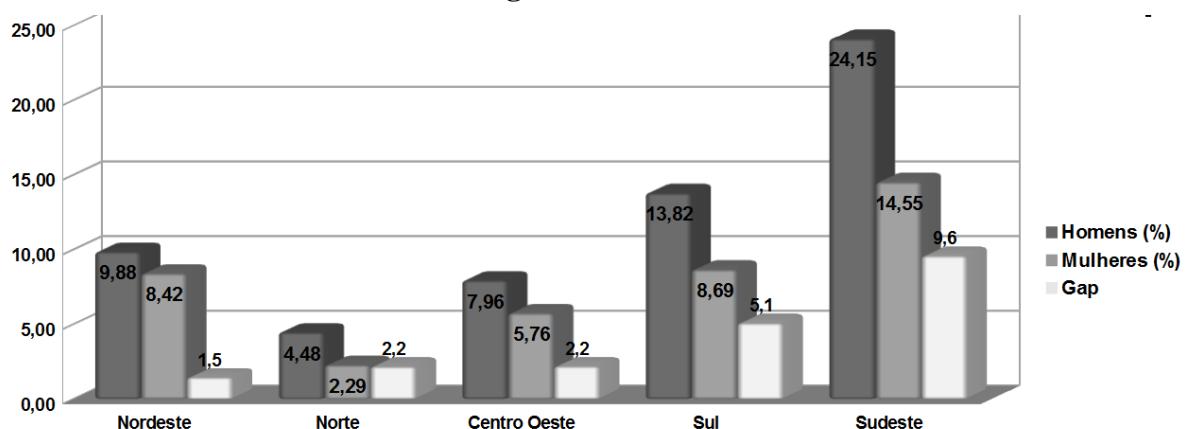
um contexto no qual “as relações de gênero são componentes da produção científica geográfica brasileira” (CESAR, 2015, p. 45), como foi mostrado por Silva e Pinto (2016). De acordo com Cesar e Pinto (2018), o “sistêmico afastamento e subalterização das mulheres dos contextos acadêmicos atravessou os séculos e ainda persiste na contemporaneidade, mesmo com o maior acesso das mulheres às universidades” (CESAR; PINTO, 2018, p. 371).

Outro aspecto importante para compreender a falta de discussões feministas e de gênero são os arranjos da pós-graduação a partir do sexo dos docentes, arranjos ajudam a compreender a penetração ou não de temas novos. Embora, no geral, haja equilíbrio entre homens e mulheres na pós-graduação em Geografia no Brasil (SILVA, 2009, p. 55-91), as discrepâncias entre os sexos no principal eixo no Brasil, a região Centro-Sul, é uma característica que modela e é modelada pelas publicações e o menor número de artigos produzidos por mulheres. De acordo com Cesar (2015, p. 69),

Em um levantamento realizado na Plataforma Sucupira da CAPES, ano base 2013/2014 com o intuito de coletar dados referente à composição do corpo docente distribuído nas 55 universidades brasileiras com pós-graduação em geografia, os dados obtidos apontam que o total de docentes nos programas de pós-graduação em geografia é de 1093 docentes, sendo que 659 (60%) são homens e 434 (40%) mulheres.

A autora demonstra os dados no gráfico a seguir (Gráfico 5).

Gráfico 5. Distribuição do Corpo Docente nos 55 Programas De Pós-Graduação em Geografia no Brasil



Fonte: CESAR, 2015, p. 70.

A diferença entre homens e mulheres na região Sudeste é a maior entre as regiões brasileiras, chegando a ser quase o dobro da região Sul, que tem a segunda maior diferença entre homens e mulheres. De acordo com a autora,

Evidencia-se que do universo total (1093 docentes) há na região Sudeste uma concentração majoritariamente masculina do corpo docente, compondo um *gap* de

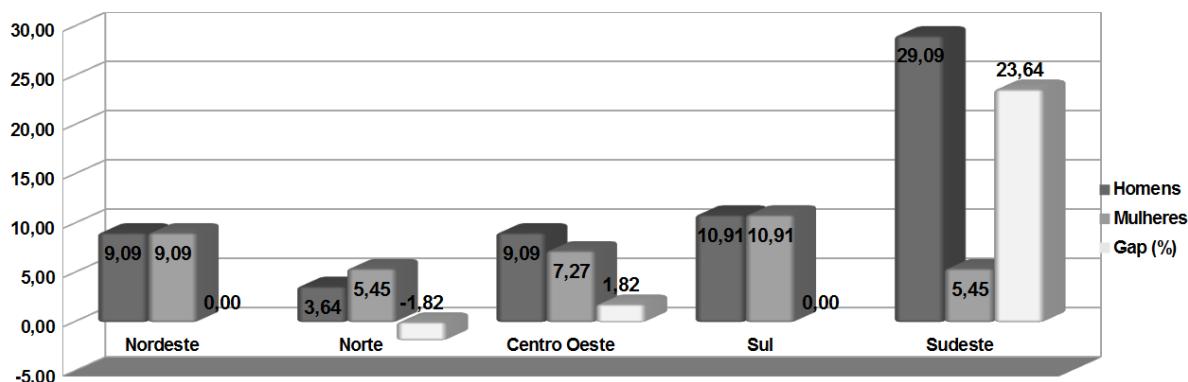
9,6%, seguida da região Sul com 5,1% . Os *gaps* são semelhantes apenas na região Norte e Centro Oeste ficando em 2,2%. Destaque à região Nordeste, sendo esta a com o menor gap apresentado. Interessante distinguir as duas regiões que contém o corpo docente igualitário, pois elas correspondem as **áreas dos novos programas de pós-graduação em geografia, no qual ocorreu após a década de 2000 com o intuito da interiorização dos programas de pós-graduação no país**. Evidencia que na geografia a interiorização dos cursos de pós-graduação em geografia não possibilita apenas a abertura para a discussão de novas temáticas, mas também o rompimento com o tradicional/antigo, dando oportunidades aos novos docentes recém formados (CESAR, 2015, p. 70, grifos meus).

Para Cesar (2015), a inovação intelectual brasileira acontece pelas margens e pela interiorização dos programas de pós-graduação no Brasil. Os eixos epistemológicos que são tradicionais apresentam grande resistência no que concerne a introdução de novas temáticas, métodos e epistemologias. Até por isso são tradicionais. E essa tradição conservadora é mais perceptível ainda quando falamos de altos níveis de coordenação. A questão das mulheres não conseguirem atingir altos cargos já foi denunciada por Rose (1993), McDowell (1990) e McDowell e Peake (1990), e o mesmo padrão pode ser encontrado no Brasil (Gráfico 6).

De acordo com a autora,

Os dados acabam por surpreender, de todo o universo pesquisado (55 cargos de coordenadores dos programas de pós-graduação em geografia), duas regiões tem os cargos igualitários (Nordeste e Sul). Na região Norte os programas são chefiados predominantemente por mulheres, como visualizado no gráfico acima, entretanto na região Centro-Oeste e Sudeste o número de homens nos cargos de chefia são maiores. O número de maior destaque está na região sudeste, sendo esta responsável pelo maior *gap* de diferença, apontando 23,64%, o que evidencia que a região que contém os cursos mais antigos devido a sua criação, também é a que concentra um maior número de homens tanto no corpo docente, quanto na chefia dos programas (CESAR, 2015, p. 76).

Gráfico 6. Distribuição dos Cargos de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil



Fonte: CESAR, 2015, p. 75.

Os dados e argumentos encontrados previamente ratificam que, quanto maior a presença de homens em cargos de coordenação e chefia, maior a resistência a temas novos,

que só encontram verdadeira infiltração em programas que estão à margem dos centros de excelência (CESAR, 2015). Estes programas periféricos, por não apresentar tradições epistemológicas consolidadas, têm uma margem de atuação mais flexível frente aos novos temas, teorias e métodos. Cesar e Pinto sintetizam a questão da tradição quando dizem que

A construção de uma Geografia conservadora e tradicional reflete fortemente nas produções intelectuais dos pesquisadores, mantendo, assim, a tradicionalidade nas discussões dos temas geográficos, legitimando o que deve ou não ser discutido e posto como Geografia (CESAR; PINTO, 2015, p. 121).

A tradição conservadora e elitista da Geografia, a maior quantidade de homens coordenadores e chefes e o baixo número de artigos produzidos pelas mulheres por conta de questões que estão além do escopo de sua atuação são, portanto, alguns dos aspectos que atrasam em demasiado a entrada das questões acerca do feminismo e também das relações de gênero, que forjam o espaço social que vivemos, o qual também é alimentado por estas relações numa relação contraditória, na Geografia produzida no Brasil. É necessário lutar contra esta ideologia capitalista patriarcal que ganha, e muito, com a exclusão das mulheres e temas referentes a elas na Academia.

Os elementos representativos de várias vertentes podem ser traduzidos por inclinações e posturas ideológicas que vêm da estrutura solidificada do capitalismo patriarcal onde a mulher é propriedade do homem (ENGELS, 1984) e objeto de desejo da sociedade. Estas posturas, reiteradamente, refletem na vida acadêmica. Por isso Blay e Conceição (1991), ao estudarem a inserção da mulher como tema das disciplinas da Universidade de São Paulo (USP), deixam claro que, entre os docentes,

“são encontradas posturas ideológicas com relação à posição social da mulher e do homem na sociedade que, invariavelmente, influem sobre a "ciência" que realizam. Aqueles que não estão alertas para as discriminações de gênero não incluem a temática em seu trabalho, mesmo que ministrem disciplinas fundamentais para a compreensão da questão” (BLAY; CONCEIÇÃO, 1991, p. 55, grifo meu).

As autoras (1991, p. 55) também afirmam que os discentes muitas vezes iniciam o processo de estudos de gênero, o que, mais tarde, resultaria na criação de disciplinas e no estudo sério de questões referentes às mulheres, ao feminismo e às relações de gênero dentro da Universidade. Com esse padrão pode se realizar a seguinte comparação entre os centros e periferias da Geografia produzida no Brasil, onde temos os centros agindo como os docentes conservadores e tradicionais relutantes a novos temas, e as periferias sendo os discentes, jovens e empolgados, com a vitalidade e coragem para encarar novos desafios.

3.3 A PRODUÇÃO ATUAL DA GEOGRAFIA NO BRASIL ACERCA DAS QUESTÕES DE GÊNERO

Atualmente, existem alguns centros de pesquisa de feminismo e relações de gênero no Brasil. Contudo, são poucos e inexpressivos frente à enorme quantidade de pessoas que não estudam a vida das mulheres, o feminismo e as relações de gênero como formas de forjar, alterar e serem alteradas pelo espaço, o qual é, indubitavelmente, social.

Similarmente à forma como Cesar (2015) buscou saber da construção científica acerca da produção do conhecimento geográfico no Brasil, uma busca no diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), filtrando somente os grupos dos cursos de Geografia, mostram os seguintes resultados: A procura do termo “Geografia Feminista” apresenta somente 1 (um) resultado, o *Grupo de Estudos Territoriais*, sob a coordenação de Marcio Jose Ornat e Joseli Maria Silva na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A busca pelas palavras “Geografia” e “feminismo” gera também 1 (um) resultado, o grupo *Gestar: Território, Trabalho e Cidadania*, coordenado pela Professora Doutora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Josias de Castro Galvão listado como 2º líder, ambos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A busca por “Geografia” e “Gênero” é a que mais apresenta resultados nos cursos de Geografia que possuem grupos registrados na plataforma, são 18 (dezoito) grupos no total. Para melhor apresentar os dados, segue a tabela gerada pelo Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tabela 2. Grupos de Pesquisa que estudam "Geografia" e "gênero"



Consulta Parametrizada

INSTITUIÇÃO	GRUPO	LÍDER	2º LÍDER	ÁREA PREDOMINANTE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Ensino, Gênero e Sexualidade	Ivan Ignacio Pimentel	-	Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro	Glaucio José Marafon	Augusto Cesar Pinheiro da Silva	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero - Família e Trabalho. 30 Anos de Pesquisa no Agro-Paulista – O exemplo da Agricultura Canavieira na Macroárea de Ribeirão Preto (SP)	Rosa Ester Rossini	-	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Geografia e Gênero. A Força de Trabalho Feminina no Agro-paulista. O	Rosa Ester Rossini	-	Ciências Humanas

	Exemplo da Agricultura Canavieira na Macroárea de Ribeirão Preto (SP)			
Universidade de São Paulo	Geografia e Gênero. A força de trabalho na expansão e nos novos caminhos da cana-de-açúcar no Vale do Rio Pardo (São Paulo/Brasil), no início do século XXI (2000-2012)	Rosa Ester Rossini	-	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Geografia e Gênero: As novas e velhas dinâmicas no campo brasileiro com ênfase na expansão da cana-de-açúcar no século XXI	Rosa Ester Rossini	-	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Geografia e Gênero: queimando mulheres e homens no trabalho de corte da cana e esquentando as máquinas dos canaviais da macroárea de Ribeirão Preto (SP)	Rosa Ester Rossini	-	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Geografia, Literatura e Arte	Julio Cesar Suzuki	Eguimarc Felício Chaveiro	Ciências Humanas
Universidade de São Paulo	Geografias do Contemporâneo	Elvio Rodrigues Martins	Cecilia Cardoso Teixeira de Almeida	Ciências Humanas
Universidade Estadual de Goiás	Sociedade e Meio Ambiente	Marise Vicente de Paula	Maria Erlan Inocêncio	Ciências Humanas
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Corpo, Gênero e Diversidade	Roseli Alves dos Santos	Melissa Barbieri de Oliveira	Ciências Humanas
Universidade Federal de Goiás	Espacialidades e identidades raciais, étnicas, de gênero, sexuais e culturais	Lorena Francisco de Souza	Alecsandro José Prudêncio Ratts	Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Maria	Espacialidades Urbanas	Cláudia Luísa Zeferino Pires	Benhur Pinós da Costa	Ciências Humanas
Universidade Federal de Sergipe	Sociedade e Cultura	Maria Augusta Mundim Vargas	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Amapá	Coletivo de Estudos sobre Terra e Território	Patricia Rocha Chaves	Roni Mayer Lomba	Ciências Humanas
Universidade Federal do Maranhão	NEGO - Núcleo de Estudos Geográficos	Josualdo Lima Rêgo	Sávio José Dias Rodrigues	Ciências Humanas
Universidade Federal Fluminense	ETHOS Geografia Política, Ética e Gênero	Ivaldo Gonçalves de Lima	-	Ciências Humanas
Universidade Federal Fluminense	ETHOS: Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade	Ivaldo Gonçalves de Lima	-	Ciências Humanas

Total de registros: 18. Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A regionalização desta tabela é extremamente interessante. De acordo com os temas, fica da seguinte forma:

Tabela 3. Grupos que pesquisam "Geografia" e "gênero" por região brasileira

Região	Número de grupos de pesquisa
Centro-Oeste	2
Nordeste	1
Norte	2
Sudeste	11

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Elaboração: MARROQUE, Gabriella Agneide, 2018.

A forte presença na região Sudeste, com concentração na Universidade de São Paulo (USP), deve-se aos cinco grupos liderados pela Professora Doutora Rosa Ester Rossini, docente que encabeça a maior quantidade de grupos entre todos encontrados; são eles: *As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero - Família e Trabalho. 30 Anos de Pesquisa no Agro-Paulista – O exemplo da Agricultura Canavieira na Macroárea de Ribeirão Preto (SP)*, *Geografia e Gênero. A Força de Trabalho Feminina no Agro-paulista. O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macroárea de Ribeirão Preto (SP)*, *Geografia e Gênero. A força de trabalho na expansão e nos novos caminhos da cana-de-açúcar no Vale do Rio Pardo (São Paulo/Brasil), no início do século XXI (2000-2012)*, *Geografia e Gênero: As novas e velhas dinâmicas no campo brasileiro com ênfase na expansão da cana-de-açúcar no século XXI* e *Geografia e Gênero: queimando mulheres e homens no trabalho de corte da cana e esquentando as máquinas dos canaviais da macroárea de Ribeirão Preto (SP)*. Os outros dois que existem na Universidade de São Paulo são: *Geografia, Literatura e Arte* coordenado pelo Professor Doutor Júlio César Suzuki, com o Doutor Eguimar Felício Chaveiro como segundo líder; e *Geografias do Contemporâneo* que tem o Professor Doutor Elvio Rodrigues Martins como líder e a Doutora Cecilia Cardoso Teixeira de Almeida atuando como segunda líder. Em segundo lugar está a Universidade Federal Fluminense (UFF), com dois grupos, ambos liderados pelo Professor Doutor Ivaldo Gonçalves de Lima, *ETHOS Geografia Política, Ética e Gênero* e *ETHOS: Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade*. As demais universidades e instituto contam com um grupo por instituição. São os seguintes grupos: *Ensino, Gênero e Sexualidade* coordenado pelo Professor Doutor Ivan Ignacio Pimentel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); *Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro* com a coordenação do Professor Doutor Glaucio José Marafon e Professor Augusto César Pinheiro da Silva como 2º líder na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); *Sociedade e Meio Ambiente* coordenado pela Professora Doutora Marise Vicente de Paula, com a Professora Doutora Maria Erlan Inocêncio como segunda líder, na Universidade Estadual de Goiás (UEG); *Corpo, Gênero e Diversidade* coordenado pela Professora Doutora Roselí Alves dos Santos, com a Professora Doutora Melissa Barbieri de Oliveira como segundo líder, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); *Espacialidades e identidades raciais, étnicas, de gênero, sexuais e*

culturais coordenado pela Professora Doutora Lorena Francisco de Souza, com o Professor Doutor Alecsandro José Prudêncio Ratts como segundo líder, na Universidade Federal de Goiás (UFG); *Espacialidades Urbanas* coordenado pela Professora Doutora Cláudia Luísa Zeferino Pires, com o Professor Doutor Benhur Pinós da Costa como segundo líder, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); *Sociedade e Cultura* coordenado pela Professora Doutora Maria Augusta Mundim Vargas na Universidade Federal de Sergipe (UFS); *Coletivo de Estudos sobre Terra e Território* coordenado pela Professora Doutora Patricia Rocha Chaves, com o Professor Doutor Roni Mayer Lomba como segundo líder, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); e *NEGO - Núcleo de Estudos Geográficos* coordenado pelo Professor Doutor Josoaldo Lima Rêgo, com o Professor Doutor Sávio José Dias Rodrigues como segundo líder, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

No total das três pesquisas – Geografia Feminista, Geografia e Feminismo, Geografia e gênero – há um total de 20 (vinte) grupos que estudam, de uma forma ou de outra, feminismo, gênero e Geografia. Para que seja possível compreender este número dentro do universo de grupos de pesquisas dos cursos de Geografia, foram pesquisados também outros temas, estes considerados “tradicionais” dentro das instituições que operam e geram conhecimento geográfico. Os temas procurados foram: Geografia Política, Geografia Econômica, Geografia Agrária, Geografia Urbana, Climatologia, Geomorfologia, Geografia da Saúde, Geografia Crítica, Paisagem, Epistemologia e Cartografia, e os resultados foram condensados na tabela abaixo.

Tabela 4. Quantidade de grupos de pesquisas encontrados, por tema

Tema	Quantidade de Grupos de Pesquisa encontrados
Gênero e feminismo	20
Climatologia ⁵²	26
Geografia da Saúde	27
Geografia Econômica	33
Geomorfologia	50
Geografia Agrária	51
Epistemologia	54
Geografia Urbana	65

⁵² Muitas notas de rodapé poderiam ser escritas acerca dos números de grupos de pesquisas que foram encontrados, que podem ser números inesperados ou não, mas eu gostaria de destacar que a existência do tema de Climatologia fica bastante reduzida quando o universo pesquisado são, somente, os cursos de Geografia. Mas, surpreendentemente, ao abrirmos a busca a outros cursos, são encontrados 322 (trezentos e vinte dois) grupos de pesquisa que estudam o tema. Essa enorme discrepância, para dizer o mínimo, pode ser por conta dos cursos de Geociências. Uma pesquisa acerca desta questão seria interessantíssima.

Geografia Política	98
Cartografia	111
Paisagem	117

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Elaboração: MARROQUE, Gabriella Agneide, 2018.

A tabela mostra a dominação de temas mais consolidados dentro da Geografia: Paisagem, Cartografia, Geografia Política e Geografia Urbana. Embora haja uma criação de conhecimento científico para além destes grupos de pesquisa, que podem ser, às vezes, não tão abertamente divulgados, ou restritos à pós-graduação, é considerável a quantidade baixa de grupos que estudam gênero e feminismo e, de acordo com Cesar (2015), Cesar e Pinto (2015), Silva, Cesar e Pinto (2015), Silva, Nabozny e Ornat (2010), compreensível dentro do contexto brasileiro de organização de temas, epistemologias, métodos e a introdução de novas formas de pensar, ser e construir a Geografia produzida no Brasil: as formas centralizadas apresentadas pelos centros de excelência emanam e formam relações com as demais partes no Brasil que façam com que novas temáticas sejam rejeitadas, cabe às margens e aos novos programas ousar inserir temas inovadores no conhecimento geográfico atualmente produzido no país.

O que se pode concluir a partir das informações anteriores? De uma forma geral, a produção acerca do feminismo, das mulheres e das relações de gênero ainda é pouco expressiva em números (CESAR, 2015) e influência no Brasil, quiçá questões feministas revolucionárias (marxistas), que necessitam de uma congruência complexa de teoria e método. A ideologia engoliu tão fortemente a Academia que as mulheres nem mesmo percebem como ser mulher afeta seu trabalho acadêmico, como foi denunciado por Silva e Pinto (2016). Dessa forma, fica difícil investigar a vida de outras mulheres, se as próprias pesquisadoras não entendem os processos que as colocam como subalternas na sociedade capitalista patriarcal.

Meio a este cenário um tanto quanto pessimista, gostaria de destacar o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), uma verdadeira brisa de ar fresco. O grupo de estudos é responsável pela divulgação **incansável** acerca da Geografia e suas relações espaciais com gênero, poder, produção científica, hierarquia e feminismo. A divulgação é feita, de forma primária, com a Professora Doutora Joseli Maria Silva e através da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, criada em 2010 e responsável pela “expansão dos temas de gênero e sexualidade” (CESAR, 2015, p. 115). Todas as pessoas que colaboram trabalham ininterruptamente para que a Geografia se

torne um pouco mais aberta às novas epistemologias e temas. Entre estas pessoas, destaca-se a doutoranda Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, o Professor Doutor Marcio José Ornat e o doutorando Vagner André Moraes Pinto.

A existência e presença da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero abre portas para que exista um espaço para as indagações acerca das questões que dizem respeito às mulheres, ao feminismo, às relações de gênero, às novas formas de pensar as relações no espaço e suas epistemologias. É bastante encorajador que um periódico sobre Geografia, feminismo e gênero tenha sido fundado no Brasil, que está, notadamente, ainda engatinhando quando o assunto é a entrada de epistemologias e novos temas na esfera oficial e mais bem articulada da produção de conhecimento nos dias atuais. O periódico pode se tornar uma referência revolucionária no que concerne quais temas estão em destaque e por que estão, e é importante a divulgação e entusiasmo que vem acompanhando as edições publicadas, pois faz com que mais pessoas sejam atraídas a conhecer as temáticas presentes, assim como colaborar para que a Geografia produzida no Brasil se torne cada vez mais ampla, complexa e um verdadeiro reflexo da sociedade em que vivemos. Afinal, uma revista, que já nasceu internacional, possui, de forma inerente, a capacidade de articular autoras e autores de toda a América Latina, numa pluralidade sem igual no mundo e, assim, talvez, com essa bela influência, seja possível que os geógrafos brasileiros começem a compreender a verdadeira importância da relação que o espaço, sua constituição e existência, tem com o feminismo, a luta das mulheres e os estudos das relações de gênero... só assim será possível a existência de uma Geografia verdadeiramente emancipatória para todos nós.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia, com sua dominação histórica e prática por parte dos homens, satisfez-se em produzir um conhecimento centrado nos homens e para os homens, principalmente a partir dos pressupostos epistêmicos sexistas que foram instalados após a Revolução Científica e o Iluminismo. O padrão arbitrário de validade científica geográfico excluiu, devido a sua verdadeira ditadura, a produção do conhecimento que foi elaborada por mulheres ao ponto de que fica difícil elencar mulheres que contribuíram para o conhecimento geográfico da mesma forma que conseguimos elencar nomes de homens quando estudamos a história do pensamento de nossa disciplina.

Disciplina essa que usou e abusou do termo ‘Homem’ para se referir à humanidade. Mas os processos não acontecem sem a contradição entrar em cena e mostrar o quão frágil estas formas de dominação realmente são. As mulheres não ficaram em silêncio, fizeram suas vozes serem ouvidas e desvendaram que, quando os geógrafos usavam ‘Homem’, realmente queriam dizer ser humano do sexo masculino. A partir daí foi como se um incêndio se formasse, a faísca já estava acesa e seria impossível impedi-la de continuar a queimar, queimando inclusive pretensões universalizantes que faziam questão de ignorar a metade da humanidade que sustenta a reprodução social: as mulheres.

A suposta neutralidade da Geografia foi descoberta e abertamente denunciada, principalmente após a década de 70 do século XX. Num movimento astuto, as geógrafas criaram as bases para que fosse possível que uma epistemologia feminista se desenvolvesse dentro do pensamento geográfico. Epistemologia que transpassa todas as vertentes de nossa disciplina, complexificando-as e as trazendo para mais perto da realidade concreta, onde vivem mulheres e homens. O que era um “não-problema sobre não-pessoas” passou a ser explorado à exaustão: as geógrafas criaram frentes de articulação que encaixavam-se numa crítica generalizada à postura machista, sexista, excludente e misógina da Geografia.

Nasceu então a Geografia Feminista.

Uma nova e refrescante forma de pensar as relações entre a sociedade generificada e a natureza, com a mediação da categoria gênero, que é fundamental para entender a nossa contemporaneidade, o capitalismo patriarcal.

Essa singela pesquisa encontrou formas de pensar na Geografia anglófona que são admiráveis em suas análises da realidade concreta, conseguindo criticar a Geografia, unindo e estabelecendo esta crítica num contexto científico mundial, ou seja, não houve receio em procurar em outras disciplinas inspirações que pudessem fazer com que a epistemologia

geográfica ficasse mais rica e intricada, capaz de abarcar temas ainda não explorados pela lente geográfica. Foi essa sensibilidade a outras disciplinas que levou a Geografia a compreender que a busca por uma sociedade emancipada não precisa abrir mão das diferenças entre as pessoas, que a igualdade é a desconsideração das diferenças entre os indivíduos para um propósito particular ou num contexto particular, isto é, é mais proveitoso que as pessoas sejam diferentes do que iguais: elas só têm de ter a mesma equivalência. Nisso, foram investigadas formas de não equivalência dentro da Geografia e seus estudos. Foram denunciados os enviesamentos da Geografia Temporal e Geografia Humanística e suas formas específicas de masculinidade: masculinidade social-científica e masculinidade estética, respectivamente. A primeira afirma sua autoridade através de uma suposta transparência do mundo e a segunda estabelece seu poder através da reivindicação a uma sensibilidade que só ela tem acesso. O que marca ambas é a sua relação com o Outro: a primeira não o reconhece para afirmar-se enquanto superior, e a segunda admite sua presença, mas só para mostrar o quanto mais sofisticada ela é.

Essas são algumas das formas que a Geografia anglófona encarou seu novo desafio epistêmico e partiu para o conflito, sem medo de sair alterada quando ele fosse resolvido. Ou seja, na hora de compreender as novas leituras do mundo, foi necessário repensar sua prática e realizar a autocrítica, que partiu, em sua grande maioria, das mulheres, mas também pode contar com a participação de homens engajados com a emancipação da sociedade. Infelizmente, não pode se dizer o mesmo da Geografia produzida no Brasil. Pelo menos não até os dias atuais, talvez o futuro seja mais sofisticado, teórica e epistemologicamente falando.

A particularidade de disseminar conhecimento a partir de centros de pós-graduação faz com que nosso país possua arranjos específicos na construção de seu conhecimento. Isso acontece porque o padrão está consolidado de tal forma que fica difícil introduzir novos temas e preocupações, mesmo quando estes estão de acordo com as necessidades da sociedade e sua configuração a partir do sexo e do gênero. Os programas de pós-graduação são tradicionais e terrivelmente conservadores, apresentando medo na hora de enfrentar novos desafios e produzir e disseminar conhecimento desafiador de suas próprias bases epistêmicas.

Hoje em dia as penetrações de temas seminais para as mulheres e para a sociedade são mais aparentes e se fazem presentes em universidades que estão às margens. O que isso significa? Por contar com novos e mais recentes programas, a flexibilidade se apresenta maior, pois não há toda uma história de temas, métodos e teorias de pesquisa que esmaga e pressiona os novos professores e alunos, da graduação e também da pós-graduação, ou seja, não há uma tradição que precisa sofrer rompimentos e rupturas, causando desconforto aos

envolvidos, principalmente aqueles que estão tão particularmente ligados à ela.

As relações de gênero e seu reflexo no espaço entraram nas universidades mais tradicionais no Brasil por caminhos também tradicionais: através da análise do trabalho e do valor, por exemplo. Não retiro a necessidade de centralizar estas duas importantes categorias marxistas das pesquisas, mas ir além e buscar epistemologias feministas não deveria ser tão difícil para uma ciência contestadora e crítica. Ou voltamos ao século XIX quando a Geografia era mero instrumento ideológico de legitimação das elites econômicas, políticas e sociais?

Quando a fonte de informações permanece a mesma após décadas e décadas de estudos, fica difícil enxergar o novo; o costume e a rotina já estão postos. Contudo, há uma enorme gama de epistemologias feministas marxistas que fazem, e muito bem, a função da crítica, principalmente na atualidade. Já foi realizado o questionamento acerca da ênfase dada aos estudos sobre a vida da mulher com o foco no trabalho. Será que as outras esferas da vida não são importantes? Por que há predominância de estudo sobre as mulheres em sua idade média? Por que crianças meninas e idosas não são estudadas? Qual a ligação da situação local das mulheres à mundial? Essas tendências de estudos refletem tradições culturais ou estruturas de poder que distribuem temas específicos?

A realidade concreta das relações de gênero e da vida das mulheres e dos homens não acontece fora do contexto global de dominação. É importante compreender a localidade dos atos, mas inseri-los no contexto do capitalismo patriarcal global é indispensável. A Geografia produzida no Brasil apresenta dois extremos que não dialogam ou se enxergam: o foco nas categorias de valor e trabalho, mas, e diferentemente do que prega a teoria marxiana, altamente localizado e não no contexto global, e as relações de poder que estruturam e hierarquizam a produção sobre feminismo, mulheres e relações de gênero no Brasil, ou, mais prosaicamente, a ideologia dominante que impede as Universidades brasileiras de levarem a sério as questões de gênero. Por um lado temos o marxismo empobrecido, e por outro, a falta de uma leitura marxista crítica. Que fazer então?

É assustador pensar sobre os avanços feministas e dos movimentos das mulheres no Brasil a partir de 1975, quando houve momento efetivo de voz das mulheres brasileiras com o Ano Internacional da Mulher patrocinado pela ONU, e a absoluta indiferença da Geografia produzida no Brasil acerca das questões feministas e dos problemas das mulheres, algo que acontece, em larga escala, até os dias atuais. Como que uma ciência que diz ser crítica ignora tamanha movimentação social? Como que uma ciência, que se pinta de progressista, vanguardista etc., é tão descaradamente engolida pela ideologia machista, sexista e patriarcal?

Onde está a resistência? Onde está a crítica pautada na autocrítica de suas formulações? Onde está a frente brasileira da discussão de problemas nacionais e internacionais se, ainda hoje, na Universidade de São Paulo (USP), que é, e defendo aqui discutivelmente, uma das pontas da vanguarda brasileira no que diz respeito aos estudos geográficos, não há competência teórica e metodológica acerca da epistemologia feminista?

As epistemologias que dominam atualmente precisam de uma profunda autocrítica acerca de seu papel dentro do capitalismo patriarcal. É necessário que haja profunda reflexão sobre a esterilidade da produção científica que não dialoga com a realidade concreta de metade da humanidade. Ou as mulheres não são importantes ou interessantes para a Geografia que domina atualmente no Brasil?

As questões levantadas neste trabalho, mais que suas reflexões, merecem um encaminhamento de pesquisa com mais fôlego, tempo e recursos. É necessário entender exatamente de onde vêm as bases que dominam a Geografia produzida no Brasil. Talvez uma pesquisa pautada em entrevistas com os grandes nomes da Geografia ajude a compreender os contextos institucionais que retardam a incorporação ou formulação de uma epistemologia feminista geográfica particularmente brasileira. Ou será que não existe tal formulação e as universidades no Brasil devam incorporar as epistemologias feministas geográficas que foram produzidas fora de nosso país?

Não tenho resposta à maioria, ou nenhuma, destas perguntas, mas os questionamentos crescem a partir de cada texto, artigo e livro lidos, e se faz necessário compreender, efetiva e profundamente, as bases que coordenam o direcionamento e a aceitação da Geografia no Brasil de novas indagações, teorias, métodos e epistemologias. Que haja sim coragem para o término deste trabalho, pois a Geografia mundial merece ter o privilégio do acesso às formulações pensadas e consolidadas a partir deste país, que conta com uma tradição intelectual única.

Sigamos na luta.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (Org). **Feminist Epistemologies**. New York: Routledge, Chapman and Hall, Inc., 1993.
- ALMEIDA, Vinicius Santos. Notas sobre o estudo das sexualidades na Geografia. **Revista Paisagens (USP)**, v. 12, p. 23-29, 2017. Disponível em <https://www.academia.edu/34883088/Notas_sobre_o_estudo_das_sexualidades_na_Geografia>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**: Na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamentos, 2003.
- BILLINGE, Mark. The Mandarin Dialect: An Essay on Style in Contemporary Geographical Writing. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 8, n. 4, p. 400-420, 1983. Disponível <<https://www.jstor.org/stable/621959>>. Acesso em: 29 maio 2018.
- BEAUVIOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos, 4^a edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970 [1949].
- BLAU, Francine D; KAHN, Lawrence. The Gender Wage Gap: Extent, Trends, and Explanations. **National Bureau of Economic Research Working Paper Series**, Working Paper No. 21913, p. 1-75, 2016. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w21913>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana Ramos da. A mulher como tema das disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, p. 50-56, 1991. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1054>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BRUEGEL, Irene. Cities, women, and social class: a comment. **Antipode**, v. 5, n. 3, p. 62-63, 1973. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.1973.tb00576.x>>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- BOWLBY, Sophie; FOORD, Jo; MACKENZIE, Suzanne. Feminism and Geography. **Area**, v. 14, n.1, p. 19-25. 1982. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/20001767>>. Acesso

em: 10 jan. 2017.

BURNETT, Pat. Social Change, the Status of Women and Models of City Form and Development. **Antipode**, v. 5, n. 3, p. 57-62, 1973. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1973.tb00575.x/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. Dissertação de mestrado. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2015, 140p. Disponível em <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/565>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner Andre Morais. A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir de periódicos on line. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 119-132, ago./dez. 2015. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7214>>. Acesso em: 15 jul. 2018

CISNE, Mirla. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANALIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%20E7%20es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 211-230, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282018000200211&lng=pt&nrm=is&tlang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2018.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Relatório Final**. Senado Federal: Brasília, julho de 2013. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CONTI, José Bueno. A contribuição da Geografia da Universidade de São Paulo para a construção da Geografia Brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, p. 85-95, 2018. Disponível em <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1500>>. Acesso em 5 jan. 2018.

CORKERY, Michael. **Sears, the Original Everything Store, Files for Bankruptcy.** The New York Times. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2018/10/14/business/sears-bankruptcy-filing-chapter-11.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 10, n. 1, p. 45-62, 1985. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/622249>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Se a CAPES somos nós, quem somos nós? A pós-graduação brasileira em busca de uma identidade. **Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical - USP**, s/n, p. 1-13, 2012. Disponível em <<http://www.gesp.fflch.usp.br/node/180>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6132>>. Acesso em 10 jun. 2017.

DANTAS, Beatriz Góis. A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre produtores de cerâmica. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 18/19, n. 1/2, p. 157-177, 1987/1988. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10329>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

DOMOSH, Mona. Toward a feminist historiography of geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 16, n. 1, p. 95-104, 1991. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/622908>>. Acesso em: 30 maio 2018.

DOWARD, Jamie. **Women have achieved equality at long last... according to men**. The Guardian: The Observer, 29 jan. 2017. Disponível em <<https://www.theguardian.com/society/2017/jan/29/women-inequality-survey>>. Acesso em 19 set. 2018.1

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 287-293, 2006. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100015>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ECHOLS, Alice. **“Daring to be bad”**: radical feminism in America, 1967-1975. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 [1884]. Tradução de Leandro Konder.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FELIPE, Jane. Infância, Gênero e Sexualidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 115-131, 2000. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/48688>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 23, p. 3-25, 2006. Disponível em <<https://www.fe.unicamp.br/publicacoes/lancamentos/4924>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622008000300004&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GAINSBOROUGH, Thomas. **Mr and Mrs Andrews**, cerca de 1750. 1 original de arte, óleo sobre tela, 69,08 cm x 119,04 cm. Disponível em <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/thomas-gainsborough-mr-and-mrs-andrews>>. Acesso: 02 jul. 2018.

GLENNIE, Jonathan. **Less than half of women globally believe women have equal opportunities to men, while almost two thirds of men do**. 2017. Disponível em <<https://ems.ipsos-mori.com/researchpublications/researcharchive/3834/Less-than-half-of-women-globally-believe-women-have-equal-opportunities-to-men-while-almost-two-thirds-of-men-do.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2018.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.4, n. 1, p. 1-5, 2007 [1791]. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/911/10852>>. Acesso em 10 nov. 2018.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualizade. **Pensando Famílias**,

Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 33-62, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 jun. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora UFSC-PPGAS, 1998.

GRUNTFEST, Eve. Geographic Perspectives on Women. In: GAILE, Gary; WILLMOTT, Cort (Org.). **Geography in America**. Columbus, Ohio: Merrill, 1989. p. 673-683.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and Women**: the Reinvention of Nature. London: Free Association Books, 1991.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose knowledge?** Thinking from women's lives. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

HARMAN, Chris. Women's Liberation and Revolutionary Socialism. **International Socialism**, series 2, n. 23. Spring 1984. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/harman/1984/xx/women.html>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

HARVEY, David. Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 30, n. 3, p. 418-434, 1990. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8306.1990.tb00305.x>>. Acesso em: 1 abril 2017.

_____. Postmodern morality plays. **Antipode**, v. 24, n. 4, p. 300-326, 1992. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.1992.tb00449.x>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

HAYFORD, Alison - The geography of women - an historical introduction. **Antipode**, v. 6, n. 2, p. 1-19, 1974. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-8330.1974.tb00590.x>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito - Parte I**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em

<<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em 20 jul. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HOWARD, Angela; TARRANT, Sasha. **Antifeminism in America: A Historical Reader**. London: Routledge, 2000.

hooks, bell. **Feminism is for everybody: Passionate Politics**. Cambridge, MA: South End Press, 2000a.

_____. **Where we stand: class matters**. New York: Routledge, 2000b.

HOWE, Anna; O'CONNOR, Kevin. Travel to work and labor force participation of men and women in an Australian metropolitan area. **The Professional Geographer**, v. 34, n. 1, p. 50-64, 1982. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.0033-0124.1982.00050.x>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabela 5436. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Pesquisa Nacional por Amostra de Domícilios Contínua Trimestral**, 2018. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#notas-tabela>>. Acesso em 15 set. 2018.

JOHNSON, Louise. Gender, genetics, and the possibility of feminist geography. **Australian Geographical Studies**, n. 23, p. 161-171, 1985. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8470.1985.tb00488.x>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

JURAJDA, Štěpán. Gender Segregation and wage gap: an east-west comparison. **Journal of European Economic Association**, v. 3, n. 2-3, p. 598-607, 2010. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1162/jeea.2005.3.2-3.598>>. Acesso em 20 set. 2018.

KAUR-BALLAGAN, Kully; STANNARD, James. **International Women's Day: Global misperceptions of equality and the need to Press for Progress**. 2018. Disponível em <<https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/international-womens-day-global-misperceptions>>

equality-and-need-press-progress>. Acesso em: 20 set. 2018.

KELLER, Evely Fox. **Reflections on Gender and Science**, 2nd edition. New Haven: Yale University Press, 1985.

KLEVÉN, Henrik; LANDAIS, Camille; SØGAARD, Jakob Egholt. Children and gender inequality: evidence from Denmark. **National Bureau of Economic Research Working Paper Series**, Working Paper No. 24219, p. 1-55, 2018. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w24219>>. Acesso em: 20 set. 2018.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008 [1981].

LE DŒUFF, Michèle. **Hipparchia's Choice**: an Essay Concerning Women, Philosophy, etc. Oxford: Blackwell, 1991.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"**. Revista Veja, São Paulo, n. 2474 especial, p. 28-29, 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 05 jun. 2018

LÖWY, Ilana. “Ciências e gênero”. In: HIRATA et al., **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 40-44.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=pt&tlang=pt>. Acesso em 10 out. 2018

MACKENZIE, Suzanne; FOORD, Jo; McDOWELL, Linda. Women's Place: Women's Space. **Área**, v. 12, n. 1, p. 47-51, 1980. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/20001533>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

MASSEY, Doreen; Human Geography Research Group; BOND, Sophie Bond; FEATHERSTONE, David. The Possibilities of a Politics of Place Beyond Place? A Conversation with Doreen Massey. **Scottish Geographical Journal**, v. 125, n. 3-4, p. 401-

420, 2009. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14702540903364443>>. Acesso em 10 out. 2018.

MAZEY, Mary Ellen; LEE, David. **Her Space, Her Place: A Geography of Women**. Washington, DC: Association of American Geographers, 1983.

MCDOWELL, Linda. Towards an understanding of the gender division of urban space. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 1, n. 1, p. 59-72, 1983. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/d010059>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

_____. Sex and Power in Academia. **Area**, v. 22, n. 4, p. 323-332, 1990. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/20002889>>. Acesso em: 24 maio 2018.

_____. **Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MCDOWELL, Linda; PEAKE, Linda. Women in British geography revisited: or the same old story. **Journal of Geography in Higher Education**, v. 14, n. 1, p. 19-30, 1990. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03098269008709094>>. Acesso em 4 jun. 2018.

MONK, Janice; HANSON, Susan. On Not Excluding Half of the Human in Human Geography. **Professional Geographer**, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.0033-0124.1982.00011.x>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19ª. ed. São Paulo: Annablume, 2003. v. 1.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica. A Valorização do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec. 3ª edição, 1987 [1984].

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MORMUL, Najla Mehanna; ROCHA, Márcio Mendes. Breve considerações acerca do pensamento geográfico: elementos para análise. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 64-78, 2013. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7916>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MULHERES MEMBROS DO GMARX. A esquerda tem muito a aprender. **Mouro – Revista Marxista**, ano 8, n. 11, p. 117-126, 2017.

NIELSEN, Kim E. **Un-American Womanhood**: Antiradicalism, Antifeminism, and the First Red Scare. Columbus: Ohio State University Press, 2001.

NUNES, Bárbara Rodrigues; RAMOS, Vitor Silva; GUERRA, Márcio de Oliveira. **Bela, Recatada e do Lar**: o estereótipo da mulher perfeita. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, p. 1-15, 2016. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0497-1.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

OBERHAUSER, Ann; RUBINOFF, Donna; BRES, Karen De; MAINS, Susan; POPE, Cindy. Geographic Perspectives on Women. In: GAILE, Gary; WILLMOTT, Cort (Org.). **Geography in America at the Dawn of the 21st Century**. New York: Oxford University Press, 2004. p. 736-758.

OLIVETTI, Claudia; PETRONGOLO, Barbara. The Evolution of Gender Gaps in Industrialized Countries. **The Annual Review of Economics**, v. 8, p. 405-434, 2016. Disponível em <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-economics-080614-115329>>. Acesso em: 18 set. 2018.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2008, 324p. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280705>>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Coleção Temas Afro. Salvador: EDUFBA, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16794>>. Acesso: 15 ago. 2018.

PARKES, Don; THRIFF, Nigel. **Times, Spaces and Places**: a Chronogeographic Perspective. Chichester: John Wiley, 1980. p. 252

PHILLIPS, Dom. **Bolsonaro to abolish human rights ministry in favour of family values**. The Guardian, 10. dez. 2018. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2018/dec/06/outcry-over-bolsonaros-plan-to-put>>

conservative-in-charge-of-new-family-and-women-ministry>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PINTO, Vagner André Morais; SILVA, Joseli Maria. Produção científica e Geografia: devassando o poder da invisibilidade de gênero do fazer científico. **Terra Livre**, São Paulo. Ano 31, v. 2, n. 47, p. 52-78, 2016. Disponível em <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1017>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837 – 1942)**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1996. p. 148-290. Disponível em <<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/9603>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. Women as labor force in agriculture: the case of the state of São Paulo – Brazil. **Revista Geográfica**, n. 97, p. 91-95, 1983. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/40992435>>. Acesso em: 20 ago. 2018.1

_____. **Geografia e Gênero: a Mulher na lavoura canavieira paulista**. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de livre-docência, 1988.

_____. A mulher na palha de cana. In: **Anais do VII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP**, v. 2, p. 335-354, 1990. Disponível em <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/530/510>>. Acesso em 25 ago. 2018.

_____. As Geografias da Modernidade – Geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto – SP. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 12, p. 7-26, 1998. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53732>>. Acesso em: 10 jun. 2017.1

_____. Geografia e Gênero: Recuperando a Memória de uma Pesquisa sobre a Força de Trabalho na Agricultura Canavieira na Macroárea de Ribeirão Preto (SP-Brasil) 1977-2008. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, p. 121-133, jan./jul. 2010. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlegg/article/view/1035>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

ROSSINI, Rosa Ester; SANTOS, Aline Lima; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. As sofisticadas colheitadeiras de cana-de-açúcar engoliram o trabalho de homens e mulheres na agricultura da macroárea de Ribeirão Preto – SP (Brasil) – 1977-2018. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 100, p. 206-223, 2018. Disponível em <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1506>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RUBIN, Barbara. "Women in Geography" revisited: present status, new options. **The Professional Geographer**, v. 31, n. 2, p. 125-134, 1979. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0033-0124.1979.00125.x>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres – Nota Sobre a “Economia Política” do Sexo. **SOS Corpo**, Recife, p. 2-32, 1993. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SANDOVAL, Chela. **Methodology of the Oppressed**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. O trabalho da mulher na zona canavieira da Cotinguiba. In: **Anais do 4º Encontro Nacional de Geografia Agrária**, p. 68-76, 4 a 8 de dezembro de 1983, Uberlândia, MG (Universidade Federal de Uberlândia – UFU). Disponível em <<http://www.lagea.ig.ufu.br/enga1983/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia cidadã – por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, ago. 1996. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2002.

SCHREIBER, Ronnee. **Righting Feminism: Conservative Women and American Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press. 1988.

SELMI, Michael. Sex Discrimination in the Nineties, Seventies Style: Case Studies in the

Preservation of Male Workplace Norms. **Employee Rights and Employment Policy Journal**, v. 9, N. 1, p. 1-48, Winter 2005. Disponível em <https://scholarship.law.gwu.edu/faculty_publications/901/>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SHARP, Jo. humanistic geography. In: GREGORY, Derek; JOHNSTON, Ron; PRATT, Geraldine; WATTS, Michael; WHATMORE, Sarah (Org.). **The Dictionary of Human Geography**, 5^a edição. Wiley-Blackwell, 2009.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa - PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 185-200, jan-jun 2015. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6452>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, p. 23-41, 2010. Disponível em <http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/Artigo_2.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212-219, ago./dez. 2016. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlegg/article/view/8578>>. Acesso em 3 nov. 2018.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JR, Alides Baptista. 'Não me chame de senhora, eu sou feminista!' Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 11-29, maio-ago 2017. Disponível em <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1190/705>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SILVA, Joseli Maria; PINTO, Vagner André Morais. Produção científica e Geografia: devassando o poder da invisibilidade de gênero do fazer científico. **Terra Livre**, ano 31, v. 2, n. 47, p. 52-78, 2016. Disponível em <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1017>>. Acesso em 10

jan. 2018.

SILVA, Tauana Olivia Gomes. A participação política das mulheres negrasm comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). In: **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, p. 1-15, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Disponível em <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/view/181>>. Acesso em: 06 abril de 2018.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008, 185p. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3915>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THRIFT, Nigel. **An Introduction to Time-Geography**. Norwich: Geo Abstracts Ltd., 1977.

TIVERS, Jacqueline. How the other half lives: the geographical study of women. **Area**, v. 10, n. 4, p. 302-306, 1978a. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/20001378>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TOLEDO, Luiz Fernando. **Rede pró-Bolsonaro engaja mais do que Madonna e Neymar**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 de outubro de 2018. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,rede-pro-bolsonaro-engaja-mais-do-que-madonna-e-neymar,70002544629>>. Acesso em 12. out. 2018.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**, 2^a ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 143-164.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980 [1974].

UNITED NATIONS, Department Of Economic And Social Affairs (DESA), Population Division (2017). **World Population Prospects: The 2017 Revision**: Key findings and

advance tables. New York: United Nations, 53p, 2017a. Disponível em <https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf>. Acesso em: 7 jun. de 2018.

_____. **World Population Prospects: The 2017 Revision: Total population – Male.** 2017b. Disponível em <[https://esa.un.org/unpd/wpp/DVD/Files/1_Indicators%20\(Standard\)/EXCEL_FILES/1_Population/WPP2017_POP_F01_2_TOTAL_POPULATION_MALE.xlsx](https://esa.un.org/unpd/wpp/DVD/Files/1_Indicators%20(Standard)/EXCEL_FILES/1_Population/WPP2017_POP_F01_2_TOTAL_POPULATION_MALE.xlsx)>. Acesso em: 7 jun. de 2018.

_____. **World Population Prospects: The 2017 Revision: Total population – Female.** 2017c. Disponível em <[https://esa.un.org/unpd/wpp/DVD/Files/1_Indicators%20\(Standard\)/EXCEL_FILES/1_Population/WPP2017_POP_F01_3_TOTAL_POPULATION_FEMALE.xlsx](https://esa.un.org/unpd/wpp/DVD/Files/1_Indicators%20(Standard)/EXCEL_FILES/1_Population/WPP2017_POP_F01_3_TOTAL_POPULATION_FEMALE.xlsx)>. Acesso em: 7 jun. de 2018.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e gênero/Geografia Feminista – O que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 105-110, 1998. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em 05 fev. 2017.

VIEIRA, Rafael Barros. Monumento de Cultura – Monumento de Barbárie: Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a universidade no Brasil durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985). In: **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo – De O Capital à Revolução de Outubro**. Niterói, p. 1-28, agosto de 2017. Disponível em <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017.html>>. Acesso em 04 jun. 2018.

WEICHSELBAUMER, Doris; WINTER-EBMER, Rudolf. A Meta-Analysis of the International Gender Wage Gap. **Journal of Economic Surveys**, v. 19, n. 3, p. 479-511, 2005. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0950-0804.2005.00256.x>>. Acesso em: 10 set. 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em 04 dez. 2018.

ZELINSKY, Wilbur. The Strange Case of the Missing Female Geographer. **The Professional Geographer**, volume XXV, n. 2, p. 101-105, 1973a. Disponível em

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.0033-0124.1973.00101.x>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. Women in Geography: A Brief Factual Account. **The Professional Geographer**, vol. XXV, n. 2, p. 151-165, 1973b. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0033-0124.1973.00151.x/abstract>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

SÍTIOS ONLINE

- ❖ Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW). Disponível em <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CEDAW/Pages/CEDAWIndex.aspx>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- ❖ Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CEDAW/OHCHR_Map_CEDAW.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- ❖ Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- ❖ Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) <http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf>. Acesso em 05 jan. 2019
- ❖ EEOC v. Sears, Roebuck & Co., 628 F. Supp. 1264 (N.D. Ill. 1986). Disponível em <<https://law.justia.com/cases/federal/district-courts/FSupp/628/1264/2595936/>>. Acesso em: 20 mai 2018.
- ❖ Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- ❖ Explicando (Netflix). Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80216752>>. Acesso em 22 set. 2018.
- ❖ GEOCAPES <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 1 jan. 2019.

- ❖ Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa <<http://www.gete.net.br>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- ❖ Histórico dos Diretores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) <<http://fflch.usp.br/historicodediretores>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- ❖ LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.
- ❖ LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.
- ❖ Mr and Mrs Andrews de Thomas Gainsborough em The National Gallery <<https://www.nationalgallery.org.uk/paintings/thomas-gainsborough-mr-and-mrs-andrews>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- ❖ Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- ❖ Mulheres ganham 77,5% do salário dos homens no Brasil, diz IBGE <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/desigualdade-salarial-homem-mulher-ibge.htm>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- ❖ Mulheres ganham menos do que os homens em todos os cargos, diz pesquisa <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- ❖ Periódico Antipode <<https://onlinelibrary.wiley.com/journal/14678330>>.
- ❖ PSL mais que dobra número de candidatos e desbanca PT nas eleições 2018 <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/24/psl-mais-que-dobra-numero-de-candidatos-e-desbanca-pt-nas-eleicoes-2018.ghtml>>. Acesso em: 25 set. 2018
- ❖ Tabela 5436 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#notas-tabela>>. Acesso em: 20 set. 2018.